

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Economia solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua
autossustentabilidade e capacidade de geração de renda

Norma Valentina de Almeida

Belo Horizonte

2010

Norma Valentina de Almeida

Economia solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magda de Almeida Neves

Co-orientador: Prof. Dr. André Junqueira Caetano

Belo Horizonte

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A447e Almeida, Norma Valentina de
Economia solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda / Norma Valentina de Almeida. Belo Horizonte, 2010.
128f.: il .

Orientadora: Magda de Almeida Neves
Co-orientador: André Junqueira Caetano
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Bibliografia.

1. Economia social – Minas Gerais. 2. Renda. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Neves, Magda de Almeida. II. Caetano, André Junqueira. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDU: 334(815.1)

“Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor”

Economia solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda.

Norma Valentina de Almeida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2010.

Prof.^a Dr.^a Magda Maria Bello de Almeida Neves
Orientadora – PUC Minas

Prof. Dr. André Junqueira Caetano
Co-orientador – PUC Minas

Prof. Dr. André Mourthe de Oliveira
Curso de Ciências Econômicas/PUC Minas

Prof.^a Dr.^a Alessandra Sampaio Chacham
PPGCS/PUC Minas

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que no dia a dia pautam suas ações na busca por um mundo mais justo.

Aos trabalhadores da economia solidária que tanto me ensinaram, especialmente a acreditar na força do trabalho coletivo.

Ao meu filho Gustavo, fonte de amor, ternura, alegria, compreensão e esperança de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida.

Aos meus pais Roberto e Dirce, pelo exemplo de vida, pelo amor incondicional e pelas oportunidades que me proporcionaram.

Ao meu irmão Paulo, pela demonstração de carinho e amor.

À Izabella Rivelli, grande amiga e irmã do coração que cuidou carinhosamente de Gustavo nas minhas ausências e viagens.

À amiga Sônia Carolino, mulher trabalhadora, pela lição de fé e pela sua dedicação e carinho a minha família.

Aos amigos Tereza, Rivelli, Daniela, Graziella, Rafael e Julieta pela amizade sincera e prazerosa.

Às minhas colegas de trabalho que comigo compartilham os sonhos e os desafios da economia solidária.

Ao Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária – espaço de reflexão, autogestão e de quebra de paradigmas –, pela contribuição para o meu crescimento humano e profissional.

A todos os trabalhadores da economia solidária de Minas Gerais, especialmente à Francisca Maria da Silva “Xica”, pelo exemplo de força, ousadia e perseverança.

À Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE), pela oportunidade de trabalhar nesta área.

Ao ilustre professor e gestor público Cláudio Nascimento a quem devo o meu primeiro interesse e aprofundamento no tema da economia solidária.

Ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), pela bolsa a mim concedida, fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

À Prof. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves, pelo incentivo, disponibilidade e valiosa orientação.

Ao co-orientador, Prof. Dr. André Junqueira Caetano, pelo seu empenho e colaboração, especialmente na elaboração da parte empírica desta dissertação; sem a sua preciosa ajuda seria impossível a execução deste trabalho.

A Julimar Santos Pinto, pela contribuição no tratamento do banco de dados do SIES no software SPSS e na análise de Grade of Membership por meio do software GoM.

Finalmente, meu agradecimento especial a Rômulo Tavares, que nos momentos mais difíceis desta caminhada, ouviu carinhosamente minhas angústias, sempre me apoiando e estimulando. Agradeço pela revisão ortográfica deste trabalho e por todo o seu amor.

RESUMO

Esta Dissertação analisa os fatores associados que contribuem para uma maior ou menor estruturação de um empreendimento de economia solidária, no que se refere aos aspectos autossustentabilidade e geração de renda. Para atingir esse objetivo, construímos um conjunto de tipologias das iniciativas de economia solidária mapeadas no Estado de Minas Gerais no período compreendido entre 2005 e 2007, com base em uma série de indicadores de tempo de existência, localização espacial, infraestrutura, formato organizacional, atividade econômica, inserção no mercado, acesso à qualificação e crédito e existência de trabalhadores contratados. Esse estudo procurou identificar quais foram as características predominantes nas organizações solidárias que conseguiram obter simultaneamente equilíbrio econômico-financeiro e garantir a seus trabalhadores uma remuneração mensal superior ao salário mínimo legal vigente no país. Foram utilizados os dados referentes às iniciativas de economia solidária do Estado de Minas Gerais inseridos na base de dados do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, integrada ao Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (SIES) do Ministério do Trabalho e Emprego. O método estatístico utilizado na construção dos perfis extremos dos empreendimentos foi o *Grade of Membership (GoM)*. Os resultados mostram que as maiores chances de autossustentabilidade somadas a uma geração de renda positiva apresentam-se associadas aos seguintes fatores: ingresso na economia solidária tendo como motivação não o desemprego e a complementação de renda, mas o desejo de se obter maiores ganhos em um empreendimento associativo; formalização do empreendimento; produção e prestação de serviços integralmente destinadas ao mercado, especialmente o atacadista/revendedor e comércio microrregional; obtenção de crédito; realização de investimentos no negócio; recebimento de apoio, assessoria ou capacitação por parte de órgãos governamentais e instituições pertencentes ao Sistema “S”; e existência de trabalhadores não sócios no empreendimento.

Palavras-chaves: economia solidária, geração de renda e autossustentabilidade.

ABSTRACT

This Dissertation examines the factors which contribute to a greater or lesser structuring venture solidarity economy, the issues autossustentabilidade and income generation. To achieve this goal, we built a set of typologies of initiatives of solidarity economy mapped in the State of Minas Gerais in the period between 2005 and 2007, based on a series of indicators for age, spatial location, infrastructure, organizational format, economic activity, market integration, access to credit and qualification and existence of employees. This study sought to identify what were the predominant characteristics in organizations of solidarity that have managed to achieve balance economic-financial and guarantee their workers, a monthly remuneration exceeding the minimum legal wage in force in the country. The data concerning solidarity economy initiatives of the State of Minas Gerais is inserted in the first National Mapping of solidarity economy in Brazil, integrated national system of information about the solidarity economy (SIES) of the Ministry of labour and employment. The statistical method used in the construction of extreme profiles of ventures was the Grade of membership (GoM). The results show that the greatest chances of autossustentabilidade addition to a positive income generation are associated with the following factors: joining solidarity economy taking as motivation not unemployment and complementation of rent, but the desire to achieve greater gains in a joint venture associative; formalising the venture; production and provision of services fully intended market, especially the wholesaler/retailer and trade microrregional; obtaining credit; investments in business; receiving support, advice or training on the part of government agencies and institutions belonging to the system "s"; and the existence of workers not partners in the venture.

Keywords: solidarity economy, generating income and autossustentabilidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Taxa de desemprego entre pessoas com 16 anos ou mais - Brasil 1992 a 2006 (em %)	29
GRÁFICO 2 - Número de Contratos por Tempo e Prazo Determinados (Brasil – 1998/2004)	32
GRÁFICO 3 – Taxa (%) empregados e trabalhadores domésticos com rendimento mensal de até 2 salários mínimos (Brasil - 2004/2008).....	34
GRÁFICO 4 - Evolução do Emprego Formal no período de 2003 a 2008 (Brasil - Total das Atividades)	36
QUADRO 1 - Descrição dos Perfis Extremos de acordo com as Categorias de Maior Importância no seu Delineamento	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Empreendimentos de Economia Solidária Mapeados por Unidade da Federação	69
TABELA 2 - Distribuição percentual de sucesso por perfis de pertencimento GoM	86
TABELA 3 - Distribuição percentual de sucesso por perfis (Amorfos) de pertencimento GoM	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCRED – Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares

AC – Acre

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AL – Alagoas

AM – Amazonas

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão

AP – Amapá

BA – Bahia

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CE – Ceará

CEF – Caixa Econômica Federal

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGE – Comissão Gestora Estadual

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

COMARP – Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COOPERMEV – Cooperativa Mista dos Produtores Artesanais e Rurais de Melo Viana

COOPERSOLI – Cooperativa dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEQ – Departamento de Qualificação

DF – Distrito Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

EESs – Empreendimentos Econômicos Solidários

EGEs – Equipes Gestoras Estaduais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EPS – Economia Popular Solidária

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FACES – Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FELC – Fórum Estadual Lixo e Cidadania

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMEPS – Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária

GO – Goiás

GT – Grupo de Trabalho

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMS – Instituto Marista de Solidariedade

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MA – Maranhão

MG – Minas Gerais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESTH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PA – Pará

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PEA – População Economicamente Ativa

PFL – Partido da Frente Liberal

PI – Piauí

PLANSEQ ECOSOL – Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária

PLANTAG – Plano Nacional de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR – Paraná

PRL – Participação nos Lucros e Resultados

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

RIPESS – Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

RTE – Rede de Tecnologia Social

SC – Santa Catarina

SE – Sergipe

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SP – São Paulo

SPPE – Secretaria de Política Pública de Emprego

SRTE-MG – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais

TO – Tocantins

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E O SURGIMENTO DO TRABALHO ASSOCIADO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	20
2.1. As metamorfoses do mundo do trabalho	20
2.2. Os efeitos da política neoliberal para o Brasil.....	27
2.2.1. <i>Tendência à flexibilização das relações de trabalho e desregulamentação dos direitos sociais brasileiros</i>	29
2.2.2. <i>A informalidade no mercado de trabalho brasileiro</i>	36
2.3. A economia solidária e suas concepções.....	40
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO	50
3.1. Antecedentes e trajetória da economia solidária no Brasil.....	50
3.2. A política pública de economia solidária no governo federal	53
3.3. A política pública de economia solidária no Estado de Minas Gerais	62
3.4. O processo de mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Minas Gerais.....	66
4. A AUTOSSUSTENTABILIDADE E A GERAÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS: MÉTODO, RESULTADOS E ANÁLISE	71
4.1. Fonte de dados e variáveis selecionadas	71
4.2. Delineamento dos perfis extremos	77
4.3. Método Grade of Membership (GoM)	77
4.4. Descrição dos perfis extremos.....	81
4.5. Resultados da pesquisa e análise dos fatores que influem na autossustentabilidade e a geração de renda dos empreendimentos	85
4.5.1. <i>Empreendimentos com Sucesso Pleno</i>	86
4.5.2. <i>Empreendimentos com Sucesso em Autossustentabilidade</i>	87
4.5.3. <i>Empreendimentos com Sucesso em Geração de Renda</i>	89
4.5.5. <i>Perfis Amorfos</i>	93

<i>4.5.6. Fatores Associados que Contribuem para o Sucesso Pleno dos EESs</i>	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A: Frequências marginais, probabilidades estimadas e fatores descritores dos perfis extremos segundo as respostas às variáveis referentes aos empreendimentos de economia solidária.....	109
ANEXO A - Fotos do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária..	113
ANEXO B - Participação dos Empreendimentos de Minas Gerais na III Feira de Economia Solidária do MERCOSUL.....	114
ANEXO C - Feiras Estaduais de Economia Solidária - Local: Belo Horizonte – MG.....	116
ANEXO D - Economia Solidária na XX Feira Nacional de Artesanato.....	126

1. INTRODUÇÃO

O objeto desta Dissertação é analisar os fatores associados que contribuem para a estruturação dos empreendimentos econômicos solidários no que diz respeito à sua autossustentabilidade e geração de renda.

A existência de milhares de empreendimentos de economia solidária espalhados pelas diversas regiões brasileiras está fortemente relacionada às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas, que provocaram profundas metamorfoses no mundo do trabalho, trazendo à tona, a partir da segunda metade da década de 1970, as dificuldades do capitalismo para responder a suas próprias contradições. Em um cenário marcado pela desregulamentação dos mercados, por um amplo processo de reestruturação das empresas, pela flexibilização do trabalho e por baixas taxas de crescimento econômico, ampliou-se o desemprego e os novos tipos de ocupação precária. Dentro deste contexto, os trabalhadores começaram a buscar, nos anos noventa, outras formas alternativas de trabalho que não o emprego assalariado. Entre estas, destaca-se o trabalho organizado em economia solidária.

Atualmente, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) existem no Brasil cerca de 22.000 empreendimentos de economia solidária. Destes, 1.236 encontram-se localizados no Estado de Minas Gerais, estando representados, em sua maioria, por grupos produtivos informais, associações e cooperativas que desenvolvem atividades no ramo da prestação de serviços diversos; produção agropecuária, extrativismo e pesca; produção de artefatos artesanais e confecção de produtos têxteis. Estas organizações envolvem segmentos heterogêneos de trabalhadores, englobando desde os extremamente vulneráveis, que nunca chegaram a ocupar um posto formal de trabalho ou excluídos da relação de emprego, como também aqueles que ingressaram na economia solidária tendo como principal objetivo obter maiores ganhos em um empreendimento associativo.

O aumento do número de organizações solidárias no Estado nas duas últimas décadas do século XX e mais especificamente no início do século XXI, assim como a tendência crescente de ações governamentais e não governamentais voltadas para o incentivo e o fomento ao empreendedorismo associativo, nos faz indagar sobre quais são as reais possibilidades destas iniciativas se afirmarem no atual contexto econômico, social e político, como alternativas econômicas viáveis capazes de garantir melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Estudos sobre o trabalho organizado em economia solidária apontam que as cooperativas, associações e os grupos formados por trabalhadores que desenvolvem atividades econômicas fundadas em princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, compartilham os principais problemas enfrentados por pequenos negócios. A pouca informação aos programas de financiamento existentes e o pequeno acesso ao crédito pelos empreendimentos dificulta, por exemplo, o custeio das despesas de manutenção (obtenção de matéria-prima, fundo para comercialização a prazo, manutenção de equipamentos, capital de giro, entre outras) e a realização de investimentos em infraestrutura e equipamentos destinados ao aumento da capacidade produtiva do empreendimento. O item 37 do III Eixo Temático, da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada no Brasil em junho de 2006, confirma este quadro:

A economia solidária ainda encontra grande dificuldade de acesso às informações e às políticas, programas e ações de financiamento, de capacitação, de assistência técnica e de comercialização, entre outros apoios e benefícios que não chegam com facilidade aos empreendimentos econômicos solidários. O acesso é dificultado pelas elevadas taxas de juros praticadas pelos operadores de crédito e microcrédito, pelo alto custo para manutenção da legalidade dos empreendimentos, sobretudo cooperativas, e pelas excessivas exigências burocráticas das instituições públicas e financeiras. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p.21).

Segundo pesquisa realizada no ano de 2003 pelo SEBRAE, constatou-se que 31% das empresas fracassam no primeiro ano de operação, e 60% não conseguem chegar aos cinco anos de vida. Do universo de empreendimentos econômicos solidários mapeados em Minas Gerais, observa-se que 35,5% iniciaram suas atividades em períodos anteriores ao ano de 2000 e o restante nos anos de 2000 a 2007. Considerando que no ano de 2005 foram mapeados 42,20% do total dos empreendimentos mineiros, verifica-se que uma boa parte destes possui, portanto, taxa de sobrevivência superior a cinco anos.

Nas organizações solidárias, convivem juntos dois objetivos fundamentais: a busca pelo desempenho social e pelo desempenho econômico. O trabalho organizado em economia solidária inscreve-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual a solidariedade transforma-se no esteio dos empreendimentos ao gerar tanto resultados materiais efetivos como ganhos extraeconômicos. Porém, pode-se compreender que um bom resultado econômico não só irá possibilitar a sobrevivência da unidade de base solidária no mercado como também contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus integrantes e de suas famílias. Não basta apenas que o empreendimento gere renda ou que consiga se

autossustentar, é de suma importância que estes dois resultados ocorram de maneira simultânea, e ainda, que a renda gerada seja positiva e compense toda a empreitada dos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento da atividade econômica.

Cabe aqui destacar, que o termo sustentabilidade, muito utilizado com referência à sustentabilidade ambiental, teve sua utilização, a partir dos anos noventa ampliada a outros aspectos, tais como sustentabilidade econômica, social, institucional, financeira e etc. Araújo, define sustentabilidade mais amplamente como “A capacidade de ser um empreendimento sustentável, que se pode manter mais ou menos constante ou estável por um longo período, sendo tal estabilidade em termos institucionais, técnicos, políticos e financeiros.” (ARAÚJO, 2005, p.9).

Do ponto de vista econômico-financeiro, sustentabilidade pode significar o retorno financeiro de um projeto, permitindo o seu funcionamento de forma efetiva, mesmo depois que a assistência financeira que lhe é oferecida acabar.

Segundo Edgilson Tavares de Araújo, “a necessidade que as organizações têm de gerar recursos próprios para financiar suas atividades”, deve ser compreendida como autossustentabilidade. (ARAÚJO; *et.al.*, 2005, p. 9). Para fins desta pesquisa, nos utilizaremos deste conceito, considerando autossustentáveis aqueles EESs mapeados cujos resultados da atividade econômica, no ano anterior à entrevista, permitiram, sem contar as doações de recursos recebidos, pagarem as suas despesas e ainda obterem um excedente/sobra.¹

Quanto à renda positiva, estamos considerando para efeito deste estudo, uma remuneração média mensal de valor pelo menos superior ao salário mínimo legal vigente no país à época da entrevista. Esta escolha fundamentou-se em dois critérios: no caráter solidário prevalecente nestas organizações, no qual inexistente o instituto da “mais valia” sendo o excedente da produção distribuído de forma justa e igualitária entre todos os sócios trabalhadores que participaram da atividade econômica, e por representarem empreendimentos de pequeno porte.

O interesse por este tema de pesquisa resultou da atuação profissional da autora, servidora pública da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - MG, na Comissão Gestora Estadual do Mapeamento da Economia Solidária no Estado de Minas Gerais, no período de 2005 a 2007. No trabalho de campo, foram levantadas por meio da aplicação de questionários aos empreendimentos, informações relacionadas à identificação, abrangência e

¹ Na economia solidária, os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Há a repartição do excedente anual, que é chamado de lucro na empresa capitalista e sobra na empresa solidária.

características gerais; tipificação e desenvolvimento da atividade econômica, investimentos, acesso a crédito, apoios e qualificação; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental dos empreendimentos de economia solidária. Desta experiência, algumas questões surgiram: por que alguns empreendimentos conseguiram, ao final de um ano de exercício, sem contar as doações recebidas, pagar suas despesas e obter um excedente/sobra, enquanto uma grande parte não? Por que alguns empreendimentos conseguiram garantir aos seus sócios uma remuneração mensal superior ao salário mínimo legal vigente no país, enquanto outros não?

Nesse sentido, este estudo tem a preocupação de identificar os fatores associados que contribuem para uma maior ou menor estruturação dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Minas Gerais. Considerando a estreita relação entre as características apresentadas pelos empreendimentos, sua autossustentabilidade e geração de renda, esta pesquisa busca, por intermédio dos dados do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, caracterizar o perfil de empreendimentos mais suscetíveis ao sucesso na autossustentabilidade e na geração de renda em Minas Gerais.

Para análise dos dados, foi utilizado o método estatístico *Grade of Membership* (GoM) ou grau de inclusão ou grau de pertinência, que permite determinar perfis multivariados de características descritivas de um grupo e a medida pela qual cada elemento é descrito pelo perfil. A aplicação do procedimento teve por objetivo analisar a influência das variáveis, tempo de existência, localização espacial, infraestrutura, formato organizacional, atividade econômica, inserção no mercado, acesso à qualificação e crédito e existência de trabalhadores contratados, na autossustentabilidade e na geração de renda.

Os resultados indicam que maiores chances de autossustentabilidade somada a uma geração de renda positiva apresentam-se associadas ao ingresso dos trabalhadores na economia solidária tendo como motivação não o desemprego e a complementação de renda, mas o desejo de se obter maiores ganhos em um empreendimento associativo.

Do mesmo modo, verificou-se que a formalização do empreendimento; a produção e prestação de serviços integralmente destinadas ao mercado, especialmente o atacadista/revendedor; a comercialização no âmbito do comércio microrregional e a contratação de trabalhadores não sócios, também contribuem para que as unidades de base econômica solidária apresentem maiores chances de se autossustentarem e de gerarem uma renda aos sócios trabalhadores superior ao salário mínimo legal vigente no país.

Outra conclusão a que chegamos foi de que a obtenção de crédito, assim como a realização de investimentos no negócio e o recebimento de apoio, assessoria ou capacitação

por parte de órgãos governamentais e instituições pertencentes ao Sistema “S” revelaram-se como importantes fatores que influem positivamente na autossustentabilidade e na geração de renda de um empreendimento econômico solidário.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo “**Transformações do Mundo do Trabalho e o Surgimento do Trabalho Associado em Economia Solidária**” se buscou realizar um breve relato das transformações de ordem econômica, social e política, ocorridas nas últimas décadas que afetaram de modo significativo o mundo do trabalho, especialmente a partir da segunda metade da década de 70, quando começa a desencadear-se a crise capitalista que se estende até os tempos atuais. Abordamos as consequências da adoção da política neoliberal no país para a classe que vive do trabalho, a crescente tendência à flexibilização das relações de trabalho, a desregulamentação dos direitos sociais brasileiros e o avanço da informalidade dos postos de trabalho.

Em seguida, ainda neste capítulo discorremos sobre o surgimento da economia solidária, num contexto de forte desemprego e precarização do trabalho, buscando conhecer seus antecedentes históricos, suas concepções, seus princípios, as iniciativas existentes e os debates e críticas acerca do tema na literatura.

No capítulo “**Economia Solidária – Uma Política em Construção**”, abordamos a trajetória da economia solidária no Brasil e as principais instituições fomentadoras das unidades econômicas de base solidária. Logo em seguida, discorremos sobre a configuração e as principais ações da política pública de economia solidária na esfera do governo federal, e no Estado de Minas Gerais. Ao fim deste capítulo, relatamos sobre o processo de mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários realizado no Estado e sobre os principais aspectos relacionados aos empreendimentos investigados nesse processo.

O capítulo “**A Autossustentabilidade e a Geração de Renda na Economia Solidária em Minas Gerais: Método, Resultados e Análise**” descreve as variáveis utilizadas do modelo e a composição do indicador de autossustentabilidade e de geração de renda, além de apresentar formalmente o método utilizado. A seguir, é feita uma análise dos resultados encontrados.

Por último, apresentamos as considerações finais.

2. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E O SURGIMENTO DO TRABALHO ASSOCIADO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1. As metamorfoses do mundo do trabalho

As últimas décadas foram marcadas por mudanças estruturais de ordem econômica, social e política, que produziram profundas transformações no mundo do trabalho.

Os tempos atuais traduzem um cenário difícil para a classe que vive do trabalho. De acordo com o Relatório de Tendências Mundiais de Emprego², realizado anualmente pela ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), cerca de 212 milhões de pessoas encontram-se hoje desempregadas em todo o mundo. Dessas, mais de um terço são jovens com idade entre 15 e 24 anos, que buscam sem sucesso um posto de trabalho.

Mudanças fundamentais no paradigma do trabalho afetaram o emprego tradicional, criando novas formas de ocupação cunhadas pela informalidade e precarização, traduzida na ausência de trabalho digno com proteção social. (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

Como assinalado com argúcia por Robert Castels,

A situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente. De agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório. (CASTELS, 1998, p. 21).

Para uma melhor compreensão da crise do emprego no século XXI, procuraremos neste tópico, realizar um breve resgate histórico dos fatores que desencadearam a crise capitalista iniciada a partir do início da segunda metade da década de 1970, e que, ainda hoje, continua intensificando as desigualdades sociais e colocando em cheque o emprego.

A fim de atingir esse propósito, optamos por retroceder aos tempos de prosperidade do capitalismo, período compreendido entre o fim da Segunda Grande Guerra Mundial (1945) e o final da primeira metade da década de 1970 (1975), representado por altas e estáveis taxas de crescimento econômico, tendência ao pleno emprego, salários reais crescentes, expansão

² Informação disponível em: www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php. Acesso em: 28 de mar. 2010.

dos gastos sociais do Estado e redução sistemática da pobreza e das desigualdades sociais. (PRONI, 2006).

Conforme destaca Marcelo Weishaupt Proni (2006), após a Segunda Grande Guerra Mundial, os segmentos preocupados com o desenvolvimento nacional passaram a exigir do Estado um maior controle sobre a economia. Nos países de capitalismo central, especialmente na França, havia o consenso de que uma economia de mercado precisava de maior regulamentação por parte do Estado e de ser conduzida de maneira mais segura, a fim de se evitar crises e catástrofes sociais. Acreditava-se que o capitalismo poderia ser conduzido de forma mais efetiva e que o planejamento público e a regulação estatal poderiam impulsionar um rápido crescimento econômico e consolidar a democracia.

Comungando com esses ideais, os governos dos principais países capitalistas procuraram se responsabilizar, no sentido de garantir aos cidadãos o bem-estar básico. O Estado, além de resguardar a economia nacional da racionalidade especulativa dos mercados financeiros e de proteger a população contra os desastres econômicos, começou a se preocupar também com a universalização das políticas de bem-estar social. (PRONI, 2006).

A expressão *Welfare State* passou a ser usada para denominar a nova configuração e as funções assumidas por muitos Estados da Europa que passaram a implementar políticas públicas de redistribuição de renda, fundadas no aumento da tributação e na expansão dos gastos sociais.

Os primeiros estudos sobre o *Welfare State* assinalavam que sua essência estava diretamente relacionada com a proteção oferecida pelo governo a todos os cidadãos na forma de gastos públicos comprometidos com padrões mínimos de renda, habitação, alimentação, saúde, transporte público e educação. Em síntese, o Estado de Bem-Estar Social representou a institucionalização dos direitos sociais, ou seja, o terceiro componente da cidadania na concepção de Marshall. (FARIA, 2007). A concepção baseada nessa tese denominou-se “Lógica da Industrialização” e, dentro dessa perspectiva, o crescimento econômico funcionava como um agente imprescindível à capacidade do Estado de exercer suas novas funções. Como precursores dessa teoria citamos: Wilensky e Gutright.

Conforme explicita Carlos Aurélio P. Faria (2007), estudos realizados posteriormente por Walter Korpi, Esping-Andersen e John Stephens contestaram a teoria da industrialização por entender que a ênfase dada ao gasto social estava equivocada, e desenvolveram outro modelo analítico, denominado “paradigma social democrata”. Esse modelo baseava-se nas diferenças existentes na distribuição dos recursos políticos entre as classes, para explicar a expansão do Estado de Bem-Estar Social. De acordo com os criadores dessa teoria, o *Welfare*

State seria resultante da união das forças ligadas ao movimento trabalhista e de seu crescente poder na sociedade civil e esfera política. Nesse sentido,

(...) uma força de trabalho emancipada pelo estabelecimento dos direitos civis, organizada no mercado de trabalho para reivindicar aumentos salariais e a melhoria das condições de trabalho, teria transferido a sua luta para as esferas eleitoral e governamental, com o intuito de alterar a estrutura das desigualdades. (FARIA, 2007, p.44).

Como Carlos Aurélio P. Faria (2007) acertadamente sublinhou, há nas ciências sociais, uma grande controvérsia sobre as causas da expansão do Estado de Bem-Estar Social no pós-Segunda Guerra Mundial, no entanto, existem nas diversas teorias que procuram explicar o seu desenvolvimento, pelo menos três elementos essenciais, quais sejam:

- 1) a disponibilidade de algum excedente econômico passível de ser realocado;
- 2) o desenvolvimento econômico sem precedentes do pós-guerra, que se prolongou até a crise do petróleo nos anos 70;
- 3) a experiência de centralização governamental durante o esforço de guerra significou o crescimento da capacidade administrativa do Estado, a qual, posteriormente, seria empregada para conduzir a expansão do Welfare State. (FARIA, 2007, p. 33).

Dado o contexto político-ideológico do pós-guerra, no qual era latente a preocupação pela proteção das instituições democráticas e dos fundamentos do capitalismo, os partidos e organizações sindicais representantes dos trabalhadores e os detentores de capital realizaram um pacto, no qual os trabalhadores, em troca de uma melhor distribuição da renda e dos ganhos de produtividade, aceitam a ordem imposta pelo capital. (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007).

O período compreendido entre 1945 e 1975 representou uma fase de intenso desenvolvimento, constituindo-se, no que diz respeito às suas características fundamentais e globais, no chamado “círculo virtuoso do fordismo”, cuja engrenagem, segundo Boyer citado por Cândido Guerra Ferreira:

(...) consiste no tipo de barganha entre capital e trabalho que se estabeleceu no âmbito destas formações sociais. A barganha pode ser apresentada, basicamente, da seguinte forma: de um lado, reconhecia-se o papel de dirigentes e proprietários de empresas na liderança e iniciativa no tocante à organização do processo produtivo e na tomada das decisões estratégicas quanto aos mercados e investimentos. De outro lado, os sindicatos lutavam para conquistar a maior parcela dos ganhos de

produtividade associados à difusão e consolidação das normas fordistas de produção e consumo. (FERREIRA, 1993, p. 9).

É importante registrar que o termo “fordismo” possui, como veremos, dois significados diferentes. Uma acepção diz respeito a um determinado modo de desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra (os trinta anos gloriosos) como vimos anteriormente; e a outra, que se coloca num patamar menos geral, relacionada a um princípio geral de organização da produção, que é caracterizada por um intenso parcelamento das tarefas laborais e especialização do trabalho, por uma mecanização fortemente especializada, pela produção em massa de bens padronizados e por salários relativamente elevados e crescentes onde são incorporados os ganhos de produtividade. (FERREIRA, 1993).

Graça Druck e Annie Thébaud-Mo (2007) chamam a atenção para o fato de que, embora o pacto fordista realizado entre o capital e o trabalho não tenha se estendido em toda a sua plenitude por todos os países, acabou por inspirar as lutas operárias e os governos de outras nações a implementá-lo, ainda que de forma incompleta ou periférica como no caso do Brasil.

“Os trinta anos gloriosos” significaram para a classe operária um período de melhoria dos salários e das condições de trabalho e de vida. O crescimento acelerado da economia aquecia o mercado de trabalho, trazendo como saldo, baixas taxas de desemprego, um maior poder de negociação salarial por parte dos empregados, um crescente aumento dos lucros das empresas, o fortalecimento dos sindicatos e a redução das desigualdades sociais. (ANDERSON, 1995; DUPAS, 1999; CASTEL, 1998; POCHMAN, 2002; BORGES, 2002; KREIN, 2003, 2006).

Nesse período, conforme destaca Márcia Leite, estruturou-se no Brasil um sistema de relações do trabalho em que prevaleceu:

...o trabalho assalariado, associado a um conjunto de direitos assegurados em lei tais como: salário mínimo, férias remuneradas, 13º salário, descanso semanal remunerado, pagamento de horas extras com valor diferenciado e um sistema de seguro social garantidor de benefícios tais como auxílio-maternidade, indenização por acidente do trabalho, aposentadoria, pensão por invalidez e por morte. (LEITE, 2009, p. 81).

Entretanto, a partir do fim da primeira metade da década de 1970, esse círculo virtuoso começa a se romper dando início a uma grande crise econômica mundial que marcou o fim da era fordista de desenvolvimento do capitalismo. Esta crise estrutural veio se arrastando ao

longo das décadas seguintes, provocando significativas transformações no mundo do trabalho e na vida das pessoas.

De acordo com Márcio Pochmann e Marcelo Proni, entre as causas que contribuíram para a interrupção do grande período de desenvolvimento, conhecido como os 30 anos gloriosos, destacam-se:

a) O declínio da hegemonia dos EUA e a perda de força do dólar perante outras moedas; b) a tendência ao sobreinvestimento em setores consolidados, o que criou uma capacidade ociosa não planejada; c) a saturação dos mercados internacionalizados de bens industriais e tradicionais; d) o arrefecimento do processo de elevação da produtividade global das economias desenvolvidas; e) o progressivo deslocamento da riqueza financeira em relação ao desempenho do lado real da economia e outros fatores que ajudam a explicar as fortes pressões inflacionárias, como o primeiro choque do petróleo (1973) e a elevação da taxa básica de juros nos EUA (1979). (PRONI; POCHMANN, 2006, p. 31).

Como podemos constatar, foram diversos os fatores que juntos desencadearam a crise econômica nos anos 70. Na primeira metade da década de 1970, a forte recessão fez ressurgir as teses neoliberais, que defendiam a não intervenção do Estado na economia. Para os adeptos dessa teoria, as origens da crise estavam diretamente relacionadas com a pressão por melhores salários, defendida pelas entidades sindicais representantes da classe operária e pelo gasto cada vez maior do Estado com políticas de proteção social. (ANDERSON, 1995).

Nas palavras de Ricardo Antunes, como resposta à crise estrutural do capitalismo:

... Iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 1999, p. 31).

Segundo Perry Anderson (1995), procurando recuperar os padrões de expansão da economia durante o período anterior, os governos de diversos países (Thatcher, na Inglaterra em 1979; Reagan, nos EUA em 1980; Kohl, na Alemanha em 1982; e Schlüter, na Dinamarca em 1983) começaram a implementar políticas neoliberais, que rapidamente foram também disseminadas para os países em desenvolvimento como, no caso, o Brasil.

Nas palavras de Hayek, citado por Perry Anderson,

... as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 2).

Conforme explicita esse autor, na compreensão dos neoliberais, os dois processos acima citados foram os responsáveis pela destruição dos níveis necessários de lucro das empresas, ocasionando os processos inflacionários que acarretaram a crise generalizada das economias de mercado, no pós-guerra. Nesse sentido, a ideia predominante era a recuperação dos lucros empresariais pela via de um Estado forte, na sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco, nos gastos sociais e na intervenção da economia. Dentro dessa perspectiva, começaram a ser adotadas diversas medidas como o enxugamento do setor público, o aumento da taxa de desemprego a partir da criação de um “exército reserva” de trabalhadores para enfraquecer os sindicatos e a redução de impostos sobre os altos rendimentos e rendas. Acreditava-se que o crescimento econômico seria retomado quando fossem adotadas todas essas medidas.

Perry Anderson (1995) nos mostra que o programa neoliberal adotado obteve êxito em vários aspectos. Entre eles, citamos: a derrota do movimento sindical comprovada pela redução drástica do número de greves nos anos 80, a notável contenção dos salários e a alta taxa de desemprego, o que possibilitou um significativo aumento da taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE e a redução da inflação de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80. Mas, no que diz respeito ao seu objetivo principal, ele deixou a desejar, pois não conseguiu fazer com que fossem retomadas as altas e estáveis taxas de crescimento econômico, como existiam antes da crise dos anos 70. De acordo com o autor, a razão para esse resultado paradoxal pode ser explicada pela desregulamentação financeira. Livres de qualquer regulação por parte do Estado, as transações financeiras começaram a ser realizadas mundialmente (liberalização do movimento do capital). Os detentores de riquezas, beneficiados pela omissão do Estado no tocante à regulação da economia, passaram a reinvestir seu lucro no mercado financeiro, em detrimento do investimento em atividades produtivas, geradoras de emprego.

Hoje, com as facilidades produzidas pela tecnologia, um simples acesso à internet possibilita aos investidores movimentar em segundos seu capital para mercados mundiais. Enquanto isso, milhares de fábricas, firmas de prestação de serviço e projetos de construção de estradas deixam de ser implantados, diminuindo-se a demanda por trabalhadores,

aumentando a taxa de desemprego e a redução das possibilidades de resultados favoráveis na negociação salarial e de melhores condições de trabalho daqueles que se encontram empregados. Nesse sentido, assim se expressa Márcio Pochmann:

A presença de baixas taxas de crescimento econômico e o predomínio de políticas macroeconômicas afastadas do pleno emprego e comprometidas com o combate à inflação e à desregulamentação dos mercados aumenta o desemprego, os novos tipos de ocupação precária e a maior diferenciação entre produtividade e o salário médio real. (POCCHMANN, 1999, p.107).

Conforme ressaltam Ricardo Antunes (1997), Marcelo Proni e Márcio Pochmann (2006), a década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mundo do trabalho. A globalização econômica, a liberalização econômica e a reestruturação produtiva representaram elementos de fundamental importância nesse processo de mudanças.

No fenômeno conhecido como globalização, o acirramento da competição internacional fez com que empresas multinacionais se convertessem em transnacionais, ou seja, estas passaram a pairar sobre diferentes espaços nacionais sem identificar seus interesses imediatos com nenhum deles. (PRONI; POCHMANN, 2006).

A liberalização econômica, representada pelo abandono das regras que cerceavam o livre funcionamento da economia, se manifestou nas transações financeiras (com livre fluxo de capitais especulativos), no comércio internacional (com o aumento das pressões para eliminar as barreiras protecionistas) e no âmbito do trabalho (flexibilização da legislação trabalhista e dos contratos coletivos de trabalho).

A reestruturação produtiva, ou seja, a introdução de inovações tecnológicas, redefinindo a forma de comercializar bens e serviços nas empresas com o objetivo de reduzir custos e aumentar ganhos de produtividade, nas palavras de João Meireles Filho, costuma abranger a combinação de cinco processos:

1) automação e informatização (adoção de equipamentos com base microeletrônica e de sistemas de informática); 2) mudança na relação entre empresas (terceirização, outsourcing, condomínio industrial); 3) mudança na organização dos processos de produção/serviços (produção enxuta, Just-in-time, kan-ban, células de produção); 4) transformações na organização do processo de trabalho (trabalho polivalente, trabalho em equipe, círculo de controle de qualidade, qualidade total, autonomia decisória); e 5) mudanças na gestão do trabalho e no organograma da empresa (reengenharia, cortes de níveis hierárquicos, cliente interno, gráfico de controle, “Kaizen”, sistema participativo, programa de remuneração variável). (MEIRELLES FILHO, 1998).

Ao dar prioridade aos ganhos de produtividade e competitividade, a reestruturação produtiva traz como consequência o aumento da taxa de desemprego e a precarização das relações de trabalho, pois “alguns segmentos ocupacionais tradicionais são eliminados por força dos investimentos em novas tecnologias, na racionalização das técnicas de produção e em novas formas de gestão dos recursos humanos.” (PRONI; POCHMANN, 2006, p. 42).

Nesse contexto, verifica-se que a globalização, a liberalização econômica, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo provocaram profundas transformações que extrapolaram o âmbito da economia, envolvendo também, mudanças de cunho político, social, cultural e espacial. (MARTINS, 1996).

2.2. Os efeitos da política neoliberal para o Brasil

A adoção do receituário neoliberal afetou o movimento social e político dos trabalhadores nos países de capitalismo central e também em países intermediários e subordinados, porém dotados de relevante porte industrial, como é o caso do Brasil. (ANTUNES, 1999). As transformações ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes principalmente da globalização e da reestruturação produtiva, provocaram profundas mudanças na vida dos trabalhadores das sociedades capitalistas.

Para Paulo Baltar, José Krein e Amilton Moretto (2006), a maneira como o Brasil se inseriu no processo de globalização causou grandes prejuízos ao nosso mercado de trabalho. A liberdade para importar uma diversidade de produtos, sem exigência de contrapartida dos parceiros comerciais, foi ampla. O não controle da entrada de capital permitiu a valorização da moeda nacional, que acabou ajudando a baixar a inflação, favorecendo ganhos de capital para aqueles que tiveram acesso a dinheiro estrangeiro, mas agravando a competição com os produtos importados, prejudicando a produção local. A fim de se manter o baixo preço da moeda estrangeira, elevou-se a taxa de juros, prejudicando aqueles que dependem do crédito em moeda nacional, a começar pelo próprio governo. Com os juros altos, o governo vendeu indiscriminadamente boa parte do patrimônio do Estado brasileiro e ainda assim a dívida pública continuou a crescer. Todo esse caos financeiro acabou criando condições desfavoráveis aos investimentos públicos necessários para o crescimento da economia.

Na concepção de Márcio Pochmann (1999), a implementação de políticas fundadas no receituário neoliberal, produziu a maior e mais grave crise do emprego de toda a sua história. Segundo esse autor, “nem mesmo as recessões de 1981/83 e de 1990/92, ou a Depressão

Econômica de 1929/32, ou ainda a transição do trabalho escravo no final do século XIX foram capazes de gerar tanto desemprego e condições e relações de trabalho tão precárias como verificado nos anos 90.” (POCHMANN, 1999, p.57).

O desemprego representou, na década de 1990, um dos principais problemas da sociedade brasileira. Nesse sentido, assim se expressa Carlos Roberto Horta:

... a busca de uma explicação para o desemprego deste fim de século corre o risco de perder de vista as várias relações entre fenômenos de diversas ordens. Fenômenos que vão desde a clara opção pelo desemprego, como subproduto de políticas econômicas, passando pela questão das inovações tecnológicas, da automação e da reestruturação empresarial, até às contradições no campo do capital, tanto do capital produtivo, quanto das contradições entre este último e o capital especulativo, atualmente hegemônico. (HORTA, 2001, p.13).

Para esse autor, os altos índices de desemprego demonstram seu conteúdo, enquanto resultado de uma decisão pela adoção de uma política econômica neoliberal, que teve como matriz o desmantelamento das políticas de bem-estar social. Horta assinala ainda, que o Estado brasileiro neoliberal se omite, por exemplo, em relação ao problema criado pelas inovações tecnológicas das empresas. Nessa linha de atuação, quando uma empresa, devido à robotização, demite um número considerável de empregados, aumenta o ônus social, já que isto se alia aos múltiplos fatores que geram problemas de violência urbana. Por sua vez, o Estado não cobra nada dessa empresa pelo custo social gerado. Situação semelhante de opção pelo ideário neoliberal ocorre quando – mesmo considerando que, no Governo Lula, foram realizados vários concursos públicos – o próprio Estado ainda mantém número insuficiente de pessoal no setor público, contribuindo para a precarização dos serviços que deveria prestar para a sociedade.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se observar no gráfico a seguir que, em 1996, a taxa de desemprego no Brasil era de 6,6%, já em 1999 passou para 9,4%. De 2000 a 2003, o nível de desemprego permaneceu elevado, já entre 2004 e 2006 apresentou uma modesta redução, e embora durante todo o período compreendido entre 2000 e 2006 tenha havido uma expansão rigorosa da ocupação formal, revertendo a tendência observada ao longo de toda a década anterior, este crescimento não foi suficiente para repor as perdas ocorridas em anos anteriores. (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

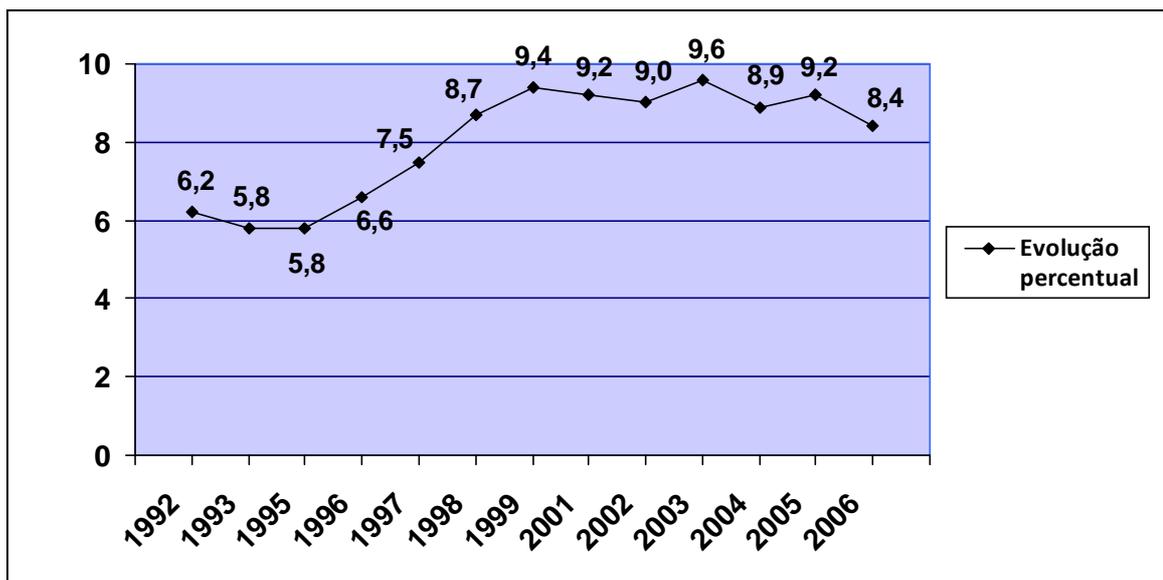


GRÁFICO 1 - Taxa de desemprego entre pessoas com 16 anos ou mais - Brasil 1992 a 2006 (em %)

Fonte: IBGE PNAD

Obs.: a) Não incluída a zona rural da região Norte, nos anos de 2004 a 2006, para permitir comparação adequada com o período anterior; b) Foram considerados apenas domicílios particulares permanentes.

2.2.1. Tendência à flexibilização das relações de trabalho e desregulamentação dos direitos sociais brasileiros

A abertura do mercado de trabalho brasileiro no início dos anos 90, sem uma regulamentação mais efetiva, provocou o desemprego e os novos tipos de ocupação precária. O grande salto tecnológico, aliado a fatores como a saturação do mercado de bens de consumo de massa e a demanda por produtos diferenciados, representou um marco nos anos 80, introduzindo novas formas de organização do trabalho e de produção do capital, contribuindo de forma significativa para a flexibilização das relações de trabalho. (ANTUNES, 1997).

Nestes anos, os principais instrumentos utilizados para enfraquecer o sistema de relações de trabalho brasileiro passaram a ser a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais.

Comparado a outros países, o Brasil apresenta um mercado de trabalho bastante flexível. As alterações realizadas na legislação trabalhista, como fruto da implementação de uma política neoliberal, deu às empresas maior liberdade para admitir e demitir seus funcionários conforme suas necessidades de produção. (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007).

Nesse sentido, assim assinala Márcio Pochmann:

Dos 27 milhões de trabalhadores com acesso à legislação social e trabalhista, algo como 9,5 milhões têm contrato de trabalho rompido anualmente. (...) O Brasil possui um pouco menos de 2/3 dos assalariados formais com menos de três anos na mesma empresa, indicando o predomínio do curto prazo nos contratos de trabalho. A inexistência de obstáculo para demitir retira a possibilidade de maior compromisso entre empregados e empregadores, assim como desfavorece o avanço da qualificação profissional no interior da empresa. (POCHMANN, 2002, p. 53).

Ressalta-se ainda, que toda essa flexibilidade acaba trazendo como consequência uma enorme desigualdade de remuneração. A diferença entre o salário real dos trabalhadores de base e dos trabalhadores de postos intermediários é enorme, sem falar na exorbitante diferença existente entre os salários desses postos comparados aos salários dos cargos de direção. (POCHMANN, 2002). Essa discrepância entre os salários resulta em um dos maiores problemas de nossa sociedade, ou seja, a má distribuição de renda, acirrando cada vez mais a desigualdade social e econômica brasileira. Estudos realizados pelo IBGE demonstram que, embora tenha havido uma redução da razão entre a renda familiar per capita dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, nos anos de 2007 e 2008, o nível apresentado no Brasil ainda é alto (o grupo mais rico ganha 18 vezes a renda do mais pobre). Em países desenvolvidos, o índice fica em torno de 4 a 6. Segundo Cláudio S. Dedecca e Eliane Navarro Rosandiski (2006), o Brasil está entre os países que possuem uma alta desigualdade de renda.

Conforme explicita Graça Druck e Annie Thébaud-Mony (2007), nos anos 90, ganham espaço no debate político as teses defensoras da desregulamentação dos direitos sociais e da flexibilização das relações de trabalho, defendidas por importantes entidades empresariais do país, em nome da redução do custo do trabalho e da elevação dos níveis de produtividade e competitividade.

Segundo esses autores, em contraposição aos anos 80, quando a reforma das relações do trabalho estava sendo impulsionada por setores dinâmicos do movimento sindical, buscando um avanço no sentido da democratização dessas relações e de uma maior regulação social, o rumo tomado nos anos 90 defendia a eliminação ou redução das normas vigentes na lei ou nos contratos coletivos. As alterações efetuadas na legislação permitiram que as empresas determinassem unilateralmente as condições de uso, de contratação e de remuneração do trabalho, fortalecendo a sua autorregulação pelo mercado.

Segundo José Dari Krein (2006, p. 58), “O número dos desligados com menos de três meses no emprego aumentou de 17% para 20%, entre 1997 e 2005, e os com menos de um ano passaram de 53% para 59%”.

Não obstante todas essas questões, o projeto neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos noventa, utilizando-se do argumento de que a negociação entre sindicatos e empresas geraria mais empregos, propôs a alteração do artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), impondo que o “negociado prevaleça sobre o legislado”, permitindo, assim, a aprovação de acordos e convenções coletivas de trabalho em dissonância com o estabelecido na CLT. No final de 2001, o projeto foi aprovado na Câmara Federal por 264 votos contra 213. Porém, no Senado Federal, o governo, temendo os votos de antigos aliados do PMDB e do PFL e diante da paralisação parcial de um grande número de trabalhadores liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi obrigado a retirar o pedido de votação em regime de urgência, sendo o projeto posteriormente arquivado. (BORGES, 2002).

Embora os defensores da mudança na legislação não tenham conseguido alterar o artigo 618 da CLT, não desistiram e continuaram dando prosseguimento ao processo de flexibilização da legislação trabalhista. A década de 1990 foi marcada por inúmeras desregulamentações nessa área. Utilizando-se de Medidas Provisórias e apresentando vários projetos de lei em regime de urgência de votação, o governo brasileiro trabalhou exaustivamente para promover a desregulamentação do trabalho.

Nesse sentido, Altamiro Borges (2002) aponta a realização de várias inovações na legislação como, por exemplo, a redução do valor das indenizações dos assalariados rurais excluindo das verbas rescisórias a incorporação das parcelas pagas “in natura”, durante a relação empregatícia; a denúncia da convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada; a instituição do Plano de Demissão Voluntária dos servidores públicos federais; a não incorporação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos salários e benefícios, constituindo assim um meio eficaz à flexibilização da remuneração; o impedimento da autuação de empresas descumpridoras das convenções e acordos trabalhistas, sendo-lhes imputada, ao invés da multa, apenas uma ocorrência de práticas ilegais por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); a duplicação do tempo do serviço temporário de três para seis meses; entre diversas outras.

O autor destaca ainda: a criação de novas modalidades de contrato de trabalho, como os contratos por tempo parcial, onde a jornada de trabalho semanal é de, no máximo, 25

horas, com redução proporcional do salário e do tempo de férias (oito dias); o contrato de trabalho por tempo determinado, onde o trabalhador não tem direito ao aviso prévio e à multa de 40% sobre o FGTS quando de sua demissão; o contrato de safra, cuja duração está vinculada à sazonalidade da atividade agrícola e não há necessidade do aviso prévio e nem garantia das estabilidade provisórias para além da vigência do contrato (maternidade e doença ou acidente); o de obra certa, muito comum na construção civil; o de aprendizagem, onde é permitida a intermediação de mão-de-obra aprendiz; e outras mais.

No Gráfico 2, podemos visualizar o crescimento dos contratos de trabalho por tempo e prazo determinados no Brasil, no período compreendido entre 1998 e 2004, tendo uma acentuada aceleração nos anos de 2000 a 2001, começando a decrescer em 2002, mas apresentando-se, em 2003 e 2004, ainda superiores ao ano de 1998.

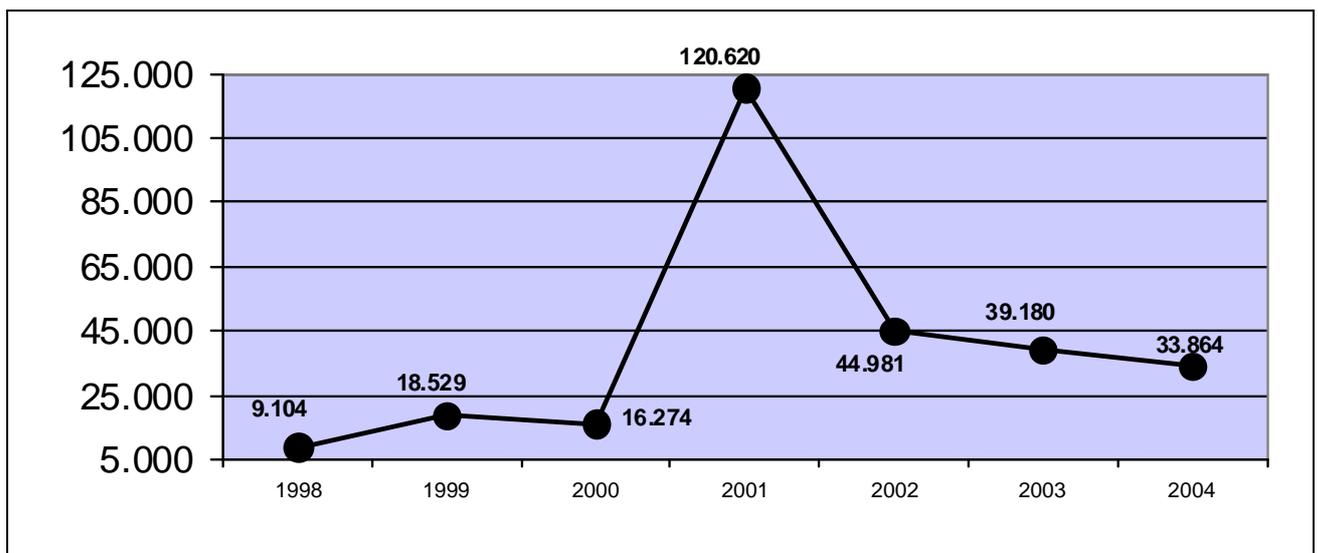


GRÁFICO 2 – Número de Contratos por Tempo e Prazo Determinados (Brasil – 1998/2004)

Fonte: RAIS/MTE

A partir dos anos 90, aumenta-se também a utilização de novas formas de contratação que, na realidade, camuflam verdadeiras relações de emprego. Essas contratações irregulares são realizadas com a intenção de se evitar o pagamento de direitos trabalhistas e previdenciários ao trabalhador. Nesse sentido, podemos destacar as cooperativas fraudulentas de mão-de-obra, também conhecidas como cooperatas; a contratação como Pessoa Jurídica (empresa); o trabalho estágio e o autônomo prestador de serviço. (KREIN, 2006; 2003).

Muitas empresas, a fim de fugir da obrigatoriedade do recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias; pagamento de direitos trabalhistas, como salário regular, férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, entre outros direitos assegurados por lei ao trabalhador, demitem seus empregados, estimulando-os a criarem cooperativas de trabalho, Pessoas Jurídicas (empresa) ou até mesmo a se tornarem autônomos prestadores de serviço; quando na realidade a “nova” relação estabelecida entre eles e o “antigo” empregador está impregnada dos elementos caracterizadores de uma verdadeira relação de emprego. (BUONFIGLIO; DOWLING, 2000).

Outra forma de contratação que vem sendo utilizada de forma bastante irregular nas empresas, acirrando ainda mais a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, é a chamada terceirização. Embora a legislação permita às empresas terceirizadas executarem apenas atividades-meio, como por exemplo, segurança e limpeza, hoje, a grande maioria das empresas e inclusive o serviço público federal, estadual e municipal desrespeitam esta regra.

Graça Druck e Annie Thébaud-Mony traduzem abaixo o atual momento de flexibilização que aflige o trabalhador brasileiro:

A mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, homens que devem ser “superados” e substituídos por outros “novos” e “modernos”, isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des) empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato e, dentre elas, a terceirização/subcontratação ocupa lugar de destaque. (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p. 26).

Para Rodgers, citado por Márcia de Paula Leite (2009, p.73), a precariedade presente nas novas formas de inserção ocupacional possui distintas dimensões: “(I) o grau de instabilidade; (II) o grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, salários, ritmo, etc...; (III) a proteção do trabalho seja por meio da legislação, seja a partir de contratos coletivos de trabalho e; (IV) o rendimento associado ao trabalho”. Para o autor, o trabalho precário está diretamente relacionado à combinação desses fatores.

Dentro da lógica neoliberal cada indivíduo passa obrigatoriamente a ser responsável por sua empregabilidade, devendo por conta própria procurar se adaptar à nova ordem imposta. A justificativa para o desemprego recai exclusivamente na pessoa do trabalhador que não se qualificou o suficiente para acompanhar as novas mudanças do mundo do trabalho. A qualificação passa a ser vista como a principal solução para se reduzir o índice de

desemprego, deslocando o problema da existência de vagas, de seu eixo central, ou seja, a dinâmica econômica. (ROSANDISKY, 2006).

Em relação aos salários, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, coletados por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontam que, em 2004, 65,2 % dos trabalhadores assalariados no Brasil ganhavam até 2 (dois) salários mínimos. Em 2005, ou seja, apenas um ano depois, esse índice sofreu um acréscimo de 3,6% passando para 68,8 % e, no ano seguinte, o percentual subiu para 70,6%. Em 2007, apresentou uma modesta redução em relação a 2006, fixando-se em 68%, e no ano de 2008, a porcentagem de trabalhadores assalariados que ganhavam até 2 (dois) salários mínimos no Brasil correspondeu a 69,5%, conforme a evolução apresentada no gráfico abaixo:

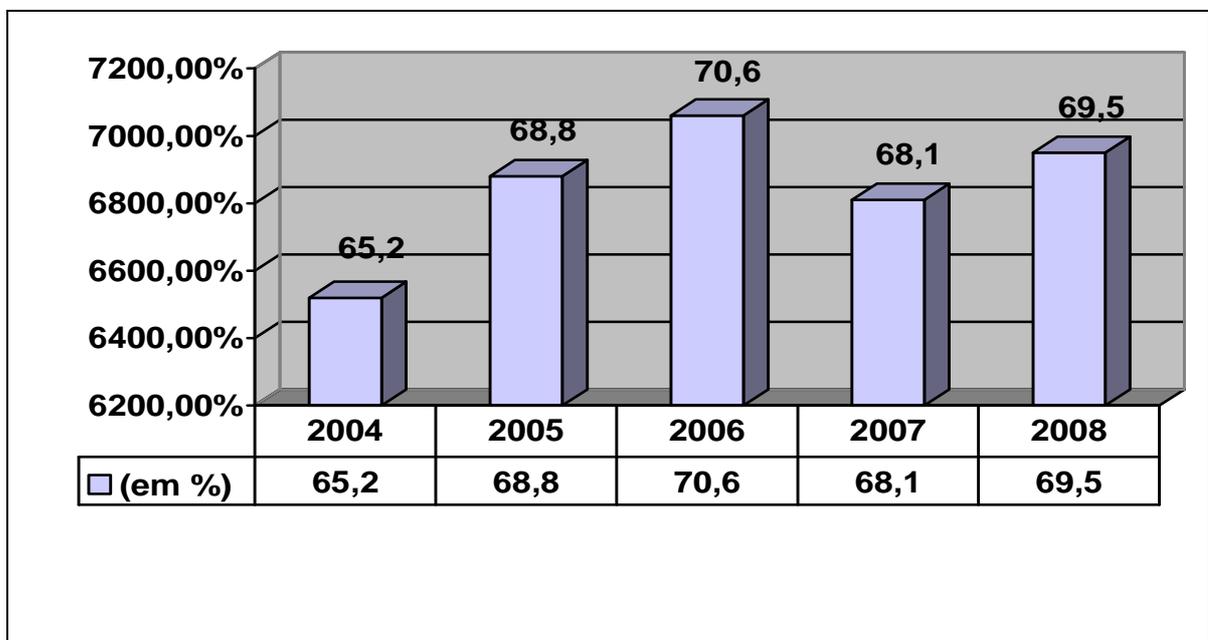


GRÁFICO 3 – Taxa (%) empregados e trabalhadores domésticos com rendimento mensal de até 2 salários mínimos (Brasil - 2004/2008)

Fonte: elaboração da autora com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 2004 a 2008 - IBGE

Nota (1): inclusive pessoas que receberam somente benefícios no trabalho principal.

OBS: os dados referem-se ao rendimento mensal no trabalho principal dos assalariados, incluídos os funcionários públicos estatutários e militares.

Esses dados nos mostram que embora tenha havido, a partir de 2006, um crescimento das vagas com carteira assinada devido à recuperação do emprego industrial e o aquecimento

do setor da construção civil³, a qualidade das vagas ainda é precária e a má distribuição da renda continua sendo um problema latente no Brasil, contribuindo para um quadro cada vez mais intenso de desigualdades sociais. Estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam que R\$ 1.995,91 (um mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa em um centavos) seria o valor do salário mínimo necessário⁴ para que em dezembro de 2009 um brasileiro pudesse atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, ou seja, 4,2 vezes mais que o valor do salário mínimo legal estabelecido em dezembro de 2009 (R\$ 465,00).

A flexibilização das relações de trabalho é uma característica presente no mundo contemporâneo. A opção por uma política neoliberal, com menor intervenção estatal e somada a diversos fatores econômicos, deixa o trabalhador atual em uma situação bastante fragilizada. Sobre isso, assim se expressa Maria Cristina Cacciamali e Maria de Fátima José-Silva:

[...] a vulnerabilidade da estabilidade econômica, seja pelo crescente endividamento interno ou externo dos países ou pela volatilidade dos fluxos de capital especulativo, conduzem a um modo de ajustamento macroeconômico, no qual as restrições ao crescimento econômico e o aumento da competitividade mostram sua contrapartida, principalmente na desorganização e na desregulamentação do mercado de trabalho. Logo, maiores índices de desemprego e subemprego, terceirização sem qualidade e desrespeito à legislação trabalhista são os resultados mais visíveis desse processo. (CACCIAMALI; JOSÉ- SILVA, 2003, p. 18).

A opção pela flexibilização dos direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores ao longo de décadas representa um retrocesso ao passado pré-taylorista e o fomento à expansão do trabalho precarizado, produzindo e reproduzindo desigualdades e exclusão social. (BARBOSA, 2007).

³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro de 2010, as vagas com carteira assinada cresceram 6% em relação a fevereiro de 2009 – quase duas vezes mais rápido que a população ocupada (alta de 3,5%).

⁴ Salário mínimo necessário: salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada mês, o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário. (Informações obtidas no site www.dieese.org.br, acessadas em 21/03/2010, às 20:00 horas).

2.2.2. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro

Como mostram os estudos realizados por Márcio Pochmann (2002) e Altamiro Borges (2002), nas décadas anteriores aos anos noventa houve uma evolução positiva do emprego assalariado, exceto em intervalos de crise econômica, como as compreendidas entre 1929/1932 (quebra da bolsa de valores de Nova York) e 1980/1983 (crise da dívida externa). Nos períodos de alta expansão da economia, o número de empregos formais assalariados gerados sempre foi maior que a criação de outras formas de ocupação, ao contrário do ocorrido na década de 1990, onde, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego, houve uma perda estimada de 3 (três) milhões de vagas formais. Esse dado nos mostra que o trabalho assalariado na década de 1990 veio perdendo sua centralidade nas relações entre capital e trabalho na sociedade brasileira.

Nos anos 90, o trabalho informal se expandiu em ritmo bastante acelerado e, embora no período de 2000 a 2006 tenha ocorrido uma tímida retomada do crescimento econômico, proporcionando um impacto positivo na geração de trabalho formal (Gráfico 4), as novas vagas criadas nunca superaram o número de perdas de postos formais na década de 1990.

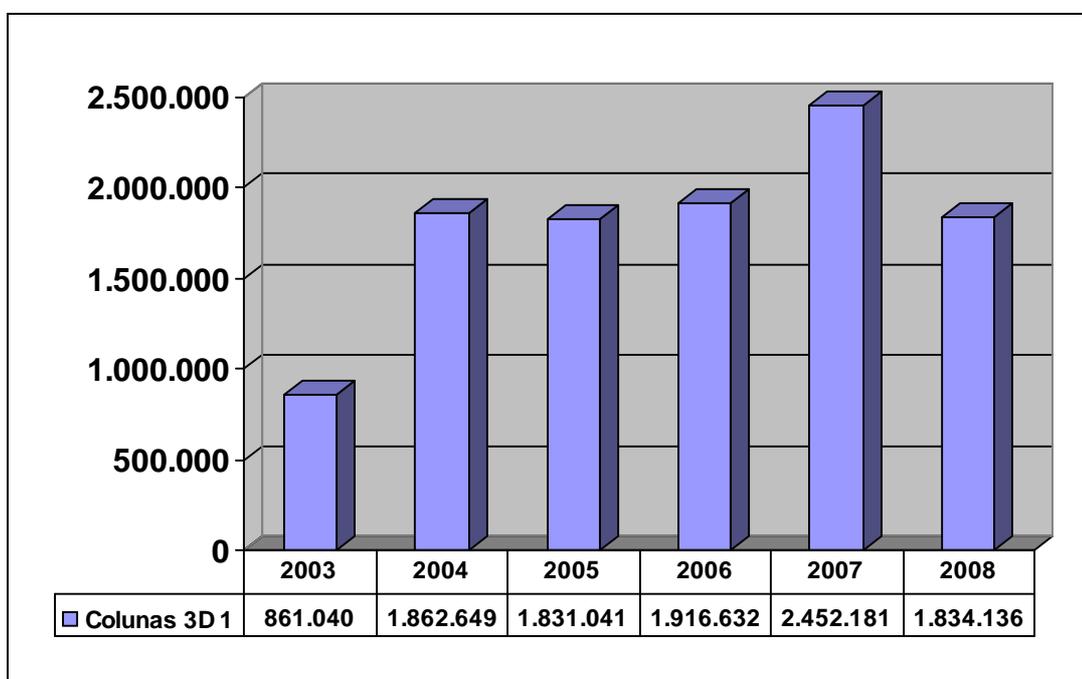


GRÁFICO 4 - Evolução do Emprego Formal no período de 2003 a 2008 (Brasil - Total das Atividades)

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com Carlos Jacob Lima e Maria José Bezerra Soares,

(...) O crescimento da informalização, através da utilização de trabalhadores sem contrato de trabalho, ou de formas pretensamente autônomas, transfere para o próprio trabalhador o ônus da reprodução da força de trabalho, desonerando o capital. (LIMA; SOARES, 2002, p. 179).

As iniciativas de trabalho autônomo, que, algumas vezes, representam formas camufladas de relações de emprego, começaram a se expandir nos anos de 1990, dando origem a uma nova informalidade, ou seja, trabalhadores inseridos em atividades formais ou legais são transferidos para atividades informais ou ilegais/não capitalistas. (NEVES, 2009).

Segundo Carlos Jacob Lima e Maria José Bezerra Soares (2002), na “nova informalidade”, o ônus sobre a reprodução da força de trabalho retorna para o indivíduo e/ou para a família e enfraquece a regulação sobre o mercado de trabalho. Esse fato contribui ainda com o enfraquecimento dos sindicatos, uma vez que acarreta a redução do quadro de associados, reduzindo o poder de reivindicação dos trabalhadores e o conseqüente enfraquecimento da categoria.

No contexto atual, essa “nova informalidade” vem ganhando espaço, deixando de ser algo transitório e se configurando cada vez mais como algo definitivo, representando na maioria das vezes o único meio que as famílias encontram para garantir sua sobrevivência. (NEVES, 2009).

Conforme destaca Maria Augusta Tavares (2004), o formal e informal coexistem na mesma unidade e o informal tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista. De acordo com suas palavras:

... O espaço econômico ocupado pela informalidade, hoje, apresenta-se em franco crescimento. Nele encontramos: a) trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal e b) trabalhadores que são deslocados do mercado formal pelos processos de terceirização. Os primeiros podem ou não manter relação direta com o capital. Já entre os segundos, é possível encontrar trabalhadores cujo contrato de trabalho é substituído por contrato comercial, sugerindo a eliminação do caráter subordinado da relação capital-trabalho. Mediante uma suposta igualdade formal, o trabalho assalariado é transformado, sob modalidades diversas, em trabalho autônomo ou em pequena empresa. E com esse simples artifício, a relação empregado/empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias. (TAVARES, 2004, p.178).

Segundo Eduardo G. Noronha (2003, p. 113), “A noção de formalidade está associada às noções de cidadania e de direito social”.

O trabalho formal, ao contrário do informal, é amparado por toda uma legislação de proteção social, conquistada ao longo de anos de luta pela classe operária, possuindo ainda o poder de, a longo prazo, influir na vida cotidiana e familiar das pessoas, contribuindo para o alcance da cidadania.

Conforme assinala esse autor, os anos 90 foram marcados por um processo de intenso crescimento do trabalho informal no Brasil, representando:

... uma reviravolta na história de um aparente caminho seguro em direção à equalização do mercado de trabalho; podendo ainda resultar da má performance econômica da América Latina nos anos 90, ou ainda ser o reflexo da rápida internacionalização da economia. (NORONHA, 2003, p. 115).

A Organização Internacional do Trabalho (2010) define o trabalho informal como aquele que é exercido sem haver contribuição à seguridade social pública. Sendo assim, este pode estar representado na contratação de mão-de-obra sem registro, no exercício do trabalho por conta própria, nos estabelecimentos de bens e serviços ou no comércio de rua, e ainda entre diversas situações em que o trabalhador fica responsável pelo acesso à proteção social apenas se pagar por ela, o que nem sempre ocorre, pois quando recebe baixos salários dificilmente o profissional consegue dispor de parte do que ganha para pagamento de seguros, ficando de fora das redes de assistência social.

O trabalho informal gera uma situação de menos cidadania para o trabalhador, pois não estando no mundo legal dos contratos, não gera direitos, deixando-o à margem da legislação trabalhista. (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003).

Para Eduardo G. Noronha (2003, p. 115), no Brasil, “velhas e novas formas de trabalho atípico misturam-se”, sendo ainda bastante elevado o índice de trabalhadores contratados sem registro e por outras formas de contratação que fraudam a legislação trabalhista. O aumento das ocupações típicas informais – como por exemplo, pequenos produtores e trabalhadores por conta própria – trazem em seu bojo o uso indiscriminado do trabalho e práticas predatórias, representado muitas vezes no trabalho infantil, em extensas jornadas, na terceirização ilegal e nos baixos salários, acarretando sérios prejuízos ao trabalhador. (BARBOSA, 2007).

Nos anos noventa, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o crescimento do trabalho informal foi superior a 62%. Esse dado

demonstra que a crise do trabalho assalariado, fez com que um número crescente de trabalhadores desempregados passasse a buscar no exercício de uma atividade informal os meios para sua sobrevivência.

Já a partir de 2004, a retomada do crescimento do produto interno bruto (PIB) começou a repercutir de maneira positiva na geração de empregos formais, contrastando com o ocorrido na década anterior.

Paulo Baltar, José D. Krein e Eugênia T. Leone (2009) ao analisarem o mercado de trabalho brasileiro no período compreendido entre 2004 a 2006, constataram que: “As mudanças nas condições de operação e crescimento da economia brasileira foram responsáveis pela aceleração no ritmo de geração de empregos assalariados e tem havido uma maior formalização dos estabelecimentos e das relações de trabalho.” (BALTAR; KREIN; LEONE, 2009, p. 37).

Segundo esses autores, embora o emprego formalizado venha apresentando uma tendência de crescimento na década atual, ainda continua elevada as altas taxas de rotatividade e de baixa remuneração. Alertam ainda para o fato de que o crescimento mais intenso do emprego formal tem se dado num contexto de crescimento da PEA, o que acarreta uma lenta diminuição da taxa de desemprego e a continuidade do crescimento, tanto do trabalho por conta-própria, como dos empregados sem carteira, embora em ritmo mais lento que o da década anterior.

Paulo Baltar, José D. Krein e Eugênia T. Leone também constataram que uma série de fatores contribuiu para esse quadro de crescimento da formalização dos contratos de trabalho, entre eles encontra-se o papel atuante das instituições públicas, que contando com um cenário econômico favorável, intensificaram as ações voltadas para o combate ao trabalho infantil e/ou degradante, para a facilitação do acesso ao crédito e ampliação dos incentivos fiscais para as micro e pequenas empresas, entre outros. (BALTAR, KREIN; LEONE, 2009).

Dentro desse cenário, de profundas transformações no mundo do trabalho, começaram a surgir no Brasil desde os anos 80 e mais especificamente na década de 90, experiências de trabalho, fundadas nos princípios do cooperativismo. Os trabalhadores demitidos que não conseguiam reinserção no mercado de trabalho formal, e mesmo aqueles que nunca estiveram inseridos numa relação de emprego, vivendo na informalidade, começaram a se organizar coletivamente e a formar cooperativas, associações, e até mesmo grupos informais que tinham como objetivo o exercício de uma atividade econômica, fundada em princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, como forma de garantir a sua sobrevivência. Essas experiências passaram a ser reconhecidas sob o nome de Economia Solidária.

Nesse sentido, surgiram no país centenas de empreendimentos econômicos solidários formados por trabalhadores que assumiram a gestão de fábricas falidas, por pequenos agricultores, costureiras, bordadeiras, artesãos, catadores de materiais recicláveis, entre outros.

Cabe aqui ressaltar que o Estado, instituições, organismos internacionais, universidades e centrais sindicais, desempenharam um importante papel no surgimento dessas iniciativas, pois na tentativa de resolver o problema de uma massa de trabalhadores à margem do mercado de trabalho formal, passaram a estimular a organização dos mesmos em empreendimentos denominados de “economia solidária.” (BARBOSA, 2007).

Pessoas que muitas vezes nunca chegaram a ocupar um posto formal de trabalho e aquelas desempregadas passam a ser estimuladas – independente de vontade própria, vocação ou posse de capital – a tornarem-se empreendedoras, donas do próprio negócio.

Segundo Paul Singer (2003), os integrantes desses empreendimentos econômicos solidários são, na maioria, trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados, subempregados ou trabalhadores do mercado informal. Muitos deles nunca chegaram a ocupar um posto formal de trabalho e geralmente possuem baixa qualificação profissional.

Sob a justificativa de que no mundo globalizado não há mais lugar para o pleno emprego e que o processo de transformação social pode vir a acontecer pela via do trabalho organizado em economia solidária, este tipo de iniciativa passa a ser fortemente estimulado, em 2003, pelo Governo Lula e por instituições não governamentais.

Buscando uma melhor compreensão sobre o tema da economia solidária, iremos, no item seguinte, apresentar algumas de suas diversas concepções, a partir dos autores que a estudam.

2.3. A economia solidária e suas concepções

Frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho, o debate sobre economia solidária vem crescendo não só no Brasil, mas também em outros países. O tema vem sendo tratado por diversos autores, em diferentes abordagens, como aquelas que enxergam nessa nova forma de organização do trabalho um passo em direção a profundas transformações sociais ou um caminho para o socialismo. Outras análises são mais pessimistas e compreendem a economia solidária como resultante da crise do emprego ocorrida na década

anterior; ou simplesmente como uma proposta de sucesso pouco provável, no que diz respeito à geração de renda ou como alternativa de trabalho digno.

Paul Singer tem sido um dos principais teóricos da economia solidária no Brasil. Para ele, as práticas de economia solidária começam a se expandir no país na década de 1990, quando os trabalhadores não inseridos no mercado formal de trabalho passaram a se associar em busca de alternativas coletivas de trabalho. Por iniciativa dos próprios trabalhadores ou por meio da indução de sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos, partidos de esquerda e instituições públicas executoras de programas de geração de trabalho e renda, começaram a ser criados grupos produtivos informais, cooperativas, associações de produtores, empresas autogestionárias, redes de produção, beneficiamento e comercialização, complexos cooperativos, empresas autogestionárias e clubes de troca. (SINGER, 2003).

Na visão do autor, o conceito de economia solidária gira em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. Dentro dessa concepção, o foco da discussão recai na superação de formas desiguais de produção e distribuição de riquezas características do sistema capitalista.

Singer concebe a economia solidária como:

Organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003, p. 116).

Essa concepção faz menção ao caráter autogestionário que devem possuir as organizações denominadas solidárias, acrescentando-se ainda, a ênfase na ajuda aos desfavorecidos, podendo esses serem compreendidos como: trabalhadores que perderam ou estão em vias de perder o emprego por causa de crise nas empresas contratantes; e pessoas de baixa condição financeira, em situação de vulnerabilidade e fora do mercado de trabalho por diversos motivos (idade elevada, deficiência física, baixa escolaridade, viciadas em álcool ou outras drogas ou vítimas de discriminação por raça e gênero). Nesse contexto, a economia solidária assume o duplo papel de inserção social e de combate ao desemprego. Pesquisas realizadas em organizações solidárias têm demonstrado que, setores mais vulneráveis da sociedade vêm encontrando no trabalho organizado em economia solidária uma possibilidade de inserção social, por meio da qual conseguem recuperar a sua dignidade e a sua auto-estima.

Para Paul Singer (2003), a autogestão representa o elemento central da economia solidária, estando relacionada à divisão do poder dentro da organização. Nesse sentido, todos os sócios de um empreendimento econômico solidário devem possuir o mesmo direito de voto na tomada de decisões. Se a organização solidária progredir, der certo, todos vão usufruir dos frutos; se der errado, acumular dívidas ou sofrer outros danos, todos os sócios deverão responder igualmente pelas dívidas e prejuízos. “A autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária.” (SINGER, 2003, p. 116).

Ao aprofundar a discussão sobre o tema, Singer chama a atenção para a interpretação que deve ser dada ao termo “solidariedade”. Nas práticas de economia solidária, a solidariedade deve ser relacionada ao princípio de democratização societária, própria da filosofia do cooperativismo, que traduz uma outra maneira de processar a economia, tendo como base o trabalho e a distribuição igualitária e justa dos excedentes da produção, negando a acumulação privada de riqueza mediante a exploração do trabalho do outro.

Sendo assim, a partir dessa concepção apresentada por Singer, subentende-se que um empreendimento econômico será compreendido como de economia solidária, quando seus trabalhadores, em busca de alternativas de sobrevivência e/ou movidos por ideologias contrárias ao princípio do individualismo competitivo, característico das sociedades capitalistas, mobilizam conhecimentos, esforços e bens, assim como dividem responsabilidades e obrigações em prol de um objetivo comum, ou seja, o desenvolvimento de uma atividade econômica viável e socialmente justa com vistas a garantir sua subsistência. Para que uma atividade econômica seja classificada como de economia solidária é imprescindível que o poder de decidir e de opinar dentro da organização seja compartilhado entre os seus membros, de modo a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores dentro das organizações. Além destes critérios, os frutos advindos com o exercício da atividade econômica devem ser compartilhados de maneira justa e solidária entre os trabalhadores membros da organização. Dentro desta concepção, cabe ainda afirmar que na economia solidária não deve existir a figura da “mais valia”, ou seja, os excedentes da produção não podem se concentrar nas mãos de um ou de alguns, mas deverão ser repartidos de forma justa e igualitária entre todos os integrantes da organização, que com o suor do seu trabalho, contribuíram para a produção da riqueza.

Paul Singer (2003) acredita que a economia solidária tem como um de seus principais antecedentes o cooperativismo operário, originário das lutas de resistência dos trabalhadores contra a Revolução Industrial, ao longo dos séculos XIX e XX.

Segundo o autor, o termo “cooperação” foi usado no século XIX por Robert Owen – industrial que se transformou num importante líder socialista – no sentido oposto à “concorrência” e como sinônimo de “socialismo”.

Com a Revolução Industrial, os trabalhadores passaram por momentos de crise tão intensa quanto hoje. Ao serem expulsos do mercado de trabalho pela introdução de novas máquinas e novas indústrias capitalistas, a primeira reação era a destruição das empresas. Mas, com as propostas de Owen, os trabalhadores começaram a compreender que não havia mais espaço para a produção artesanal pré-industrial e que a organização por conta própria, coletivamente, em empresas cooperativas e democráticas, poderia ser uma boa opção para roubar o mercado dos capitalistas. (SINGER, 2003).

Conforme destaca Paul Singer (2003), ao longo do século XIX foram desenvolvidas experiências com escopo cooperativo, como a criação em Londres do *Labour Exchange*, em 1832, que consistia em uma Bolsa de Trabalho, onde se trocava os produtos das cooperativas, a preços justos, pela quantidade de horas gastas em sua produção. Com o sucesso deste empreendimento, logo surgiram outros com a mesma concepção, que logo em seguida, devido às greves patronais, acabaram entrando em colapso juntamente com os sindicatos. Outras experiências, onde se produzia, consumia e poupava-se coletivamente também foram fomentadas por Owen, entre elas citamos as comunas agrícolas.

Carlos Jacob Lima (2004) salienta que a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (cooperativa de consumo dos operários têxteis), criada em 1844, constituiu um marco do movimento cooperativista, expandindo-se rapidamente com a abertura, em apenas seis anos de existência, de uma cooperativa de produção industrial e, em 1854, de uma tecelagem e fiação. Os princípios defendidos por Rochdale como os de uma autêntica cooperativa autogestionária eram: cada cabeça, um voto; livre entrada e saída do quadro social; neutralidade política e religiosa; e prioridade à educação cooperativa. Cabe aqui ressaltar que esses princípios foram ratificados em Genebra com a criação da Aliança Cooperativa Internacional. (LIMA, 2004). Além dos princípios anteriormente citados, Rochdale preocupava-se também em não produzir produtos adulterados, considerados nocivos à saúde dos consumidores, e vendê-los apenas à vista.

Seguindo esses princípios cooperativistas, um número considerável de cooperativas foram criadas, não só na Inglaterra, mas também em diversos países, sendo que, no final do século XIX, o cooperativismo já era considerado um grande movimento social e um importante modo de produção, entranhado em um sistema capitalista.

Paul Singer (2003) destaca que, no decorrer dos anos seguintes, na medida em que a cooperativa de Rochdale crescia e aumentava a necessidade por mais funcionários, sua forma de organização passava por modificações. Os novos funcionários não eram escolhidos entre os sócios como prescreve a autogestão, mas contratados como empregados assalariados. Os membros que antes exerciam a função de dirigentes em sistema de rodízio obrigatório, sem nada a receber pelo desempenho desta função, também passaram a receber salários. A autogestão, um dos princípios fundamentais do cooperativismo, foi também abolida por outras cooperativas. As gigantescas cooperativas agrícolas existentes nos países de capitalismo avançado passaram a ser operadas por trabalhadores assalariados selecionados pela direção, eleita pelos sócios, perdendo assim seu caráter autogestionário. Em relação às cooperativas de crédito, estas se transformaram em poderosos bancos cooperativos. Já as cooperativas de produção, embora tenham sido as que na sua grande maioria apresentaram um menor crescimento, mantiveram o exercício da autogestão. Assim registra Paul Singer:

Não falta quem sustente que foi o próprio êxito econômico do cooperativismo que ensejou sua transformação ou degeneração do ponto de vista da economia solidária, como se grandes organizações econômicas não pudessem resistir ao chamado “isomorfismo institucional”. De fato, o crescimento do tamanho da cooperativa e do número de seus membros dificulta a vigência da democracia participativa, mas este fator jamais bastaria, por si só, para operar a mudança. A autogestão foi deixada basicamente de lado por causa da passividade ou desinteresse dos próprios expropriados, isto é, dos membros da base das cooperativas. (SINGER, 2003, p. 121).

No século XX, países como Espanha, França e Itália ainda mantiveram um forte movimento cooperativista. Na Itália, mais especificamente, diversos fatores ajudaram a fortalecer esse movimento, entre eles, citamos o apoio político dos diversos partidos, o forte apoio recebido pelo Estado no século XIX (especialmente no período pós-guerra) e os contratos firmados com clientes nacionais e internacionais simpatizantes da causa cooperativista. (LIMA, 2004).

Nas palavras de Jean Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger, a economia solidária:

... é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Para os autores, as atividades econômicas conhecidas como de economia solidária são organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática, representadas em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade e etc. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Nas organizações solidárias, a solidariedade prevalece sobre o interesse individual e o ganho material, uma vez que são adotados critérios igualitários e socializados os recursos produtivos. Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger entendem que os integrantes das organizações solidárias estabelecem entre si um vínculo de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação, valorizando também a importância do trabalho e o compromisso com a comunidade social em que se inserem.

Genauto Carvalho de França Filho e outros (2006) compartilham com Polanyi o conceito de que a economia não pode ser concebida como um campo separado da atividade humana, relacionada apenas com a materialidade e interesses individuais. A economia deve ser apreendida com o sentido de uma economia plural, ou seja, uma economia que além de se relacionar com as noções de utilidade e escassez, também integra a dependência entre os seres humanos e entre esses com a natureza. Segundo os autores, a economia pode ser compreendida a partir de três princípios de circulação de bens e serviços, o princípio: a) do mercado, onde são ofertados e demandados bens e serviços para fins de troca; b) da redistribuição, na qual a produção é entregue a uma autoridade central que tem a competência de reparti-la; c) da reciprocidade, que corresponde às relações estabelecidas entre grupos ou pessoas, através de prestações que só fazem sentido na vontade de manifestar um laço social entre as partes envolvidas. Os modelos de produção fundados no princípio da reciprocidade surgiriam como uma forma de resistência ao mercado, resultantes de ações coletivas capazes de promover a democratização da economia. Segundo os autores, as práticas de economia solidária combinam dinâmicas de iniciativas privadas com finalidades centradas não no lucro e sim no interesse da coletividade (combinação da reciprocidade às lógicas redistributivas e de troca). Desta forma, as práticas de economia solidária fazem com que esta seja partícipe de uma economia plural.

Conforme destaca Luiz Inácio Gaiger, as práticas características dos empreendimentos de economia solidária:

...inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere, à noção de eficiência, uma conotação bem mais ampla, incluindo a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais. (GAIGER, 2003, p. 135).

José Luis Coraggio discute o tema a partir do que ele denomina de economia do trabalho. Esta propõe como o sentido da economia, a resolução das necessidades e desejos legítimos de todos. Na economia do trabalho, estariam incluídos os processos autogestionados pelos trabalhadores, sejam individuais ou coletivos, empreendimentos familiares, associações que organizam as condições de vida, caixas de consórcio e cooperativas; e também atividades desempenhadas nas unidades domésticas, como por exemplo, o cuidar da horta, o conserto de roupas, a construção ou reforma da própria casa. (CORAGGIO, 2009).

Para ele, os trabalhadores e suas famílias vitimadas pela crise do emprego, buscam novas iniciativas de sobrevivência na economia doméstica, que, em contraposição à lógica de reprodução do capital, é fundada na lógica da reprodução ampliada da vida. Coraggio acredita ser possível um desenvolvimento pautado na economia do trabalho, sem que necessariamente essa tenha que substituir a economia capitalista, podendo inclusive competir entre si. (CORAGGIO, 2009).

Marcos Arruda (2003) concebe a economia solidária como uma alternativa de trabalho emancipado frente a um cenário de desemprego estrutural, onde se mostra crescente a exclusão de trabalhadores do emprego formal. Em suas próprias palavras:

A proposta de uma economia fundada na solidariedade, na partilha social da riqueza, do poder e do saber, emerge no meio do século IX, a partir das próprias contradições do capitalismo industrial. Os trabalhadores explorados e alienados dos seus melhores atributos se juntam para buscar formas de organizar a produção a serviço da satisfação de suas necessidades, e não a serviço do lucro apenas, como a economia do capital e a relação competitiva e objetificada que lhe é peculiar. (ARRUDA, 2003, p. 234).

Conforme se observa, Arruda compreende a economia solidária como uma proposta de uma economia fundada na solidariedade, na partilha social da riqueza, do poder e do saber.

Outros teóricos, debatedores do tema da economia solidária, possuem uma visão mais crítica quanto à real capacidade desta em produzir transformações sociais importantes, baseadas em outros princípios que não os do sistema vigente.

Para Carlos Roberto Horta:

... esse tipo de alternativa entra em cena já com uma grande desvantagem para a classe trabalhadora, envolvida pelo avanço de uma hegemonia adversa, que torna cada vez mais natural a destruição de direitos que vieram sendo construídos ao longo do tempo e que constituíram referências de identidade e cidadania da classe trabalhadora do século vinte. Do ponto de vista da construção histórica da cidadania e dos direitos das classes trabalhadoras, seria desejável que esses empreendimentos da economia solidária pudessem resolver a questão da sobrevivência dos desempregados, mas que tivessem devidamente integradas em sua política, em sua organização, a clara opção e a conseqüente prática, no sentido de garantir a priorização da qualidade de vida do trabalhador, desde a preservação de seus direitos até ao direito de construir novos direitos. (HORTA, 2003, p. 11).

Na visão de Horta, a economia solidária está longe de ser uma alternativa capaz de resolver o problema do desemprego em grande escala, colocando ainda em risco os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos. Nesse sentido, assim também se expressam Carmela Buonfiglio e Afonso Juan Dowling:

A economia solidária representa um caminho de flexibilização, de negação da relação salarial, de precarização do trabalho que não ameaça o desenvolvimento do capitalismo. Ao capital pode até interessar – ou tolerar – nichos que não sejam operados por ele, que se dediquem a “alternativas”, mas só porque não afetam ou até contribuem para sua dominação. Então, por mais e melhores intenções, por mais que alardeiem a bandeira socialista, nesse momento, ao promover essa forma de trabalho “autônomo”, parece-nos que se corre o risco de realizar o “serviço sujo” para o capital, ajudando a disseminar a “flexibilização”, a ausência de garantias, a precarização. (BUONFIGLIO; DOWLING, 2000, p.18).

Carlos Jacob Lima (2004), nos seus estudos sobre o trabalho associado em cooperativas, informalidade, flexibilização e precarização do trabalho, traz para o debate a seguinte questão: em que medida a multiplicação das cooperativas de trabalho e produção está relacionada ora a uma forma utilizada para redução de custos empresariais, ora como alternativa de maior autonomia e democratização do trabalho, conforme previsto na filosofia da economia solidária? Além deste enfoque, ele destaca o problema em torno das dificuldades encontradas na formação de uma cultura autogestionária entre os trabalhadores.

Estudos realizados demonstram que, não todos, mas uma grande parte de trabalhadores, ingressaram na economia devido a um quadro de desemprego estrutural.

Nesses casos, a cooperativa, a associação ou até mesmo o grupo informal produtivo, acabam surgindo não por uma iniciativa voluntária dos trabalhadores, mas pela própria ausência de uma alternativa de emprego. Segundo Carlos Jacob Lima (2004), este fato acaba por constituir um expressivo complicador na formação da cultura autogestionária entre os trabalhadores, que passam a ter dificuldades de se perceberem proprietários do

empreendimento econômico solidário. A diminuição e o próprio desaparecimento da divisão do trabalho geram uma situação de intranquilidade para o trabalhador que, agora, além de atuar diretamente no processo produtivo, absorve preocupações inerentes de um negócio próprio como planejamento, gerenciamento financeiro, gestão administrativa, etc. Muitos desses novos empreendedores, quando se deparam com as dificuldades inerentes ao negócio, abandonam a organização coletiva, o que acaba acarretando um alto índice de rotatividade de cooperados, aumentando a probabilidade de insucesso do empreendimento.

Outros elementos presentes na cultura do emprego, entendidos como acesso a direitos sociais, também dificultam a compreensão da cultura autogestionária pelos trabalhadores. (LIMA, 2004). Criar um negócio não é nada fácil, ainda mais quando se está descapitalizado, dependendo de apoio governamental e não governamental; isto somado à ausência de qualificação adequada para tal empreitada, pois conforme afirmam Tauile e Debacco, citados por Carlos Jacob Lima:

Mesmo com o conhecimento prático do processo produtivo, a carência de conhecimentos técnico-organizacionais e de questões mercadológicas aumenta as dificuldades no processo de construção de um corpo técnico adequado aos desafios impostos pela proposta autogestionária e sua inserção num mercado competitivo. (LIMA, 2004, p. 10).

Na fase inicial do empreendimento econômico solidário, os trabalhadores geralmente se esforçam muito, trabalhando longos períodos contínuos, sem conseguir, devido a inexistência de um fundo de reserva suficiente, gozar os benefícios concedidos pela legislação trabalhista a trabalhadores empregados, como repouso semanal remunerado, férias, licenças para tratamento de saúde, entre outros. Todo esse esforço é realizado em prol do sucesso econômico do empreendimento que, muitas vezes, devido a uma série de fatores e ao próprio contexto econômico mundial, pode não ocorrer.

Uma outra discussão de suma importância, abordada na literatura atual, especialmente por Carlos Jacob Lima (2004), refere-se à forte tendência vigente no mundo contemporâneo de se criar cooperativas como formas alternativas de empresas capitalistas, ou seja: as empresas visando uma redução de seus custos operacionais, organizam ou estimulam a criação de pseudocooperativas, ou falsas cooperativas, também conhecidas como cooperfraudes, onde os trabalhadores não se organizam de acordo com os princípios cooperativistas. Neste formato, elas acabam funcionando como terceirizadas para as empresas

capitalistas, ficando os trabalhadores desacobertados de todos os direitos e garantias concedidos a um trabalhador assalariado.

Em um mercado globalizado, a competitividade entre as empresas passa a ser bastante acirrada, assim, os industriais, almejando uma boa lucratividade e o sucesso dos seus negócios, espalham suas fábricas por diversos territórios, buscando sempre mão-de-obra abundante, barata e desorganizada, assim como incentivos fiscais oferecidos pelos governos locais. É neste ambiente que propostas de criação de cooperativas fraudulentas encontram terreno fértil. Em diversos Estados do Brasil, cooperativas foram criadas por empresas, recebendo apoio ou não do Estado, com o intuito de fraudar a legislação trabalhista. Conforme destaca Carlos Jacob Lima:

A vantagem na utilização dessas cooperativas estaria na utilização da força de trabalho sem o ônus de sua gestão direta e dos custos presentes no contrato de trabalho – o que reduziria em torno de 50% os custos com pagamento de salários, segundo um diretor de cooperativa – além de estarem distantes das pressões sindicais existentes nas capitais. (LIMA, 2002, p. 11).

Como observamos, são diversas as dificuldades e os desafios enfrentados pela economia solidária no contexto atual. Problemas como acesso a tecnologias, educação, linhas de crédito adequadas à realidade dos empreendimentos, legislação específica para a economia solidária, espaços de comercialização, entre outros, são enfrentados diariamente pelos empreendimentos econômicos solidários.

No entanto, não podemos nos esquecer de que as políticas públicas direcionadas a esta nova forma de organização do trabalho são ainda muito recentes no país e encontram-se em processo de construção.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO

3.1. Antecedentes e trajetória da economia solidária no Brasil

No Brasil, os fundos solidários, lançados na Conferência Nacional dos Bispos, em 1981, e administrados pela Cáritas, tornaram-se uma das principais vertentes do movimento de economia solidária. Projetos alternativos comunitários baseados em formas autogestionárias de trabalho foram desenvolvidos em diversas regiões do país, com recursos oriundos dos fundos solidários.

Em um contexto de desemprego e em virtude do fechamento de empresas, em função do processo de reestruturação produtiva, muitos trabalhadores, evitando retornar a um mercado de trabalho cuja tendência era a dispensa de empregados, resolveram assumir as empresas na condição de credores prioritários dos empregadores falidos e criaram em 1994 a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), apostando na capacidade coletiva para solucionar problemas e superar desafios. Desde então, a ANTEAG passou a ser uma entidade de assessoria a muitas empresas em situação falimentar e passou a assessorar seus trabalhadores, no sentido de desenvolver uma nova forma de gestão tendo como base os princípios da economia solidária.

Em 1997, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com o intuito de conhecer melhor as experiências de pequenas empresas e cooperativas italianas, responsáveis na região da Emilia Romagna pela geração de 1/3 do seu PIB, resolve estabelecer um protocolo de colaboração entre as centrais sindicais do Brasil e a central de cooperativas italianas. Este intercâmbio inspirou a criação, em 2000, da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL Cooperativas). Sendo também constituída, neste mesmo ano, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que tem como finalidade a elaboração de propostas de políticas para a CUT, relativas aos temas de desenvolvimento local e da economia solidária. Já em 2004, em um congresso onde estiveram presentes delegados das cooperativas filiadas à UNISOL São Paulo e à Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada a UNISOL Brasil, com o objetivo de aglutinar as cooperativas e empreendimentos da economia solidária de todo o país.

Nas Universidades surgem, em meados dos anos 90, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), com o objetivo de auxiliar os grupos comunitários a

desenvolver, de forma coletiva, o exercício de atividades econômicas. Estudantes de diversos cursos como direito, administração, engenharia, psicologia, marketing e outros, passaram a incubar os grupos produtivos, ajudando-os a se consolidarem no mercado. Dessa experiência surge, em 1996, a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

A UNITRABALHO é uma rede universitária nacional, que agrega atualmente 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Foi criada com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. A instituição possui um Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável que se constitui como um espaço plural de pesquisa e atividade prática de extensão, consubstanciado na luta pela construção de novas relações de trabalho, que promovam o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos trabalhadores por meio de empreendimentos econômicos solidários autogestionários (EESs), com vistas às inovações tecnológicas e inserção no mercado, preferencialmente em cadeias produtivas.

No ano de 2000, foi criado o Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil), tendo como missão a implantação de um sistema brasileiro de Comércio Ético e Solidário, onde se busca o estabelecimento de relações éticas e solidárias entre todos os elos da cadeia produtiva.

O I Fórum Social Mundial, realizado em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, constituiu-se também em um importante espaço de debate e reflexão da proposta da economia solidária no Brasil. A oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que discutia a autogestão dos trabalhadores, as políticas públicas e as perspectivas econômicas sociais de trabalho e renda, contou com a participação de mais de 1.500 pessoas. Neste mesmo ano, com a finalidade de articular a participação nacional dos inúmeros atores envolvidos com a temática da economia solidária, foi constituído um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, composto pela Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito

Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em 2002, nos dias 9 e 10 de dezembro, foi realizada a I Plenária Brasileira de Economia Solidária na cidade de São Paulo, que contou com a significativa participação de trabalhadores desse tipo de empreendimento, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores de políticas públicas. Nesta plenária foi escrita e encaminhada ao futuro presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a Carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, onde eram apresentadas as diretrizes da economia solidária e reivindicava-se a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Em janeiro de 2003, durante a realização do III Fórum Social Mundial em Porto Alegre - RS, o GT Brasileiro realizou a sua II Plenária. Nessa plenária, foi publicado o livro “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”, e lançada uma agenda de debates da economia solidária nas regiões brasileiras. Já no dia 27 de junho deste mesmo ano, um dia após a constituição da SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, onde estiveram presentes 17 Estados da Federação, sendo criada de forma definitiva a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Uma vez criado, o FBES saiu dessa plenária com a incumbência de articular as bases da economia solidária por todo o território nacional e iniciar um processo de interlocução com a SENAES, no sentido de apresentar demandas, sugerir caminhos estratégicos e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária. Os participantes da Plenária criaram também os princípios gerais da Economia Solidária, abaixo descritos:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e

finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Carta de Princípios, 2009).

O FBES veio crescendo e se fortalecendo desde o momento de sua criação. Integrado pelos segmentos: empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos, encontra-se hoje representado nas 27 unidades federativas do Estado. Este crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com a América Latina na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS).

3.2. A política pública de economia solidária no governo federal

Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em junho de 2003, no governo Lula, a economia solidária ganhou uma expressão institucionalizada no primeiro escalão do Ministério do Trabalho e Emprego. Como titular da pasta, tomou posse o renomado economista, autor de respeitada obra econômica e militante da economia solidária, Professor Paul Israel Singer.

Tanto a inserção do tema no programa de governo, quanto a escolha da equipe técnica e de um secretário afinado com a proposta foram objeto de articulação e pressão política dos atores envolvidos com as experiências de economia solidária existentes no país.

Assim, com a publicação da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº. 4.764, de 24 de junho de 2003, que instituiu a SENAES, o Ministério do Trabalho e Emprego passou então a se responsabilizar, para além das iniciativas de geração de emprego e de proteção aos trabalhadores assalariados, pela implementação de políticas públicas que

incluíssem as demais formas de organização do mundo do trabalho, como os empreendimentos econômicos solidários.

Uma vez instituída, a SENAES iniciou os trabalhos de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil, com os próprios setores do Ministério do Trabalho e Emprego e com outros órgãos de governo.

Em 2004, contando com seu primeiro orçamento, a Secretaria cria e começa a implementar o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cujo principal objetivo é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Entre os objetivos específicos do programa estão:

- Difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, por meio de ações de fomento, assistência técnica e promoção de tecnologias adequadas ao desenvolvimento da economia solidária;
- Apoiar materialmente as entidades e agências de apoio e fomento à economia solidária;
- Elaborar e propor medidas para a articulação de ações de incentivo às finanças solidárias, principalmente nas modalidades de bancos comunitários e fundos rotativos, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- Intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores/as e orientar as ações de fiscalização;
- Articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e responsável e contribuindo para a construção de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
- Estimular e promover a produção de conhecimentos e tecnologias voltados à Economia Solidária, articulando-os às políticas de educação e de pesquisa;
- Manter o Sistema de Informações em Economia Solidária, ampliando e atualizando periodicamente suas informações;
- Fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais para a formulação de políticas públicas para a economia solidária, em especial o Conselho Nacional de Economia Solidária, implantado em 2006. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2004).

Como observamos, os objetivos do Programa são amplos e abrangem as principais demandas apresentadas pelo FBES em suas plenárias anteriores à criação da SENAES.

Vemos que há tanto a preocupação de se desenvolver ações que busquem a sustentabilidade das unidades econômicas de base solidária, por meio de iniciativas mais

diretas de promoção de assistência técnica, de tecnologias adequadas à realidade dos empreendimentos, de reformulação da legislação cooperativa e de articulação de cadeias produtivas, como ações mais gerais, que visam o fortalecimento dos espaços democráticos de participação e debate entre a sociedade civil e entes governamentais para a criação de políticas públicas para a economia solidária.

O público-alvo do Programa inclui os trabalhadores em risco de desemprego, desempregados ou autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

Desse modo, verifica-se que a política é focalizada em um segmento específico, uma vez que o público-alvo seriam os trabalhadores desempregados ou informais, reunidos em práticas autogestionárias coletivas.

A articulação com agências de fomento retrata a tendência atual de retração do Estado, no que diz respeito à implementação de políticas sociais, transferindo às ONGs, aos sindicatos, às incubadoras tecnológicas universitárias e à Igreja, a responsabilidade pela execução das ações do Programa.

Para implementá-lo, a SENAES adotou como estratégia ações de: articulação de políticas de fortalecimento da economia solidária, incentivando o controle social dessas por meio da participação da sociedade civil na sua elaboração e avaliação, especialmente através do Conselho Nacional de Economia Solidária; expansão das políticas de economia solidária para os Estados e municípios; integração da economia solidária com os processos de desenvolvimento local; fomento e incentivo à constituição de empreendimentos e cadeias solidárias a partir das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal; promoção do debate público da economia solidária através de seminários, cursos e encontros; elaboração de metodologias e diagnósticos para avaliar e acompanhar a economia solidária. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2004).

Sendo assim, a partir da sua implantação, a Secretaria começa a utilizar os instrumentos ao alcance do governo federal para articular as diversas iniciativas já existentes para incentivar o cooperativismo e o associativismo, contando sempre com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária na formulação e avaliação da política de economia solidária.

Como já salientado, a SENAES, buscando sempre a participação dos atores envolvidos na formulação da política, logo após o seu primeiro ano de existência, no período de 13 a 15 de agosto de 2004, realizou em Brasília, em conjunto com o Fórum Brasileiro de

Economia Solidária, o I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária⁵, que contou com a participação de 1.800 representantes de organizações coletivas do meio urbano e rural, dos setores de comercialização, de crédito, das trocas, de consumo, de produção agrícola, da agroindústria, da pesca, do vestuário (têxtil e confecção), do artesanato, da reciclagem de resíduos sólidos, metal-mecânico, da alimentação, do calçado, da mineração, da construção civil, manejo florestal sustentável, limpeza, higiene, beleza, saúde, fitoterápico, educação, produção cultural e prestação de serviços, entre outros, de todos os Estados da Federação.

Nesse encontro, foram discutidos temas baseados nos eixos da plataforma da economia solidária e solicitado ao presidente Lula a priorização das ações de afirmação da economia solidária, por meio da implementação de políticas públicas consistentes e principalmente capazes de criar instrumentos de viabilização democrática do acesso aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assim como a democratização da gestão e dos recursos do Sistema S⁶.

Atualmente, a política de economia solidária federal se realiza por meio de unidades produtivas e de entidades de assessoria e fomento, e não primordialmente pelos governos locais. A articulação se dá com os governos que já possuem em seu quadro alguma ação de economia solidária. Através da realização de convênios, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE repassa a esses órgãos recursos destinados ao fomento das ações já por eles desenvolvidas.

O MTE conta ainda com as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs), unidades estaduais que possuem em seu quadro uma seção com competências específicas de:

- I - acompanhar a execução das políticas e programas de economia solidária, bem como subsidiar sua avaliação, observando as diretrizes e orientações emanadas da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- II - fornecer informações e orientações referentes às políticas e programas de economia solidária;
- III - coordenar os trabalhos da comissão gestora estadual do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária;
- IV - subsidiar a Secretaria Nacional de Economia Solidária com informações relacionadas à execução das políticas de economia solidária no âmbito da jurisdição

⁵ As fotos ilustrativas do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária encontram-se no Anexo A.

⁶ Conjunto de organizações das entidades corporativas empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares.

da Superintendência, com vistas à atualização dos sistemas de gestão e de monitoramento dos resultados;

V - promover a articulação com órgãos públicos, privados e entidades representativas da sociedade civil objetivando uma maior eficiência e eficácia na execução das políticas e programas de economia solidária, observando as diretrizes e orientações emanadas da Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VI - auxiliar a Secretaria Nacional de Economia Solidária no planejamento e na execução de ações de capacitação dos agentes envolvidos na área de economia solidária; e

VII - promover e apoiar eventos, seminários e atividades de divulgação e articulação da economia solidária. (BRASIL, 2009).

Verificamos a partir do regimento interno das SRTEs que a política de economia solidária do governo federal, no âmbito estadual, apresenta-se ainda bastante tímida. A maioria das atribuições acima descritas demonstra a pouca capacidade de uma maior intervenção estadual no campo da economia solidária. Registra-se ainda que, até o presente momento, as SRTEs, por falta de estrutura, não conseguiram descentralizar as ações referentes à política federal de economia solidária para suas unidades regionais, ficando sua atuação ainda restrita no âmbito da região metropolitana.

Embora a referida Seção só tenha sido instituída oficialmente em 12/02/2009, desde 2004, quando da criação da Secretaria, as ações acima descritas vinham sendo desempenhadas por uma equipe constituída por 3 (três) servidoras vinculadas à Divisão de Atendimento e Orientação ao Trabalhador. A equipe, por orientação da SENAES, sempre trabalhou em conjunto com o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária.

As principais ações desenvolvidas ou acompanhadas pela SRTE-MG, no período de 2004 a 2009, foram:

I - Apoio na organização e participação nas reuniões mensais do Fórum de Economia Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FEPS/RMBH) e do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS).

II - Elaboração e implementação, em conjunto com o FEPS/RMBH e o FMEPS, dos projetos que viabilizam a participação anual dos empreendimentos de economia solidária de Minas Gerais, na Feira de Economia Solidária do MERCOSUL⁷, realizada anualmente na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

III – Realização, em conjunto com o FEPS/RMBH e o FMEPS, das Feiras Estaduais de Economia Solidária⁸ que acontecem anualmente na capital.

IV - Viabilização da participação dos empreendimentos em feiras já tradicionais na

⁷ As fotos ilustrativas da participação dos empreendimentos de economia solidária de Minas Gerais, na 3ª Feira de Economia Solidária do MERCOSUL, no ano de 2007, encontra-se no Anexo B.

⁸ As fotos ilustrativas das Feiras Estaduais de Economia Solidária encontram-se no Anexo C

capital, como por exemplo, a XX Feira Nacional do Artesanato⁹;

V - Constituição e organização da Comissão Gestora Estadual do Mapeamento¹⁰ da Economia Solidária no Estado e capacitação dos pesquisadores do mapeamento.

VI - Realização de palestras e organização de seminários sobre o tema da economia solidária; participação no Comitê Gestor do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte; participação no Fórum Estadual Lixo e Cidadania (FELC), apoiando os municípios mineiros na erradicação dos lixões e na incorporação dos catadores nos programas de coleta seletiva.

VII - Participação no Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste.

A transversalidade da política pelas diversas pastas temáticas dos outros órgãos federais é incentivada tanto pelo FBES como pela SENAES. Nesse sentido, destaca Paul Singer, em entrevista à Rede de Tecnologia Social (RTE):

O governo brasileiro faz política de economia solidária por meio de 22 ministérios, bem mais do que a metade dos ministérios do governo federal, que são 37. Todos os ministérios que são de políticas sociais dão apoio ao [programa de] economia solidária. (SINGER, 2009).

Desde sua criação, a SENAES veio oferecendo e ministrando cursos de economia solidária aos servidores do governo federal, nos órgãos situados em diversos Estados da federação, conseguindo com essa medida fazer parceria com 22 ministérios em programas comuns de resgate social de populações marginalizadas através do incentivo e fomento a organizações solidárias.

Seguindo esta linha, foram realizadas parcerias com o Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, possibilitando a incubação de diversas cooperativas formadas por egressos do sistema manicomial; com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; com a Secretaria da Agricultura e Pesca; com o Ministério da Educação por meio das ITCPs; com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve o Projeto de Comércio Ético e Solidário; com o Programa de Crédito Solidário para habitação, direcionado para

⁹ As fotos ilustrativas da participação dos empreendimentos de economia solidária de Minas Gerais, na XX Feira Nacional do Artesanato, encontram-se no Anexo D.

¹⁰ Os principais objetivos do mapeamento da economia solidária são, entre outros: constituir uma base nacional de informações, fortalecer e integrar os empreendimentos econômicos solidários em redes e arranjos produtivos, favorecer a visibilidade da Economia Solidária e subsidiar a formulação de políticas públicas.

famílias de baixa renda, organizadas em associações ou cooperativas habitacionais, e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do PRONINC, destinado ao fomento de ITCPs.

Outras parcerias também foram realizadas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que implementa ações: de incentivo à agricultura familiar por meio do cooperativismo de produção e comercialização, com o Programa Amazônia Solidária voltado para o fortalecimento econômico e social sustentável da Amazônia, através de associações e cooperativas agroextrativistas e com ações do Programa Fome Zero, que busca a geração de emprego e renda via aumento de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Caixa Econômica Federal - CEF e Banco do Brasil - BB para pequenas empresas e fortalecimento de agências de microcrédito solidário. (SINGER, 2009).

Os cursos não se restringem apenas aos servidores federais. São oferecidos também aos servidores do governo municipal e estadual como estratégia de incentivo de institucionalização de políticas públicas de economia solidária nesses âmbitos de governo.

A política nacional possibilita aos governos municipais e estaduais, potencialmente interessados em desenvolver ações de economia solidária, a receberem apoio do governo federal na implantação de Centros Públicos de Economia Solidária, espaços destinados a alojar um conjunto de atividades, principalmente na área de comercialização, de formação e de articulação local da economia solidária. Para constituição dos centros são disponibilizados recursos mediante convênio para reforma do espaço físico, compra de equipamentos, mobiliário, materiais permanentes e de consumo. Encontram-se hoje constituídos em todo o território nacional 16 (dezesseis) centros municipais e 2 (dois) estaduais. A ideia funda-se essencialmente no fortalecimento e fomento da economia solidária no plano territorial, buscando a articulação em rede e uma maior identidade e visibilidade da economia solidária no conjunto da sociedade.

Como observamos, embora haja um movimento do governo federal em direção à descentralização da política, a sua adesão pelos governos municipais e estaduais ainda é pequena.

Dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), ocorre também a realização do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (PLANSEQ ECOSOL), no qual tiveram participação 4.030 trabalhadores e 800 educadores em cursos de economia solidária, no período compreendido entre 2007 e 2008. Já em 2009, com a implantação dos Centros de

Formação em Economia Solidária, a meta atingida foi de 5.845 trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários qualificados. (SINGER, 2009).

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) representa hoje uma importante ação. Constituído por 5 (cinco) universidades, é atualmente coordenado pela SENAES e conta com a parceria dos ministérios de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Justiça, Turismo, Pesca, aos quais se somam os de Ciência e Tecnologia. Por meio das ITCPs, centenas de empreendimentos organizados dentro dos princípios de economia solidária recebem a incubação de professores e alunos das universidades.

Outro Programa implementado pela SENAES denomina-se Brasil Local e tem como escopo o desenvolvimento endógeno de comunidades pobres mediante a ação de agentes de desenvolvimento solidário, escolhidos dentre os seus próprios membros. Estes agentes serão incentivadores de novas organizações solidárias e de apoio às existentes, mediante a mobilização de políticas federais, estaduais e municipais de desenvolvimento local, que geralmente são inacessíveis por falta de conhecimento destas comunidades.

Procurando apoiar a recuperação de empresas em processo falimentar pelos trabalhadores em autogestão, a política nacional instituiu um plano (PLANTAG), no qual estão previstos a instituição de fundo público para apoio ao processo de recuperação; a criação de linha de crédito específica para empresas recuperadas; a realização de diagnóstico e auxílio nos estudos de viabilidade econômica, realizado pelo BNDES; uma política de formação em autogestão para empresas em crise e para empresas já em processo de recuperação; mecanismos de articulação das empresas recuperadas em rede, entre outras ações. (Termo de Referência – PLANTAG).

Outra ação desenvolvida pela SENAES consiste no apoio financeiro às redes e cadeias produtivas formadas por empreendimentos econômicos solidários, assim como a liberação de recursos para realização de feiras locais, regionais, nacionais e internacionais de economia solidária.

No campo das finanças solidárias, buscando o desenvolvimento local das comunidades, a Secretaria tem priorizado nos últimos anos a difusão dos bancos comunitários, que combinam a emissão de moeda social com o microcrédito. Parcerias com instituições bancárias como o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), também têm sido realizadas no sentido de facilitar o acesso ao microcrédito pelos produtores de baixa renda. Esforços também têm sido feitos na tentativa de se ampliar a oferta de microcrédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Observamos que já ocorrem avanços, ainda que de forma pontual, na articulação da política pública nacional de economia solidária com os outros órgãos de governo. Entretanto, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária continuam envidando esforços para que essa se torne uma política de Estado. Nesse sentido, cabe aqui registrar a conquista da aprovação do Projeto de Lei n. 7009/06, pelo Senado Federal, em 16 de dezembro de 2009, que regulamenta as cooperativas de trabalho. A Lei do cooperativismo em vigor no Brasil é de 1971 e não atende as especificidades das cooperativas de economia solidária. A nova lei das cooperativas de trabalho representará um avanço para a economia solidária no país. Além de dispor sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, distingue entre essas as que são de produção (aquelas em que os sócios trabalham com seus próprios meios de produção: máquinas, instalações, matérias primas e etc.) e as que são de serviço (os sócios prestam serviços especializados a terceiros, utilizando os meios de produção do cliente). Na nova lei está prevista a obrigação de qualquer cooperativa de trabalho garantir aos seus sócios certos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal. A lei determina que o Estado se empenhe em apoiar as cooperativas pobres para que possam elevar sua renda, tendo em vista garantir aos sócios o direito de ganhar ao menos o salário mínimo, de gozar de férias anuais e o descanso semanal, de receber o adicional de insalubridade, entre outros direitos. Para facilitar a adoção dessas medidas, a lei prevê ainda a execução, por parte do Estado, do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOB). O projeto de lei foi enviado ao senado pelo executivo e elaborado com a colaboração do Ministério do Trabalho e Emprego.

Como vimos, começa a vigorar no século XXI uma forte tendência de fomento ao trabalho organizado em economia solidária por parte do governo brasileiro, não só como estratégia de promoção de um desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, mas também como forma de se resolver o problema estrutural do emprego, gerado no final do século XX.

Para intervir de maneira efetiva na potencialização das unidades de base solidária, o governo federal sentiu a necessidade de fazer um levantamento socioeconômico dos empreendimentos existentes. Nesse sentido, realizou entre os anos de 2005 e 2007, o primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil. Por meio desta pesquisa foram coletadas informações relativas à forma de organização dos empreendimentos; razões que motivaram a sua criação; número de sócios; suas principais atividades econômicas; principais insumos ou matérias-primas consumidas; principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços; dificuldades encontradas na comercialização; origens de recursos para iniciar a

atividade econômica; dificuldades enfrentadas no acesso a crédito ou financiamentos; formas de participação dos sócios nas decisões; resultados financeiros do exercício da atividade econômica, remuneração dos sócios, benefícios, garantias e direitos percebidos pelos sócios; participação dos empreendimentos em movimentos sociais e populares, entre outras. (ATLAS..., 2006).

Esse estudo teve como principal proposta conhecer de perto as características dos empreendimentos para poder implementar políticas públicas de fomento adequadas às suas realidades, assim como facilitar a formação de redes e cadeias produtivas no seio da economia solidária.

Com esse objetivo, foram mapeados 21.859 EESs no Brasil, dos quais 1.236 estão localizados no Estado de Minas Gerais.

3.3. A política pública de economia solidária no Estado de Minas Gerais

A formulação e a implementação da política pública de economia solidária em Minas Gerais tiveram apoio do movimento social organizado e de diversas instituições em prol de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo, iniciado no ano de 2001, quando da criação do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária - FMEPS.

Formado por trabalhadores, organizações de cunho religioso com atuação comunitária, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e entidades ligadas ao movimento sindical e ao movimento de mulheres, o FMEPS realizou, no ano de 2003, a I Feira de Produtos da Economia Popular Solidária e o I Ciclo de Debates na Praça da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, dando assim o primeiro passo em direção ao início da institucionalização de uma política pública de Economia Popular Solidária no âmbito do Estado.

Nos debates, dentre outras demandas apresentadas pelo movimento, foi colocada em discussão a criação de um selo para os produtos oriundos da economia solidária. Nesse sentido, os deputados presentes e as entidades integrantes do FMEPS propuseram a elaboração de uma legislação estadual de certificação de produtos. Mais tarde, o grupo de integrantes do FMEPS que se responsabilizou pela apresentação da minuta do projeto de lei, ampliou a proposta prevendo também a constituição de um conselho, de um fundo e de um cadastro estadual de empreendimentos de economia solidária. Em 19 de janeiro de 2004, entra

então em vigor a lei 15.028, que define as diretrizes da política estadual de fomento à economia popular solidária. Embora sancionada, a lei não foi regulamentada pelo executivo estadual, dentro do prazo previsto. O motivo apontado pelo Estado relacionava-se à ausência de dotação orçamentária para compor o fundo e custear as ações de apoio e fomento aos empreendimentos contempladas na lei. Cabe ressaltar que a lei mineira foi uma das primeiras a serem promulgadas no país e serviu de base para a elaboração de outras leis estaduais que foram regulamentadas antes dela em alguns Estados da Federação. Nos anos seguintes à sua promulgação, o FMEPS continuou a lutar pela sua regulamentação. O processo de mobilização pela regulamentação envolveu atos públicos, articulação junto a deputados e diversas reuniões do movimento de economia solidária com o poder executivo. Porém, só depois de transcorridos quatro anos de sua publicação, a lei foi finalmente regulamentada pelo Decreto 44.898, em 18 de setembro de 2008, no segundo mandato do governador Aécio Neves. O Conselho Estadual de Economia Solidária foi constituído 3 (três) meses depois, sendo composto por representantes das diversas Secretarias de Estado e por representantes da Sociedade Civil. Ainda em 2008, foi inserido no Plano Plurianual de Ação Governamental uma ação específica de fomento à economia solidária com recursos da ordem de R\$ 850.000,00.

A pasta da economia solidária no governo de Minas foi assumida pela Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda, vinculada à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social, que por meio de sua Diretoria de Promoção ao Associativismo, responsabilizou-se pela formulação, coordenação e divulgação das políticas, programas, planos e projetos de geração de trabalho e renda, pautando suas ações nos objetivos da lei 15.028, abaixo dispostos:

Art. 3º - A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

- I - gerar trabalho e renda;
- II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;
- IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;
- VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;
- VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;
- VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- IX - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;

- X – educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;
- XI – integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades autossustentáveis;
- XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;
- XIII – constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta Lei. (BRASIL, 2004).

Em seu artigo 2º, a lei estabeleceu como público-alvo da política, os empreendimentos de economia solidária de iniciativa da sociedade civil que visam a geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho, e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Desta forma, a Diretoria de Promoção ao Associativismo construiu seu Plano de Trabalho fundamentado nos objetivos da lei 15.028, estruturando-o em três ações estratégicas: I - ação de formação, capacitação e assessoria a empreendimentos de economia popular solidária; II – apoio à comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos da economia popular solidária e, III – apoio a programas de crédito e investimento em infraestrutura para os empreendimentos da economia popular solidária. (SEDESE, 2008).

De acordo com a Diretoria, foram implementadas, no ano de 2008, ações de qualificação em reciclagem, gestão, artesanato e confecção. No intuito de fomentar o comércio justo e solidário e apoiar a estruturação dos empreendimentos, foram viabilizadas a participação dos mesmos em feiras estaduais e regionais, assim como o fornecimento de máquinas e equipamentos. Nesse mesmo ano, foi realizada a capacitação em economia solidária direcionada aos gestores municipais. Conforme avaliação da própria Diretoria, embora tenha ocorrido o apoio a 150 empreendimentos, no ano de 2008, as ações dispersas não representaram resultados com grande amplitude.

Já no ano de 2009, esse quadro se reverteu devido à existência de emendas populares que acabaram dobrando o orçamento estadual, possibilitando a ampliação das ações para o desenvolvimento da política. No campo da comercialização, foram apoiadas 10 (dez) feiras regionais, que envolveram a participação de 389 empreendimentos de economia solidária e contaram com a presença de 9.000 visitantes. Durante a realização das feiras, aproveitou-se a oportunidade para se realizar o cadastro estadual dos empreendimentos, permitindo-lhes o

acesso aos benefícios estipulados na lei estadual. A comercialização foi avaliada por meio da aplicação de questionários aos empreendimentos e ao público visitante em 6 (seis) feiras. Os registros apontam que 50% dos visitantes declararam não ter adquirido nenhum produto, indicando como causa o preço elevado dos mesmos. Quanto aos expositores, 48 % declararam não ter suas expectativas atendidas pela feira.

Ainda em 2009, deram-se continuidade às ações de formação, priorizando o seu planejamento sempre em conjunto com os 10 (dez) fóruns regionais de economia solidária, constituídos por representantes dos empreendimentos, entidades de apoio e fomento à economia solidária e gestores públicos. Porém, devido aos entraves burocráticos da máquina pública, os recursos da emenda só foram liberados em outubro de 2009, inviabilizando as ações na área de formação planejadas anteriormente. A fim de não se perder o aporte de recursos disponibilizados via emenda, o FMEPS mobilizou-se e conseguiu a transferência de sua aplicação para feiras regionais de economia solidária que já estavam programadas para acontecer no período de novembro a dezembro de 2009. Apesar das dificuldades encontradas na implementação das ações, a Diretoria de Promoção ao Associativismo destaca a realização de 33 cursos/oficinas com recursos oriundos da política estadual de fomento à economia popular solidária e outros custeados pelo Projeto Usina do Trabalho.¹¹

Quanto à certificação dos empreendimentos e dos seus produtos e serviços, o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária vem trabalhando nessa construção.

Ao verificarmos a trajetória da política pública de economia solidária no âmbito do governo estadual, percebemos que, embora a mesma já esteja institucionalizada, encontra-se ainda no início de um longo caminho a ser percorrido em direção à promoção do desenvolvimento social. Nesse percurso, a efetiva atuação do Conselho e do FMEPS constituirá fator de fundamental importância para se atingir a efetividade da política no Estado.

¹¹ O Projeto Usina do Trabalho faz parte da política da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Minas Gerais e tem como objetivo promover a inclusão social e produtiva da população mineira por meio da melhoria da empregabilidade da população. O projeto atua onde há postos de trabalhos disponíveis, possibilidades de desenvolvimento do empreendedorismo e em espaços onde há concentração de pobreza.

3.4. O processo de mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Minas Gerais

Conforme previsto no Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) deveriam ser mapeadas todas as organizações encontradas que fossem coletivas, singulares ou complexas, suprafamiliares e permanentes, cujos participantes ou sócios fossem trabalhadores que exercessem a gestão coletiva das atividades e dos seus resultados, realizando atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário, podendo dispor ou não de registro legal. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

É importante destacar que esse conceito de Economia Solidária formulado pela SENAES em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária, norteador de todo o processo de cadastro de empreendimentos no SIES, possui quatro pilares fundamentais denominados: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade, que podem ser assim compreendidos:

- 1) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- 2) **Autogestão:** exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
- 3) **Atividade Econômica:** agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
- 4) **Solidariedade:** preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidoras. (ATLAS ..., 2006, p. 12).

Desta forma, a partir das informações coletadas sobre os empreendimentos por meio do processo de mapeamento, foi constituído o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por uma base nacional e por bases locais de informações, contendo a identificação e a caracterização dos empreendimentos mapeados.

Conforme o disposto no guia de orientações do SIES, além de se produzir um retrato da economia solidária no Brasil favorecendo o fortalecimento dos processos organizativos e o apoio e a adesão da sociedade, a implantação do SIES teve também como objetivos: contribuir para uma maior integração dos empreendimentos através da elaboração de catálogos de produtos e serviços; subsidiar os processos públicos de reconhecimento da economia solidária e a formulação de políticas públicas; subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

Para dar início aos trabalhos do mapeamento, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criou um Grupo de Trabalho Nacional do Mapeamento e 27 Equipes Gestoras Estaduais (EGEs), com a participação de gestores públicos das Delegacias Regionais do Trabalho, hoje denominadas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego; de instituições de ensino superior, geralmente representadas por suas incubadoras de empreendimentos cooperativos e/ou núcleos vinculados à Rede Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO); de gestores públicos e de representantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

Em Minas Gerais, em um primeiro momento, foram mapeados 521 empreendimentos, sendo a equipe gestora estadual composta por representantes da Delegacia Regional do Trabalho; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (NESTH); Instituto Marista de Solidariedade; Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT Minas); Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais e Incubadora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como instituição responsável pela coordenação estadual do mapeamento no Estado, mediante realização de convênio com o MTE, foi eleita pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) a entidade denominada O Movimento do Graal no Brasil.

Na segunda fase do Mapeamento, foram incluídos no SIES mais 715 empreendimentos, participando da Comissão Gestora Estadual (CGE), representantes das seguintes instituições: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE-MG); Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais (SEDESE-MG); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT/Minas); Cáritas Brasileira - Regional Minas

Gerais; Instituto Marista de Solidariedade (IMS); Pastoral Operária; Cooperativa dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (COOPERSOLI); Cooperativa Mista dos Produtores Artesanais e Rurais de Melo Viana (COOPERMEV); Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha (COMARP) e empreendimento Amigos de Xica. Nesta fase, a entidade selecionada que firmou convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para realizar o mapeamento nos Estados da Região Sudeste foi a UNITRABALHO, que no Estado de Minas indicou a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para coordenarem conjuntamente os trabalhos do mapeamento no âmbito do Estado.

À Comissão Gestora Estadual (CGE) foi atribuída a gestão política do mapeamento. Nesse sentido, seus integrantes, já com uma pré-listagem elaborada pela SENAES-MTE a partir de diversas fontes, procuraram acrescentar a este rol outras experiências de atividades econômicas levantadas junto às comunidades, que provavelmente pudessem ser caracterizadas como empreendimentos de economia solidária, para logo em seguida confirmar ou não esse caráter.

De acordo com os relatórios elaborados pelas Comissões Técnicas Estaduais do Mapeamento, nos dois momentos do mapeamento ocorrido no Estado de Minas, a CGE participou da capacitação dos entrevistadores e da equipe técnica responsável pela coleta de dados. Além da referida capacitação, seminários tendo como tema central a economia solidária foram realizados em diversas regiões do Estado, no sentido não só de divulgar a proposta de organização do trabalho dentro dos princípios de economia solidária, mas também de levantar informações sobre prováveis experiências de economia solidária que pudessem ser visitadas pelos entrevistadores. Nos relatórios foram citadas várias entidades que contribuíram com o processo de identificação dos empreendimentos mapeados, entre elas foram citadas as prefeituras municipais do Estado, os fóruns regionais de economia solidária, a Delegacia Regional do Trabalho, a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT), o Núcleo de Estudos do Trabalho Humano (NESTH-UFMG), a Pastoral Operária, a Cáritas – Regional Minas Gerais, o Movimento do Graal no Brasil, o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) e alguns sindicatos de trabalhadores rurais.

O questionário aplicado na pesquisa de campo do mapeamento foi elaborado por um grupo de trabalho denominado GT – Mapeamento, formado por pessoas de referência,

pertencentes a entidades com experiências acumuladas em pesquisa sobre economia solidária e banco de dados¹². O questionário abrangeu questões abertas e de múltiplas escolhas subdivididas em seis seções com questões relativas à identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento; dimensão sociopolítica e ambiental.

Os relatórios das Comissões Técnicas apreciados registram que tanto no primeiro, como no segundo momento de realização do mapeamento, muitos empreendimentos constantes nas listagens elaboradas pela CGE não foram visitados pelos entrevistadores, devido à inexistência de recursos financeiros suficientes para o custeio de despesas relativas ao deslocamento até a sede do empreendimento. O fato de o Estado apresentar grande extensão territorial e um número elevado de municípios contribuiu em muito para esta situação, que resultou no não mapeamento de muitos empreendimentos localizados na zona rural das cidades. Assim, dos 853 municípios existentes no Estado, 199 municípios tiveram empreendimentos mapeados, totalizando 1.236 empreendimentos cadastrados no SIES, o que corresponde a 5,64% do total nacional conforme discriminado na Tabela a seguir:

TABELA 1
Empreendimentos de Economia Solidária Mapeados por Unidade da Federação

Continua			
UF	QUANTIDADE	UF	QUANTIDADE
AC	543	PB	670
AL	284	PE	1.526
AM	461	PI	1.472
AP	157	PR	808
BA	1.611	RJ	1.343
CE	1.854	RN	817
DF	386	RO	293
ES	520	RR	126
GO	737	RS	2.085

¹² Participaram do GT – Mapeamento, além dos representantes da SENAES e do Observatório do Mercado de Trabalho, do MTE, estudiosos e pesquisadores das seguintes entidades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores – ADS-CUT, Fundação Unitrabalho, Rede de Incubadoras Universitárias e Cooperativas Populares, Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Também participaram do GT pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), da Universidade Católica de Salvador (UCSal), e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

UF	QUANTIDADE	UF	QUANTIDADE
MA	793	SC	690
MG	1.236	SE	471
MT	747	SP	813
PA	574	TO	502
TOTAL: 21.859			

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária/SENAES. Disponível em: www.mte.gov.br

A partir de uma verificação geral dos dados coletados sobre os empreendimentos mapeados no Estado de Minas Gerais, observamos que uma pequena fração desses EESs, sem ter dependido de doações, conseguiram, no ano anterior à data da entrevista, resultados econômicos que lhes permitiram pagar suas despesas de manutenção, obter um excedente/sobra e ainda gerar uma remuneração média mensal aos sócios trabalhadores superior ao salário mínimo legal vigente no país, à época da entrevista.

Entendendo que a obtenção de resultados financeiros mínimos é primordial para a própria sobrevivência dos EESs e para a satisfação das necessidades individuais básicas dos seus integrantes, verificaremos no capítulo seguinte, a partir dos dados constantes no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e da aplicação do método Grade of Membership, quais são os fatores associados que contribuem para a autossustentabilidade econômico-financeira e a geração de renda superior ao salário mínimo, dos empreendimentos econômicos solidários mapeados no Estado de Minas Gerais.

4. A AUTOSSUSTENTABILIDADE E A GERAÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS: MÉTODO, RESULTADOS E ANÁLISE

4.1. Fonte de dados e variáveis selecionadas

Para se alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, utilizamos os dados dos 1.236 empreendimentos de economia solidária mapeados em Minas Gerais, no período compreendido entre 2005 e 2007, contidos na base de dados integrada ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), do Ministério do Trabalho e Emprego. Foi selecionado, do banco de dados do SIES, um conjunto de variáveis referentes aos empreendimentos econômicos solidários que, analisadas em conjunto, permitem, por meio do método *Grade of Membership* (GoM), delinear perfis, ou seja, grupos de empreendimentos com características comuns. As variáveis selecionadas e utilizadas no modelo são as seguintes:

- ano em que o EES foi mapeado;
- ano de início da atividade econômica;
- forma de organização (associação, cooperativa ou grupo informal);
- o que motivou a criação do empreendimento;
- área de atuação do empreendimento (rural ou urbana e urbana e rural);
- atividade econômica;
- principais produtos ou serviços;
- situação da sede (própria, cedida, alugada, não possui sede, outras) e dos equipamentos (próprios, arrendados, cedidos, alugados);
- destino dos produtos e/ou serviços (venda, troca, autoconsumo e venda/troca);
- forma de comercialização;
- principais espaços de comercialização;
- origem dos recursos para iniciar a atividade econômica;
- acesso a crédito ou financiamento e realização de investimentos, nos últimos doze meses anteriores ao mapeamento;
- acesso a apoio, capacitação ou assessoria e origem dos mesmos;
- existência de trabalhadores não sócios e periodicidade da contratação dos mesmos;
- participação em redes ou fóruns de articulação.

A escolha da variável “Ano em que o empreendimento foi mapeado” deveu-se ao fato do mapeamento ter sido realizado em duas etapas (anos de 2005 e 2007), isto é, épocas em que vigoravam diferentes valores do salário mínimo – R\$ 300,00 (trezentos reais) no ano de 2005, e R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) no ano de 2007. Como nesta análise, consideramos a percepção de remuneração média mensal superior ao salário mínimo para caracterizar a capacidade destes empreendimentos em gerar renda, torna-se importante conhecer a data de mapeamento dos mesmos. Além disto, a seleção desta variável nos possibilitou apurar, ao se comparar o ano de início da atividade econômica dos empreendimentos com a data de realização do mapeamento, o tempo aproximado de existência dos mesmos, revelando uma maior ou menor capacidade de sobrevivência.

A variável “Ano em que o empreendimento iniciou suas atividades” nos revela o contexto socioeconômico e político no qual começaram a surgir estas iniciativas no Estado de Minas Gerais, ajudando a explicar os possíveis fatores que motivaram os seus sócios trabalhadores a ingressarem na economia solidária. Os dados do mapeamento revelam que a economia solidária em Minas começou a apresentar crescimento na década de 80 e 90, período que coincide com a crise no mercado de trabalho, ocorrida não só no Brasil, mas também na grande maioria dos países de capitalismo avançado.

A importância de se incluir a variável “Forma de organização” dos EESs nas análises da capacidade de autossustentabilidade e de geração de renda positiva reside no fato da maior ou menor capacidade de atuação econômica do empreendimento estar subordinada a seu formato jurídico como associação ou cooperativa, e até mesmo à ausência de registro (EESs informais). Luiz Inácio Gaiger (2000), ao discutir a inadequação das legislações atuais à realidade dos EESs, considera que o formato cooperativo atual não permite que um empreendimento tenha uma ação econômica plena. O limite mínimo da existência de 20 associados, evidentemente exclui a possibilidade de pequenos empreendimentos se transformarem em cooperativas, cujo formato jurídico lhe permite comercializar como qualquer empreendimento econômico, ao contrário das associações e dos grupos informais que encontram uma série de barreiras.

A seleção da variável “O que motivou a criação do empreendimento” teve como objetivo identificar se os EESs surgem por livre iniciativa dos trabalhadores em desenvolver uma atividade econômica fundada nos princípios do cooperativismo ou se representam muito mais uma falta de opção desses trabalhadores ao emprego formal, com carteira assinada e garantias (férias remuneradas, décimo terceiro salário, licença médica, seguro desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, e etc.). Entendemos que a motivação para se ingressar

na economia solidária (alternativa ao desemprego, fonte complementar de renda ou forma de se obter maiores ganhos em um empreendimento associativo) influencia as condições e a forma por meio das quais estas organizações se inserem no mercado, produzindo resultados econômicos e financeiros diferenciados.

As variáveis “Área de atuação”, “Atividade econômica”, “Principais produtos e/ou serviços e o destino dos mesmos” e “Forma de comercialização” foram escolhidas por serem itens fundamentais para a análise do desempenho econômico de qualquer empreendimento. A produção direcionada exclusivamente para a venda, ao contrário da que se destina principalmente ao autoconsumo dos sócios, assim como a atuação no comércio comunitário, municipal, microrregional, estadual, nacional e/ou internacional, vai impactar de modo diferenciado na geração de renda e na capacidade de autossustentabilidade do empreendimento. Boaventura de Sousa Santos e César Rodriguez (2002) argumentam que o êxito das alternativas de produção fundadas na economia solidária depende da sua capacidade de atuar em diferentes escalas, desde a local até a global, passando pela regional e pela nacional. Da mesma forma, entendemos que a atuação dos EESs na área rural e urbana gera resultados diferenciados, propiciando aos EESs maiores ou menores chances de sucesso.

Conhecer a “Situação da sede e dos equipamentos” pode revelar o grau de dependência dos empreendimentos em relação ao Estado, a organizações não governamentais, a empresas e a sua capacidade de articulação na realização de parcerias com outras instituições, provocando um maior ou menor desempenho econômico. O funcionamento de muitas unidades de base solidária está atrelado à cessão de equipamentos e espaços cedidos por organizações não governamentais e pelo Estado. Boaventura de Sousa Santos e César Rodriguez (2002) ressaltam que uma grande parte dessas unidades desaparece quando o Estado retira seu apoio, revelando sua incapacidade de autossustentação.

A variável “Principais espaços de comercialização” foi escolhida para compor o modelo a fim de verificar se as condições de escoamento da produção influenciam nos resultados da atividade econômica. No Estado de Minas Gerais, a pouca disponibilidade de espaços destinados à comercialização de produtos e serviços da economia solidária representa um dos principais problemas enfrentados pelos EESs.

A variável “Origem dos recursos para iniciar a atividade econômica” foi selecionada com o intuito de apurar se o acesso a empréstimos, o recebimento de doações ou a utilização de recursos próprios podem influir na eficiência econômica dos EESs. Entre os trabalhadores que ingressaram na economia solidária em Minas Gerais verifica-se que a maior parte teve como motivações principais: uma alternativa ao desemprego e a complementação de renda.

Nestes casos, nos quais é possível concluir que há poucos recursos próprios envolvidos, o acesso a empréstimos ou doações pode significar um elemento essencial para o sucesso do empreendimento.

A inclusão da variável “Acesso a crédito ou financiamento e “Realização de investimentos nos últimos doze meses anteriores ao mapeamento” teve como fundamento as constantes dificuldades enfrentadas pelas organizações de economia solidária, quando necessitam obter recursos para se investir na atividade econômica. Abramovay, ao estudar a vida financeira das famílias vivendo próximas à linha da pobreza, verifica que “... o acesso a recursos financeiros e suas modalidades são fatores cruciais na própria determinação da renda obtida pelas famílias.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 22). Segundo o autor, as alterações técnicas e de patrimônio que podem acarretar a elevação da renda são importantes, mas o acesso adequado a financiamentos tem o poder de reorganizar o modo como a família utiliza seus recursos e, por aí, aumenta suas chances na luta contra a pobreza. (ABRAMOVAY, 2004, p. 22). A obtenção de crédito irá possibilitar o pagamento das despesas de manutenção, assim como a realização de investimentos em infraestrutura e equipamentos por parte do EES, aumentando a sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, as suas chances de autossustentabilidade e de geração de renda.

As variáveis “Acesso a apoio, capacitação ou assessoria” e a “Origem dos mesmos” podem influenciar numa maior ou menor desenvoltura econômica dos empreendimentos. Gaiger, ao analisar o microempreendedorismo associativo verificou uma melhor performance econômica entre os EESs que receberam algum tipo de apoio. (GAIGER, 2009). Conforme destaca Boaventura de Sousa Santos e César Rodriguez (2002), o apoio originário de fundações, igrejas e ONGs de promoção de desenvolvimento comunitário configura-se como um aspecto crucial, na etapa de criação e consolidação dos EESs. Entretanto, os autores ressaltam que o dilema enfrentado pelas diversas organizações solidárias é precisamente como sobreviver de forma autônoma quando cessa este apoio externo.

A “Existência de trabalhadores não sócios e a “Periodicidade da contratação dos mesmos” também podem determinar o aumento das chances dos EESs possuírem maior probabilidade de sucesso em relação à autossustentabilidade e geração de renda. José Ricardo Tauile e Huberlan Rodrigues (2005), ao estudarem as cooperativas de autogestão, detectaram que as unidades que apresentaram padrões de desempenho econômico bem-sucedidos foram aquelas que, em detrimento da simples cooperativação de um grande número de trabalhadores, optaram por contratarem uma proporção destes segundo as leis trabalhistas.

Enfim, a importância da “Participação em redes ou fóruns de articulação” foi bem ressaltada por Boaventura de Sousa Santos e César Rodriguez (2002), quando estes argumentam que o sucesso dos EESs depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo. Nas palavras dos autores:

As cooperativas e demais organizações não econômicas capitalistas são extremamente frágeis quando têm de enfrentar, sozinhas, a concorrência do setor capitalista e condições políticas desfavoráveis. Por esta razão, a formação de redes de apoio mútuo é indispensável. Estas redes têm como integrantes naturais, organizações de todo o tipo comprometidas com uma agenda de transformação social. (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p.39).

Conforme se observa, os autores destacam que a participação em redes ou fóruns de articulação é de extrema relevância, uma vez que esta minimiza os efeitos da fragilidade e precariedade presentes em muitos EESs.

Após a seleção das variáveis que compõem o conjunto de informações processadas pelo método GoM, identificamos as variáveis que estabelecem o desempenho dos empreendimentos solidários mapeados no que se refere à definição, utilizada nessa dissertação, de autossustentabilidade e geração de renda. Nesse sentido, selecionamos, no banco de dados, duas variáveis que, para os efeitos desta pesquisa, identificam o padrão de empreendimento autossustentável e sua capacidade de geração de renda positiva. São elas:

- 1) No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram:
 - Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente.
 - Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra.
 - Não deu para pagar as despesas.
 - Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de resultado coletivo).

- 2) Se está conseguindo remunerar os sócios(as) que trabalham no empreendimento, qual a remuneração média mensal?

Foi estabelecido como “sucesso pleno” o empreendimento que conseguiu, ao mesmo tempo, no ano anterior à data do mapeamento e sem contar as doações recebidas:

- i) pagar as suas despesas referentes à manutenção da organização solidária, tais como

obtenção de matéria-prima, fundo para comercialização a prazo, manutenção de equipamentos, capital de giro, entre outras; e obter uma sobra/excedente, e; *ii*) gerar uma renda média mensal para seus sócios superior ao salário mínimo legal vigente no país à data da entrevista. Portanto, essas variáveis permitiram classificar os empreendimentos em quatro grupos, segundo os resultados econômicos de sua atividade e a geração de renda, para os quais criamos as seguintes denominações:

Grupo Sucesso Pleno – formado pelos empreendimentos cujos resultados da atividade econômica, no ano anterior à entrevista, sem contar as doações de recursos recebidas, permitiram pagar as despesas e obter uma sobra ou excedente e ainda conseguiram garantir aos sócios trabalhadores uma remuneração média mensal superior ao salário mínimo legal vigente no país à época da entrevista.

Grupo Sucesso Autossustentabilidade – formado pelos empreendimentos cujos resultados da atividade econômica, no ano anterior ao mapeamento, sem contar as doações de recursos recebidas, permitiram pagar as despesas e obter uma sobra ou excedente, mas não conseguiram garantir aos sócios trabalhadores uma remuneração média mensal superior ao salário mínimo legal.

Grupo Sucesso Geração de Renda - formado pelos empreendimentos que conseguiram, à época da entrevista, garantir aos sócios trabalhadores remuneração média mensal superior ao salário mínimo legal, vigente à época do mapeamento, mas que apresentaram resultados insuficientes para pagar as despesas e obter uma sobra ou excedente em sua atividade econômica, no ano anterior, sem contar as doações de recursos recebidos.

Grupo Insucesso Pleno – formado pelos empreendimentos cujos resultados da atividade econômica, sem contar as doações de recursos, caso tenham existido, não permitiram, no último ano anterior à data da entrevista, pagar as despesas e obter uma sobra ou excedente; e os que informaram possuir remuneração média mensal dos sócios igual ou inferior ao salário mínimo legal vigente no país, à época da entrevista.

4.2. Delineamento dos perfis extremos

A construção da tipologia dos empreendimentos econômicos solidários (EESs) pode ser visualizada em duas etapas: a construção dos perfis extremos e o cálculo dos escores de pertencimento dos empreendimentos a cada perfil gerado. Os estimadores destes parâmetros para a construção desta tipologia foram realizados aplicando-se o método *Grade of Membership* (GoM) (grau de inclusão ou grau de pertinência), apresentado no próximo tópico.

4.3. Método Grade of Membership (GoM)

A maioria dos métodos estatísticos baseia-se na teoria clássica dos conjuntos. Na teoria clássica, os conjuntos são denominados conjuntos discretos, e um determinado elemento do universo, ou domínio, pertence ou não a um conjunto específico. Assim, a determinação desse pertencimento pode ser feita sem ambiguidades. Neste pertencimento total está implícita a idéia de homogeneidade entre os objetos ou indivíduos dentro de cada conjunto. Este fator restringe a aplicabilidade da teoria clássica na solução de vários tipos de problemas reais, na medida em que existem muitas classes de objetos e de indivíduos para os quais, dada sua heterogeneidade, não é possível determinar, com exatidão, a pertinência a um conjunto específico. (MANTON; WOODBURY; TOLLEY, 1994).

A teoria dos conjuntos *fuzzy* é uma generalização da teoria clássica e permite lidar com a heterogeneidade de certos grupos, pois um determinado elemento pode pertencer parcialmente a diferentes conjuntos, assumindo para cada um deles distintos valores denominados grau de pertencimento. O grau de pertencimento de cada elemento aos diversos conjuntos nebulosos varia entre 0 e 1, sendo que 0 indica sua completa exclusão do conjunto e 1 indica pertencimento total. O método *Grade of Membership* (GoM) ou grau de inclusão ou grau de pertinência, faz uso desta teoria, o que lhe permite determinar perfis multivariados de características descritivas de um grupo e a medida pela qual cada elemento é descrito pelo perfil. Dessa forma, este método possibilita a representação, como um componente explícito do modelo, da heterogeneidade inerente à população em estudo (MANTON; VERTREES, 1984).

O delineamento de perfis considera a associação não observada entre as categorias das variáveis no modelo. São delineados dois ou mais perfis, denominados perfis extremos, que correspondem a conjuntos fechados, clássicos, com todas as suas propriedades. A cada indivíduo são atribuídos graus de pertencimento de cada elemento, denotados por g_{ik} , aos perfis extremos. Valores entre 0 e 1 indicam que o indivíduo é um membro parcial do perfil extremo. Cada perfil constitui, portanto, um conjunto nebuloso, o que faz com que a definição dos perfis extremos possa incluir características de um grande número de dimensões. Assim, quanto maior o número de variáveis inseridas no modelo, melhor será a definição do perfil. Os parâmetros do método são estimados de maneira iterativa. O tempo de convergência depende, portanto, do tamanho da amostra.

Além do grau de pertencimento do indivíduo i ao perfil extremo k , g_{ik} , o GoM também estima a probabilidade de uma categoria l , de uma variável j , pertencer ao perfil extremo k , ou seja, a probabilidade de resposta l para a j -ésima variável caracterizar o k -ésimo perfil extremo, λ_{kjl} . Em suma, os λ_{kjl} medem a probabilidade de que exista, na população, um indivíduo com grau de pertinência total ao perfil k , dada a resposta à categoria l na variável j , e os g_{ik} representam o grau de proximidade de cada observação ao perfil extremo k (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002).

De acordo com Kenneth G. Manton, M.A. Woodbury e H.D. Tolley (1994), os escores g_{ik} devem ser não negativos, e possuir somatório igual a 1, tal que:

$g_{ik} \geq 0$ para cada i e k (Condição I)

$$\sum_{k=1}^k g_{ik} = 1 \text{ para cada } i$$

e

$\lambda_{kjl} \geq 0$ para cada k, j e l (Condição II)

$$\sum_{l=1}^{L_j} \lambda_{kjl} = 1$$

Sejam L_j as categorias de resposta às variáveis j , referentes a cada i indivíduo de uma amostra selecionada de uma população. Cada indivíduo i fornece uma, e apenas uma, resposta L_j para cada variável j , e todas as variáveis são binárias e aleatórias, Y_{ijl} . A probabilidade de resposta de nível 1 para a j -ésima questão, pelo indivíduo i , condicional aos escores g_{ik} , é dada por:

$$P(Y_{ijl} = 1) = \sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl} \quad (1)$$

O modelo de probabilidade para uma amostra aleatória é o produto de um modelo multinomial, no qual a probabilidade de cada célula é dada por:

$$E(Y_{ijl}) = \sum_{k=1}^K g_{ik} * \lambda_{kjl} \quad (2.1)$$

ou, de forma equivalente:

$$P_{ijl} = \sum_k g_{ik} * \lambda_{kjl} \quad (2.2)$$

O modelo de probabilidade para a construção do procedimento de estimação de máxima verossimilhança do GoM é dado por:

$$L(y) = \prod_{i=1}^I \prod_{j=1}^J \prod_{l=1}^{L_j} \left(\sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl} \right)^{Y_{ijl}} \quad (3)$$

Vale lembrar que o número de perfis é estabelecido a partir dos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a pesquisa. Uma vez obtidos os perfis extremos e os graus de pertencimento, é necessário definir as linhas de corte para estabelecer as categorias das variáveis utilizadas que definem cada perfil extremo criado. É preciso, também, que se defina as linhas de corte para os g_{ik} de forma que se possa caracterizar o pertencimento de cada

indivíduo da amostra a um determinado perfil, seja ele extremo, composto por tipos prevalentes de um perfil extremo, ou seja, misto, ou composto por tipos amorfos¹³.

O número de perfis estipulado para o programa foi de quatro. Um número maior de perfis poderia ser estipulado, mas o GoM penaliza estatisticamente cada aumento no número de perfis.

O procedimento usual para a descrição de cada perfil compara a distribuição marginal observada das variáveis analisadas à distribuição marginal estimada para cada perfil extremo. Esta comparação é efetuada calculando-se a razão entre a proporção estimada na categoria l da variável j , do perfil k ; e a proporção observada para esta mesma categoria desta mesma variável na população. Caso esta razão seja igual ou superior a 1,2, a categoria desta variável é tida como característica deste perfil extremo. (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002). Esse foi o procedimento adotado neste trabalho (ver Apêndice A).

Uma terceira definição diz respeito às linhas de corte referentes aos g_{ik} de cada indivíduo para cada perfil. Via de regra, a literatura utiliza uma linha 0,70 ou 0,75 para definir o pertencimento total de um indivíduo a um perfil extremo. No caso deste trabalho, o valor para definição de pertencimento total foi de 0,75. Além da conformação dos perfis extremos, foram construídos perfis prevalentes e perfis mistos. Os perfis prevalentes foram definidos por um g_{ik} maior que 0,5 e menor que 0,75 para um dado perfil, sem que o valor do g_{ik} de nenhum dos outros perfis seja igual ou superior a 0,3. Caso um indivíduo apresente um g_{ik} qualquer maior que 0,5 e menor que 0,75 e um dos demais três g_{ik} restante tenha um valor maior ou igual a 0,3 ou menor ou igual a 0,5, configura-se o pertencimento a um perfil misto, com prevalência do primeiro e maior participação do segundo. Os indivíduos que não se conformam dentro deste algoritmo foram definidos como amorfos. De forma sintética, os algoritmos utilizados para a criação da variável perfil são os seguintes:

- Se $g_{ik}(k_n) \geq 0,75$ então pertencimento ao perfil extremo k_n ;
- Se $0,5 < g_{ik}(k_n) < 0,75 \cap 0,0 < g_{ik}(k_{n+1}) < 0,3 \cap 0,0 < g_{ik}(k_{n+2}) < 0,3 \cap 0,0 < g_{ik}(k_{n+3}) < 0,3$ então pertencimento ao perfil prevalente k_n .
- Se $0,5 < g_{ik}(k_n) < 0,75 \cap 0,3 \leq g_{ik}(k_{n+1}) \leq 0,5$ então pertencimento ao perfil misto com prevalência de k_n .
- De outra forma, pertencimento ao perfil amorfo.

¹³ Não possuem características predominantes.

Para fins de síntese, foi criada uma segunda variável de perfil, definindo apenas perfis prevalentes. Assim, qualquer elemento com um $g_{ik}(k_n) > 0,5$ pertence ao perfil prevalente k_n .

4.4. Descrição dos perfis extremos

Através dos resultados da aplicação do método GoM para os empreendimentos econômicos solidários mapeados em Minas Gerais, podemos delinear, a partir dos parâmetros lambdas, quatro perfis distintos agrupados e designados dentro de critérios eminentemente probabilísticos e descritos a seguir:

O **perfil extremo 1** é formado por empreendimentos econômicos solidários com as seguintes características dominantes: iniciaram a atividade econômica em períodos anteriores ao ano de 2003; o desemprego foi o fator que motivou seus sócios a ingressarem na economia solidária; atuam essencialmente no ramo da prestação de serviços diversos; praticamente metade possui sede própria e não fazem uso de equipamentos cedidos; os serviços e/ou produtos são todos destinados à venda direta ao consumidor final; a maior parte dos produtos e/ou serviços é comercializada em feiras, e uma pequena parte em lojas ou espaços próprios; a origem dos recursos necessários para iniciar a atividade econômica foi dos próprios sócios; de um modo geral, não realizaram investimentos nos últimos doze meses anteriores à data da entrevista; nunca receberam apoio, assessoria ou capacitação, por parte de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações, conselhos, Sistema “S”, órgãos governamentais ou qualquer outra instituição; e não participam de nenhuma rede ou fórum de articulação.

Em função desta descrição, iremos denominar os empreendimentos do perfil extremo 1 de “Motivados pelo desemprego e sem apoio”.

O **perfil extremo 2** é formado por empreendimentos econômicos solidários com as características dominantes a seguir: a complementação de renda somada a outros interesses foram os principais fatores que motivaram seus integrantes a ingressarem na economia solidária; atuam principalmente na área rural com beneficiamento de produtos oriundos da produção agropecuária, extrativismo e pesca; a grande parte dos produtos é destinada ao autoconsumo dos sócios e uma pequena parte é vendida ou trocada; quase todos possuem sede própria; uma pequena parte fez uso de recursos provenientes de empréstimos ou financiamentos para iniciar a atividade econômica; todos os seus integrantes tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação; a maior parte do apoio recebido foi

proveniente de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários, e uma pequena parte, do Movimento Sindical (central, sindicato, federação).

Em função desta descrição, iremos denominar os empreendimentos do perfil extremo 2 de “Rurais de Autoconsumo”.

O perfil extremo 3 é formado por empreendimentos econômicos solidários que se caracterizam da seguinte maneira: iniciaram a atividade econômica em períodos posteriores ao ano de 2003; são todos informais (não possuem personalidade jurídica); a complementação de renda foi o fator que motivou os sócios a ingressarem na economia solidária; localizam-se na região urbana dos municípios; produzem principalmente artefatos artesanais, seguidos da confecção de produtos têxteis e atividades relacionadas à gestão de resíduos; mais da metade possui sede emprestada; quase a metade utiliza equipamentos emprestados; todos os produtos ou serviços são destinados à venda direta ao consumidor final no âmbito do comércio comunitário; parte considerável dos recursos para iniciar a atividade econômica foi proveniente de doações; todos receberam apoio, capacitação e assessoria, principalmente de ONGs, OSCIPs, igrejas e associações.

Em função desta descrição, iremos denominar os empreendimentos do perfil extremo 3 de “Urbanos Informais”.

O perfil extremo 4 é formado por empreendimentos econômicos solidários nos quais prevalecem as seguintes características: início da atividade econômica em períodos anteriores ao ano de 2003; a grande maioria foi mapeada no ano 2007; o fator que motivou seus sócios a ingressarem na economia solidária foi obter maiores ganhos em um empreendimento associativo; são todos formalizados, sendo a maior parte como associação e o restante como cooperativa; mais da metade atua, simultaneamente, na área rural e urbana, principalmente no ramo da prestação de serviços diversos, e uma pequena parte, na atividade de transporte; em sua maioria, possuem sede própria e uma pequena parte possui sede alugada; os serviços/produtos são todos destinados à venda e grande parte ao mercado atacadista; possuem pequena atuação no comércio microrregional, ou seja, comercializam tanto no município onde está localizada a sede do empreendimento como nos municípios vizinhos; mais da metade não utiliza espaços de comercialização, prestando os serviços diretamente aos clientes; nos últimos doze meses anteriores à data da entrevista, a maioria realizou investimentos no empreendimento e apenas uma pequena parte teve acesso a financiamento; todos receberam algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação de órgãos governamentais, e quase a metade recebeu apoio, assessoria e capacitação de instituições pertencentes ao Sistema “S” (SEBRAE, SESCOOP, etc.); não receberam apoio de ONGs, OSCIPs, igrejas,

associações e conselhos comunitários; mais da metade possui trabalhadores não sócios no empreendimento, sendo que destes, 29,55% possuem trabalhadores permanentes e 20,22%, possuem trabalhadores temporários.

Em função desta descrição, iremos denominar os empreendimentos do perfil 4 de “Empreendedores e Formalizados”.

Continua

Variáveis	Perfil Extremo 1 Motivados pelo Desemprego e Sem Apoio (*)	Perfil Extremo 2 Rurais de Autoconsumo (*)	Perfil Extremo 3 Urbanos Informais (*)	Perfil Extremo 4 Empreendedores e Formalizados 2007
Ano de Realização do SIES				
Início do Empreendimento	Maior probabilidade de ser antes de 2003 (*)	(*)	Maior probabilidade de ser após 2003	Maior probabilidade de ser antes de 2003
Forma de Organização	(*)	(*)	Maior probabilidade de ser grupo informal	Maior probabilidade de ser associação ou cooperativa
Motivo da Criação	Maior probabilidade de ser desemprego	Maior probabilidade de ser complementação de renda e outras	Maior probabilidade de ser complementação de renda	Maior probabilidade de ser a obtenção de maiores ganhos
Área de Atuação	(*)	Maior probabilidade de ser rural	Maior probabilidade de ser urbana	Maior probabilidade de ser rural e urbana
Principal Atividade Econômica	Maior probabilidade de ser a prestação de serviços diversos (*)	Maior probabilidade de ser indústrias de transformação	Maior probabilidade de ser gestão de resíduos	Maior probabilidade de ser a prestação de serviços diversos
Principais Produtos por Tipo de Atividade	(*)	Maior probabilidade de serem agropecuária, extrativismo e pesca	Maior probabilidade de serem produtos artesanais, têxteis e confecção	Maior probabilidade de serem transporte, armazenagem e correio
Situação da Sede ou Local de Funcionamento	Maior probabilidade de ser sede própria	Maior probabilidade de ser sede própria	Maior probabilidade de ser sede emprestada	Maior probabilidade de ser sede própria e alugada
Situação dos Equipamentos	Maior probabilidade de serem próprios	(*)	Maior probabilidade de serem emprestados	(*)
Destinação dos Produtos	Maior probabilidade de ser venda	Maior probabilidade de ser autoconsumo e/ou trocas	Maior probabilidade de ser venda	Maior probabilidade de ser venda

Como é Feita a Comercialização	Maior probabilidade de ser diretamente	Maior probabilidade de ser autoconsumo e o excedente ser trocado	Maior probabilidade de ser diretamente	Maior probabilidade de ser diretamente
Destinação Principal da Venda/Troca	Maior probabilidade de ser consumidor final	Maior probabilidade de ser a comunidade	Maior probabilidade de ser consumidor final	Maior probabilidade de serem revendedores, atacadistas e comércio microrregional
Principais Espaços de Comercialização	Maior probabilidade de serem feiras	(*)	(*)	Maior probabilidade de não utilizarem (*)
Origem dos Recursos para Iniciar	Maior probabilidade de serem dos próprios sócios	Maior probabilidade de serem empréstimo e financiamentos	Maior probabilidade de serem doações	
Realizou Investimentos**	Maior probabilidade de não terem sido realizados	(*)	(*)	Maior probabilidade de terem sido realizados
Acesso a Crédito ou Financiamento**	(*)	Maior probabilidade de ter acessado pequena parte	(*)	Maior probabilidade de ter acessado pequena parte
Apoio, Assessoria ou Capacitação	Maior probabilidade de não ter recebido	Maior probabilidade de ter recebido	Maior probabilidade de ter recebido	Maior probabilidade de ter recebido
Quem Forneceu o Apoio	Não se aplica	Maior probabilidade de serem ONGs, OSCIPs, igrejas, associações, conselhos e movimento sindical	Maior probabilidade de serem ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos	Maior probabilidade de serem órgãos governamentais e Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP, etc.)
Trabalhadores Não Sócios	Maior probabilidade de não terem	Maior probabilidade de não terem	Maior probabilidade de não terem	Maior probabilidade de terem
Periodicidade de Contratação dos Não Sócios	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Maior probabilidade de ser permanente ou temporária
Participa de Rede ou Fórum	Maior probabilidade de não participar	(*)	(*)	(*)

QUADRO 1 - Descrição dos Perfis Extremos de acordo com as Categorias de Maior Importância no seu Delineamento

Fonte: Elaboração da autora. (*) Característica não dominante no perfil. (**) Refere-se aos últimos doze meses anteriores à data do mapeamento.

4.5. Resultados da pesquisa e análise dos fatores que influem na autossustentabilidade e a geração de renda dos empreendimentos

Após o delineamento dos perfis extremos pelo método *Grade of Membership* a partir das variáveis apresentadas no item 4.1, página 71, os empreendimentos foram agrupados em perfis extremos, perfis mistos e perfil amorfo, de acordo com o grau de pertencimento de cada empreendimento a cada perfil extremo. Observa-se, na Tabela 2, que, do total de 1.236 empreendimentos mapeados em Minas Gerais, 435 (35,2%) possuem características que os situam em um dos quatro perfis extremos, ao passo que 121 (9,8%) conformam-se no grupo dos perfis mistos. Portanto, a maioria dos empreendimentos (680, ou 55%), está caracterizada como amorfa¹⁴, não se conformando em nenhum perfil.

O cruzamento dos empreendimentos categorizados nos perfis delineados pelo método GoM com as categorias de desempenho em termos de autossustentabilidade e geração de renda, por sua vez, permite examinar a relação entre os tipos de empreendimento e o grau de sucesso, nos termos adotados neste trabalho. De acordo com as informações presentes na Tabela 2, a maioria dos empreendimentos mapeados em Minas Gerais foi classificada na categoria ‘Insucesso Pleno’, com 49,5%, seguida da categoria ‘Sucesso Autossustentabilidade’, com 35% do total, ‘Sucesso Pleno’, com 9,5%, e, por fim, aqueles empreendimentos na categoria ‘Sucesso Geração de Renda’, com 5,9% do total de empreendimentos mapeados. As informações da Tabela 2 permitem examinar a relação entre cada perfil e o grau de sucesso dos empreendimentos, o que será feito a seguir.

¹⁴ A grande maioria dos EESs são amorfos, ou seja, possuem uma mistura de características que os tornam indistintos para o GoM.

TABELA 2
Distribuição percentual de sucesso por perfis de pertencimento GoM

Sucesso ou Insucesso para Autossustentabilidade e Geração de Renda										
Perfil GoM Classificação GiK = 0,75	Sucesso Pleno		Sucesso Autossusten- tabilidade		Sucesso Geração de Renda		Insucesso Pleno		Total	
	Quant	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant	%
Perfil Extremo 1 Motivados pelo Desem-prego e Sem Apoio	3	3,5%	14	16,5%	8	9,4%	60	70,6%	85	100 %
Perfil Extremo 2 Rurais de Autoconsumo	8	7,0%	39	33,9%	5	4,3%	63	54,8%	115	100 %
Perfil Extremo 3 Urbanos Informais	9	4,4%	83	40,3%	8	3,9%	106	51,5%	206	100 %
Perfil Extremo 4 Empreendedores e Formalizados	15	51,7%	7	24,1%	2	6,9%	5	17,2%	29	100 %
Subtotal	35	8,0%	143	32,9%	23	5,3%	234	53,8%	435	100 %
Perfil Misto com Predominância 1	2	8,7%	8	34,8%	1	4,3%	12	52,2%	23	100 %
Perfil Misto com Predominância 2	2	5,9%	14	41,2%	1	2,9%	17	50,0%	34	100%
Perfil Misto com Predominância 3	2	4,3%	14	30,4%	1	2,2%	29	63,0%	46	100%
Perfil Misto com Predominância 4	5	27,8%	3	16,7%	2	11,1 %	8	44,4%	18	100 %
Subtotal	11	9,1%	39	32,2%	5	4,1%	66	54,5%	121	100 %
Perfis Amorfos	72	10,6%	251	36,9%	45	6,6%	312	45,9%	680	100 %
Total	118	9,5%	433	35,0%	73	5,9%	612	49,5%	1.236	100%

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SIES, 2005 e 2007.

4.5.1. Empreendimentos com Sucesso Pleno

Os resultados da aplicação do método *Grade of Membership* (GoM) aos empreendimentos mapeados em Minas Gerais revelam que os EESs pertencentes ao Perfil Extremo 4 (Empreendedores e Formalizados) foram os que apresentaram o maior percentual na categoria ‘Sucesso Pleno’, ou seja, dos 29 empreendimentos pertencentes a este perfil extremo, 51,7% foram capazes de arcar com os próprios custos e gerar uma renda positiva conforme os critérios estabelecidos por este trabalho. Nesse sentido, deve ser considerado

que, entre os perfis mistos, o maior percentual de empreendimentos na categoria 'Sucesso Pleno' foi alcançado pelo grupo Misto com Predominância 4 (27,8%). Esses resultados sugerem que as características dos empreendimentos pertencentes ao Perfil Extremo 4 os colocam em um patamar de maior probabilidade de êxito nos quesitos autossustentabilidade e geração de renda.

4.5.2. Empreendimentos com Sucesso em Autossustentabilidade

O Perfil Extremo 3 (Urbanos e Informais) apresenta o maior percentual empreendimentos na categoria 'Sucesso Autossustentabilidade'. Dos 206 empreendimentos pertencentes a esse perfil, 40,3% foram classificados como autossustentáveis. Porém, se considerarmos que os empreendimentos classificados no perfil 'Sucesso Pleno' também são autossustentáveis, o Perfil Extremo 4 novamente se destaca entre todos, apresentando um percentual de 75,8% dos EESs na categoria 'Sucesso Pleno', resultante da soma entre os seus percentuais de EESs com 'Sucesso Pleno' (51,7%) e de EESs com 'Sucesso em Autossustentabilidade' (24,1%). Deve-se destacar, no entanto, que, seguindo esta mesma lógica de soma de percentuais, os resultados do grupo "Sucesso Autossustentabilidade" flutuam nos Perfis Extremos 2, 3 e 4 (inclusive no total global) na casa dos 40%, revelando uma realidade não tão "amarga" quando comparada aos resultados do grupo "Sucesso Pleno", mas ainda assim problemática. O Perfil Extremo 1 (Motivados pelo Desemprego e Sem Apoio) é o modelo que se mostra mais fragilizado, registrando um percentual de EESs na categoria 'Sucesso Autossustentabilidade' de apenas 16,5% (ou 20% se somado aos 3,5% de sucesso pleno). Aqui, cabe fazermos uma análise mais detalhada deste perfil (Extremo 1), procurando entender a razão de tão fraca performance, que se repetirá inclusive nas demonstrações dos grupos: Sucesso Pleno, Geração de Renda e Insucesso Pleno.

O fato dos trabalhadores deste perfil terem adentrado no empreendedorismo associativo constrangidos pelas altas taxas de desemprego presentes na década de 1980 e 1990 pode explicar o baixo índice de autossustentabilidade apresentado, pois a condição de "estar desempregado" sugere ausência de capital acumulado suficiente para se arcar com as despesas de custeio e com os investimentos necessários ao bom desempenho econômico de qualquer tipo de negócio. Nota-se que os recursos utilizados para iniciar a atividade econômica foram,

em sua grande maioria, provenientes dos próprios sócios, o que corrobora a hipótese de baixa capitalização das organizações solidárias deste perfil.

Tudo indica que a não realização de investimentos no negócio nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista, por parte significativa dos EESs do Perfil Extremo 1, seja decorrente do seu baixo dinamismo econômico e das dificuldades frequentemente enfrentadas pelas organizações de economia solidária na obtenção de crédito e financiamentos. Como assinalado com argúcia por Rosângela Barbosa:

A possibilidade de fomentar a atitude empreendedora entre os trabalhadores desempregados ou inseridos em atividades econômicas de subsistência choca-se com a ausência de capital acumulado e de oportunidades de acesso ao sistema financeiro. No conjunto as iniciativas de economia solidária são testemunhas dessa indisposição elitista do sistema financeiro com trabalhadores sem garantias. (BARBOSA, 2007, p. 161).

Outra característica apresentada pelos EESs ‘Motivados pelo Desemprego e Sem Apoio’ relaciona-se à ausência de recebimento de qualquer tipo de assessoria, apoio ou capacitação por parte de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações, conselhos, órgãos governamentais e instituições pertencentes ao Sistema “S”, como SEBRAE, SESCOOP, e etc. Essa falta de capacitação e assessoria possui forte correlação com os baixos índices de autossustentabilidade e geração de renda (Tabela 2), pois o escasso conhecimento técnico e gerencial, assim como em torno de questões relativas ao mercado, por parte dos integrantes das organizações solidárias, reduz as suas chances de inserção no mercado competitivo. (LIMA, 2004). Cabe ainda destacar que a baixa participação dos integrantes dos EESs do Perfil Extremo 1, no Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) pode ter contribuído para esse quadro de total escassez de formação técnica e gerencial, uma vez que a participação nessa instância de articulação ampliaria as possibilidades dos seus trabalhadores receberem capacitação, apoio e assessoria por parte dos órgãos públicos e entidades de apoio, assessoria e fomento que compõem o FMEPS.

No que se refere à forma de comercialização dos EESs do perfil ‘Motivados pelo Desemprego e Sem Apoio’ nota-se que a mesma é bastante restrita quando comparada com a dos EESs do Perfil Extremo 4. Este dado se torna relevante quando verificamos que estes dois perfis atuam em ramos de atividade semelhantes (prestação de serviços diversos). Enquanto que os empreendimentos do Perfil Extremo 1 praticam a venda direta ao consumidor final, não extrapolando o âmbito do comércio comunitário ou municipal, os EESs do Perfil Extremo

4 ultrapassam a órbita destes mercados, atingindo também o microrregional, direcionando-se preferencialmente a revendedores atacadistas.

Enfim, o fato dos EESs do Perfil Extremo 1 comercializarem prioritariamente em feiras revela um dos principais gargalos da economia solidária, que é a insuficiência de espaços permanentes de comercialização financiados pelo poder público para a grande maioria dos EESs. Como já mencionado, a maior parte dos trabalhadores que ingressam na economia solidária encontra-se descapitalizada, o que dificulta a aquisição tanto dos espaços de produção quanto daqueles destinados à comercialização dos serviços e produtos.

Quanto à comercialização em feiras, é importante salientar que o Ministério do Trabalho e Emprego vem, desde a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), repassando recursos do Programa Nacional de Feiras para auxiliar os Fóruns Estaduais a promoverem seus eventos. Entretanto, até 2009, o volume de recursos repassados foi suficiente para custear apenas feiras anuais em cada unidade da Federação e algumas feiras regionais. Embora esses espaços representem uma ótima oportunidade de divulgação da proposta do comércio justo e solidário, de troca de conhecimentos e de articulação entre os empreendimentos, de acordo com os relatórios de avaliação de feiras da SRTE-MG, os resultados de venda não se mostraram satisfatórios. Diante desse contexto, torna-se essencial a implementação de políticas públicas que priorizem a criação de espaços permanentes de comercialização (lojas, entrepostos, armazéns e mercados) financiados e estruturados pelo poder público, com o fim de contribuir para a autossustentabilidade dos EESs.

4.5.3. Empreendimentos com Sucesso em Geração de Renda

No tocante aos resultados do Grupo “Sucesso Geração de Renda”, os percentuais de EESs apresentados pelos perfis nessa categoria revelam que a opção pela economia solidária apresenta, atualmente, em Minas Gerais, uma forte tendência ao insucesso. Aqui, o maior percentual é de 11,1%, apresentado pelos EESs Mistos com Predominância 4. No contexto global pesquisado, o percentual dos empreendimentos cai ao redor da metade, já que somente 5,9% de todos os empreendimentos conseguiram gerar uma renda média mensal superior ao salário mínimo legal vigente quando foi feita a entrevista. Ainda assim, esses poucos não alcançaram a condição de autossustentáveis.

Essa situação não melhora se somarmos os percentuais de empreendimentos, por perfil, da categoria ‘Sucesso pleno’ aos percentuais da categoria ‘Sucesso Geração de Renda’, uma vez que todos os perfis, com exceção do Perfil Misto com Predominância 4, ainda ficaram abaixo dos 20% no critério analisado. Portanto, é forçoso concluir que a capacidade dos EESs de gerarem renda é uma tarefa mais difícil do que a missão de ser autossustentável.

Vale destacar que os perfis que apresentaram os percentuais mais baixos no grupo ‘Sucesso Geração de Renda’ foram o Perfil Extremo 2 (Rurais de Autoconsumo) e o Perfil Extremo 3 (Urbanos Informais), com, respectivamente, 4,3% e 3,9%. É interessante observar também que esse mesmo quadro de desempenho está quase que replicado em seus congêneres mistos, já que o Perfil Misto com Predominância 2 registrou 2,9% de sucesso na geração de renda; e o Perfil Misto com Predominância 3 alcançou o índice de 2,2%. Entre todos os perfis examinados, esses quatro apresentam os percentuais mais baixos na categoria ‘Sucesso Geração de Renda’.

É preciso aprofundar a busca por explicações sobre as causas potenciais de performances de geração de renda tão inexpressivas, especialmente nos Perfis Extremos 2 e 3. Ao analisarmos o motivo que impulsionou parte dos trabalhadores dos EESs desses dois perfis a ingressarem na economia solidária, ou seja, a “complementação de renda somada a outros motivos”, no caso do Perfil Extremo 2 (Rurais de Autoconsumo), e apenas a “complementação de renda” no caso do Perfil Extremo 3 (Urbanos Informais), podemos explicar parcialmente, os baixos percentuais de EESs desses perfis na categoria ‘Sucesso Geração de Renda’.

O fator “complementação de renda” pressupõe a existência de alguma outra fonte de renda, seja um trabalho precário, uma aposentadoria, o recebimento de algum tipo de benefício previdenciário ou até mesmo a renda de outro membro da família. Em Belo Horizonte, o depoimento de uma das integrantes de uma associação de reciclagem de resíduos sólidos traduz bem esta situação: “...*eu tenho minha pensão, graças a Deus, mas o dinheirinho a mais que eu ganho, já ajuda né?... Ajuda em casa.*” (MOISÉS, 2009, p. 75). Os trabalhadores que, por exemplo, encontram-se empregados precariamente, terão menos tempo para se dedicarem à atividade autogestionária, o que pode acabar interferindo em uma baixa produção e conseqüentemente na baixa geração de renda.

No caso dos EESs com Perfil Extremo 2 (Rurais de Autoconsumo), a produção voltada essencialmente para atender ao autoconsumo pode explicar os baixos rendimentos auferidos, uma vez que apenas o excedente do que não é consumido é destinado à venda no comércio comunitário. Neste caso específico, observa-se que os trabalhadores deste perfil

compartilham um forte compromisso com a produção voltada a atender prioritariamente as suas necessidades de segurança alimentar e não o lucro, o que acaba garantindo-lhes uma renda não monetária, que certamente não foi somada à renda obtida com a venda do excedente da produção, quando da informação sobre remuneração média mensal dos sócios, no questionário aplicado no mapeamento das organizações solidárias no Estado.

O altíssimo grau de informalização dos empreendimentos do Perfil Extremo 3, somada à precária situação econômica de seus sócios trabalhadores, já que todos dependeram de doações de recursos para criar o empreendimento, certamente contribuiu para que os mesmos apresentassem baixa capacidade de geração de renda. Cabe aqui ressaltar que, na maioria das vezes, a informalidade decorre da própria ausência de recursos financeiros suficientes no empreendimento para se arcar com as despesas referentes ao registro e aos consequentes tributos. Essa condição acaba repercutindo na comercialização dos produtos, pois a inexistência de personalidade jurídica restringe a atuação dos EESs no mercado, aumentando suas chances de insucesso na geração de renda. Nas palavras de Barbosa, “...a desestruturação e a informalidade são inerentes à existência e à sobrevivência desse tipo de unidade econômica. Produzir ocupações de baixa remuneração, sob condições de trabalho menos exigentes e sem impostos, é a própria condição de sua realidade.” (BARBOSA, 2007, p. 263).

A origem dos recursos destinados à criação dos empreendimentos do Perfil Extremo 3 (Urbanos Informais), somada à cessão de equipamentos e de espaços para abrigar a sede do negócio, assim como o recebimento de apoio, assessoria ou capacitação exclusivamente por parte de ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos, revelam o alto grau de dependência destes EESs em relação às entidades de fomento à economia solidária e também um baixo nível de empreendedorismo, trazendo à tona a fragilidade destas organizações. Da mesma forma, a atuação apenas no âmbito do comércio comunitário, realça a frágil inserção destes EESs na estrutura mercantil, aumentando a probabilidade de uma baixa geração de renda.

A análise coletiva das características dominantes dos empreendimentos de Perfil Extremo 3 (Urbanos Informais) nos faz concluir que, a criação desses EESs geralmente ocorre mediante forte indução de organizações não-governamentais para atender a grupos vulneráveis de trabalhadores. Provavelmente, talvez seja esta a razão de grande parte destes EESs atuarem predominantemente no ramo de artesanato, confecção de artefatos têxteis e reciclagem de resíduos sólidos, pequenas atividades empreendedoras que não exigem altas qualificações. Sachs, ao discutir a inclusão social pelo trabalho, assim se posiciona em relação aos empreendimentos de pequeno porte:

A maioria dos pequenos empreendedores é obrigada, pela baixa produtividade do seu trabalho, a buscar a competitividade por meio de expedientes conhecidos como fatores de competitividade espúria: baixos salários, ausência de proteção social, longas jornadas de trabalho, sonegação de impostos, condições de trabalho insalubres. Em outras palavras, para enfrentar os rigores do darwinismo social no mercado eles não têm outra solução a não ser mergulhar na informalidade. (SACHS, 2004, p.41).

Portanto, verifica-se que o péssimo resultado apresentado pelos EESs do Perfil Extremo 3 (Urbanos Informais) no quesito geração de renda, está diretamente relacionado à própria condição de existência dos mesmos.

4.5.4. Empreendimentos com Insucesso Pleno

Os percentuais de EESs demonstrados no grupo “Insucesso Pleno” consolidam o caráter desolador da atividade solidária no Estado mineiro. Não se trata de pessimismo, mas de verificar a frieza dos números. Observa-se que, com exceção do Perfil Extremo 4, o percentual de empreendimentos nessa categoria está acima de 40%. O Perfil com maior percentual de empreendimentos nessa categoria é o Perfil Extremo 1 (70,6%). Esse resultado confirma suas multfragilidades, já analisadas anteriormente. Bastante alto, também, é o percentual de empreendimentos nessa categoria, independente do perfil a que pertencem (49,5%). Portanto, pode-se dizer que a cada 2 empreendimentos solidários abertos em Minas Gerais, um não será bem-sucedido e o destino do outro não se sabe.

A exceção, mais uma vez, é o Perfil Extremo 4 que, além de apresentar o menor percentual de empreendimentos na categoria ‘Insucesso Pleno’ (17,2%), tem a companhia de seu congênere misto que traz o segundo menor percentual, ainda que alto (44,4%). Vale lembrar que esses dois perfis mantêm a semelhança de desempenhos neste outro grupo, fortalecendo a ideia de que suas características são, de fato, determinantes para se alcançar o êxito pleno, ou pelo menos, mitigar o insucesso, segundo os critérios deste estudo.

4.5.5. Perfis Amorfos

Em razão de sua alta representatividade quantitativa no universo pesquisado – dos 1.236 EESs mapeados, 680 são amorfos, ou seja, mais da metade –, há a necessidade de investigar este perfil de maneira mais detalhada. Assim, os Perfis Amorfos foram analisados separadamente, isto é, conformaram o total de observações em um novo modelo utilizando as mesmas variáveis do modelo anterior. A aplicação do método GoM delineou dois perfis extremos, descritos a seguir.

Perfil Extremo 1: todos se localizam na região urbana; a maior parte produz artefatos artesanais e outros atuam na área de produção têxtil e confecção; possuem sede alugada; todos os produtos ou serviços são destinados à venda; a grande maioria realiza vendas diretas ao consumidor; comercializam produtos/serviços em lojas ou espaços próprios; praticamente a metade não recebeu apoio, assessoria ou capacitação; nenhum deles teve apoio de órgão governamental.

Em função desta descrição, iremos denominar os empreendimentos deste perfil extremo amorfo de “Urbanos Sem Apoio”.

Perfil Extremo 2: mais da metade está formalizada como associação; o maior motivo para ingressarem na economia solidária foi obter maiores ganhos em um empreendimento associativo; mais da metade atua na área rural, o restante na área rural e urbana; desenvolve atividades no ramo da produção agropecuária, extrativismo e pesca; mais da metade possui sede própria e destina seus produtos/serviços à venda ou troca e autoconsumo; parte das vendas são destinadas a revendedores/atacadistas; uma pequena parte destes EESs teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista; todos receberam apoio, assessoria ou capacitação provenientes de órgãos governamentais.

Em razão dessas características, designaremos os empreendimentos deste perfil extremo amorfo de “Associações Rurais de Venda, Troca e Autoconsumo”.

A Tabela 3 apresenta os resultados da modelagem, em termos de pertencimento aos perfis delineados, e o cruzamento desses perfis com as categorias de sucesso. Como se pode verificar, de um modo geral, as diferenças entre os percentuais dos dois perfis extremos não são muito acentuadas. Entretanto, cabe ressaltar que o Perfil Extremo 2 (Associações Rurais de Venda, Troca e Autoconsumo) apresentou um maior percentual de EESs na categoria ‘Sucesso Pleno’, mas essa vantagem é pequena, de apenas 0,9 pontos percentuais.

Sobre o Perfil Extremo 2, é interessante destacar que muitas de suas características dominantes – motivação por maiores ganhos em um empreendimento associativo, venda direcionada a atacadistas/revendedores, acesso a crédito e financiamentos, recebimento de apoio, assessoria e capacitação de órgãos governamentais – encontram-se também presentes nos empreendimentos do Perfil Extremo 4 (Empreendedores e Formalizados, Tabela 2, página 86. Esse resultado reforça o diagnóstico de que empreendimentos com as características deste perfil (Extremo 4) apresentariam uma maior probabilidade de sucesso pleno segundo os critérios deste estudo.

TABELA 3

Distribuição percentual de sucesso por perfis (Amorfos) de pertencimento GoM

Sucesso ou Insucesso para Autossustentabilidade e Geração de Renda										
Perfil GoM Classificação GiK = 0,75	Sucesso Pleno		Sucesso Autossustentabilidade		Sucesso Geração de Renda		Insucesso Pleno		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Perfil Extremo 1 Urbanos Sem Apoio	22	10,1%	87	40,1%	15	6,9%	93	42,9%	217	100,0%
Perfil Extremo 2 Associações Rurais de Venda, Troca e Autoconsumo	15	11,0%	44	32,4%	12	8,8%	65	47,8%	136	100,0%
Subtotal	37	10,5%	131	37,1%	27	7,6%	158	44,8%	353	100,0%
Perfil Misto Com Predominância 1	14	14,7%	31	32,6%	1	1,1%	49	51,6%	95	100,0%
Perfil Misto Com Predominância 2	5	6,0%	32	38,1%	6	7,1%	41	48,8%	84	100,0%
Subtotal	19	10,6%	63	35,2%	7	3,9%	90	50,3%	179	100,0%
Perfis Amorfos	16	10,8%	57	38,5%	11	7,4%	64	43,2%	148	100,0%
Total	72	10,6%	251	36,9%	45	6,6%	312	45,9%	680	100,0%

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SIES, 2005 e 2007.

Apesar destes dados enriquecerem a análise, observa-se que os percentuais de empreendimentos dos Perfis Amorfos nas categorias ‘Sucesso Pleno’ (10,6%), ‘Sucesso Autossustentabilidade’ (36,9%), ‘Sucesso Geração de Renda’ (6,6%) e ‘Insucesso Pleno’ (45,9%), seguem o mesmo padrão da maioria dos perfis mostrados na Tabela 2. Este padrão demonstra quatro pontos fundamentais: baixo sucesso pleno, alto insucesso pleno, razoável autossustentabilidade e baixíssima geração de renda. Obviamente, há exceções nesta lógica,

como já apontamos em relação ao Perfil Extremo 4. Portanto, não se detecta nenhuma influência decisiva dos Perfis Amorfos nas análises já demonstradas, a não ser em aspectos mínimos e muito particulares do universo examinado, e que por isso não as invalidam.

4.5.6. Fatores Associados que Contribuem para o Sucesso Pleno dos EESs

Após o estudo das Tabelas 2 e 3 verifica-se, sem grandes dificuldades, que o Perfil Extremo 4 é o modelo associativo que mais comunga com o sucesso, entendendo aqui este “sucesso” como simples sobrevivência tranquila no mercado. Mas a questão que aparece, de certa forma incômoda, é a seguinte: por que, este tipo de perfil de negócio é tão pouco praticado, já que do universo analisado (1.236 EESs) somente 29 fazem parte de um perfil cuja tônica maior é o binômio formalidade e empreendedorismo.

Em primeiro lugar, é preciso entender que o incentivo à formalização dos EESs ainda tem um longo caminho a percorrer. Embora atualmente já exista uma mobilização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBE em direção à alteração da Lei Geral do Cooperativismo, e um Projeto de Lei sobre Cooperativas de Trabalho tramitando no Senado Federal, a atual Lei do Cooperativismo (Lei nº 5.764) vigente no país data de 1971, e foi criada em um contexto de apoio aos grandes proprietários de terras rurais. Para se formar uma cooperativa, por exemplo, a Lei exige um número mínimo de 20 cooperados. Este limite inviabiliza o registro no formato jurídico de cooperativa de boa parte dos EESs urbanos de Minas, já que cada um destes possui, em média, até 10 integrantes. Ao mesmo tempo, a organização no formato de associação, muito utilizada por alguns empreendimentos por ser mais simples e fácil de gerenciar, embora em menor grau que as cooperativas, também exige obrigações fiscais e tributárias, influenciando na escolha pela não formalização.

Em segundo lugar, é muito difícil para os trabalhadores da economia solidária manterem uma motivação essencialmente empreendedora quando estão preocupados em fugir do desemprego, não possuem recursos suficientes para o início ou o sustento do negócio, ou não têm uma bagagem cultural, intelectual ou profissional que os ajude nos processos decisórios. Esta, infelizmente, ainda é a realidade da maioria dos trabalhadores autogestionários.

De qualquer forma, mesmo com a pequena representatividade do Perfil Extremo 4 no universo de nossa pesquisa, os dados coletados nos levam a concluir que, em Minas Gerais, o

bom desempenho econômico-financeiro das organizações solidárias, somado à sua capacidade de gerar uma remuneração média mensal aos sócios trabalhadores superior ao salário mínimo legal, apresenta-se associado aos seguintes fatores: ingresso na economia solidária tendo como motivação não o desemprego e a complementação de renda, mas o desejo de se obter maiores ganhos em um empreendimento associativo; formalização do empreendimento; produção e prestação de serviços destinada ao mercado, especialmente o atacadista/revendedor e comércio microrregional; obtenção de crédito; realização de investimentos no negócio; recebimento de apoio, assessoria ou capacitação por parte de órgãos governamentais e instituições pertencentes ao Sistema “S”; e existência de trabalhadores não sócios no empreendimento.

O fato da maioria dos EESs do Perfil Extremo 4 serem formados por trabalhadores em busca de maiores ganhos em uma atividade associativa os coloca em situação menos fragilizada diante da abertura de um negócio do que aqueles EESs constituídos por trabalhadores que ingressaram na economia solidária constrangidos pelo alto percentual de desemprego, onde a ausência de capital acumulado é bem mais provável.

Do mesmo modo, a formalização de todos os EESs deste perfil como associações (63,83%) ou como cooperativas (36,17%) demonstra uma maior estruturação dos mesmos em relação aos informais, pois a existência de personalidade jurídica amplia a capacidade de atuação dos EESs no mercado, possibilitando-lhes efetuar transações comerciais com diversas entidades e com o próprio governo, aumentando suas chances de autossustentabilidade.

Interessante notar que a maioria dos empreendimentos do Perfil Extremo 4 optou pelo registro como associação, o que evidencia uma melhor adequação deste formato à realidade da economia solidária em relação à forma jurídica de cooperativa. Como foi dito anteriormente, as associações são organizações mais simples, exigem menos obrigações fiscais e menor número de associados que as cooperativas, além de serem mais fáceis de gerenciar. Entretanto, quanto à opção pelo registro como “associação” cabe ressaltar que muitas vêm enfrentando sérios problemas no que se refere à comercialização, pois algumas Administrações Fazendárias Municipais, ao interpretarem o artigo 53 da Lei 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro) entendem que, pelo fato das mesmas serem constituídas por pessoas que se organizam para fins não econômicos, estas não poderiam realizar qualquer tipo de atividade econômica, o que torna imprescindível no país a criação de uma legislação específica para os empreendimentos de economia solidária.

O acesso ao crédito e financiamento nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista, por pequena parte dos empreendimentos do Perfil Extremo 4, pode explicar os

melhores resultados alcançados na autossustentabilidade e na geração de renda em relação aos outros perfis. Embora tenham existido dificuldades para se acessar crédito, observou-se que o percentual de realização de investimentos nos negócios, nos últimos 12 meses, foi alto nos EESs deste perfil. O elevado índice de investimentos provavelmente deveu-se aos resultados positivos da atuação de grande parte destes EESs no mercado ou, pelo menos, a uma maior disposição para investir no próprio negócio, ainda que modestamente.

A atuação principal no ramo de serviços, tanto na área rural como na área urbana, e uma pequena participação (31,92%) no mercado microrregional, mostra que uma parte destes EESs não introduz seus serviços/produtos apenas no âmbito do comércio comunitário ou municipal, como a maioria dos EESs. Nota-se que eles procuram ampliar sua área de atuação, comercializando serviços e produtos nos diversos municípios pertencentes à sua região, o que contribui para a potencialização das vendas.

Outro dado interessante refere-se ao fato do público-alvo desta categoria empreendedora ser formado por revendedores e atacadistas, o que, entre outras vantagens, oportuniza a venda em grandes quantidades.

O fato dos serviços/produtos serem todos destinados à venda demonstra que estes EESs possuem uma dinâmica econômica voltada mais para o empreendedorismo, comparando-se com os EESs que destinam seus serviços/produtos principalmente ao autoconsumo.

O recebimento por parte dos EESs do Perfil Extremo 4 de algum de tipo de apoio, assessoria ou capacitação (100% oriundos de órgãos governamentais e 43,34% provenientes de instituições do sistema “S”, como SEBRAE, SESCOOP, entre outras) retrata uma maior articulação e mobilização das unidades de base solidária deste perfil em torno do acesso às políticas públicas de qualificação existentes no país, direcionadas à geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo. A origem desses apoios, em confronto com a dos perfis extremos 2 e 3, nos leva a crer que o trabalho das tradicionais instituições do Sistema “S” junto aos empreendimentos associativos de Minas Gerais apresentam melhores resultados do que o apoio fornecido por igrejas, ONGs, OSCIPs, associações e conselhos comunitários.

Os empreendimentos do Perfil Extremo 4 têm ainda, como característica exclusiva, contratar uma quantidade pequena de trabalhadores não sócios para atuarem de forma permanente ou temporária, como empregados celetistas. Frequentemente, essa contratação tem como objetivo potencializar o desempenho de determinadas atividades laborais que não estão diretamente relacionadas à atividade fim dos empreendimentos. É provável que, nestes EESs, a concepção dos seus sócios seja de que determinadas funções, como por exemplo:

secretaria, finanças, contabilidade, comunicação, vendas, representação comercial, entre outras, seriam melhor desempenhadas por trabalhadores empregados, o que aumentaria as chances de viabilidade do negócio.

Outra questão também muito debatida no meio cooperativista refere-se ao fato de que grande parte das cooperativas prefere manter alguns trabalhadores empregados ao contrário de aumentar a cooperatização. A razão desse comportamento baseia-se no fato dos antigos cooperados acharem injusto que um novo trabalhador, o qual não atravessou as dificuldades inerentes ao início do negócio, tenha os mesmos direitos que eles, por uma cota inferior de cooperatização. Cabe, por fim, destacar que muitos dos EESs contratam mão-de-obra para atender à sazonalidade ou períodos de curta duração, em que se requer o aumento temporário da produção.

Para finalizar, vale ressaltar que os EESs do Perfil Extremo 4, à época da entrevista (ano de 2007), possuíam cerca de cinco anos de atividade, já que foram criados em períodos anteriores ao ano de 2003. Este tempo de sobrevivência no mercado é de uma durabilidade razoável e deve ser considerado como argumento que confirma a análise aqui efetuada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste trabalho, além de identificar os fatores que podem ser fundamentais para uma melhor estruturação dos EESs, no que diz respeito à sua autossustentabilidade e sua geração de renda, sugerem que a economia solidária em Minas Gerais se apresenta como uma alternativa de trabalho pouco viável do ponto de vista econômico-financeiro. Somente 118 dos 1.234 EESs mapeados no Estado, considerando os critérios deste estudo, alcançaram uma situação de sucesso pleno, o que representa um percentual de 9,5%, ou seja, muito baixo.

Esta realidade torna-se ainda mais preocupante quando se sabe que há uma política estabelecida no país, protagonizada por vários representantes do governo, partidos políticos, associações de classe, etc., que procuram consolidar a economia solidária como solução estratégica para o desenvolvimento nacional, visando o sucesso dos pequenos empreendedores e uma melhor distribuição de renda.

Não se pode negar a existência de leis, programas e ações no âmbito do governo federal, estadual e de alguns municípios voltados para a qualificação profissional, capacitação tecnológica, promoção do comércio justo e solidário, promoção do microcrédito e da segurança alimentar, criação de bancos comunitários, entre outros, que são de extrema importância e representam uma conquista dos atores envolvidos no movimento organizado de economia solidária no Estado. Porém, é indispensável considerar que a maior parte dos programas direcionados ao seu fomento não são dotados de recursos suficientes para atender o volume de demandas e necessidades apresentadas pelos EESs existentes no Estado. A implementação das ações governamentais que visam o fortalecimento da economia solidária fica prejudicada com as limitações dos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado para este fim. Como se não bastassem estes sérios obstáculos que reduzem as possibilidades de desenvolvimento das organizações de base solidária, as estruturas burocráticas existentes no país ainda são intensamente formatadas para atender as aspirações do sistema capitalista.

O acesso ao crédito pelos empreendimentos econômicos solidários, por exemplo, ainda é extremamente restrito, não só pela ausência de recursos disponíveis, mas principalmente pelas exigências impostas pelo sistema financeiro, não adaptado à realidade da maioria dos trabalhadores brasileiros. Até nos programas governamentais de microcrédito voltados para o apoio a setores específicos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os bancos só concedem o crédito a este público, que não faz

parte de sua clientela habitual, mediante altas remunerações da prestação destes serviços, por parte do governo às instituições bancárias, mesmo quando o dinheiro emprestado não é proveniente de captação dos bancos, mas sim, originário basicamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). (ABRAMOVAY, 2004). Seguindo esse enfoque, concordamos com Braudel, citado por Gabriel Kraichete (2000), quando este assinala que “*O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades do Estado*” (KRAICHETE, 2000, p. 33).

Conforme bem destaca Barbosa, ao analisar a política pública de economia solidária no Brasil, “*Não se trata somente da elaboração de texto de lei, mas de enfrentamento de interesses e conflitos nas relações sociais em torno das instituições econômicas, fundos públicos e mercado.*” (BARBOSA, 2007, p. 263).

No presente trabalho, foi possível observar que, em Minas Gerais, a maior chance de um EES obter autossustentabilidade econômico-financeira e, ao mesmo tempo, gerar uma renda média mensal aos sócios trabalhadores superior ao salário mínimo legal, está associada a características específicas do perfil extremo 4 (Empreendedores e Formalizados), em razão deste modelo ter revelado o melhor desempenho nos itens pesquisados. São elas: ingresso na economia solidária tendo como motivação não o desemprego e a complementação de renda, mas o desejo de se obter maiores ganhos em um empreendimento associativo; formalização do empreendimento; produção e prestação de serviços destinada ao mercado, especialmente o atacadista/revendedor e comércio microrregional; obtenção de crédito; realização de investimentos no negócio; recebimento de apoio, assessoria ou capacitação por parte de órgãos governamentais e instituições pertencentes ao Sistema “S”; e existência de trabalhadores não sócios no empreendimento.

Esse resultado confirma que o fortalecimento e a efetividade das políticas públicas direcionadas ao aumento do potencial produtivo e do poder de mercado dos EESs são indispensáveis para que as práticas econômicas fundadas nos princípios da economia solidária aumentem suas chances de se firmarem como alternativas autossustentáveis e eficazes na geração de trabalho e renda, capazes de modificar para melhor as condições de vida da classe trabalhadora. Falamos, por exemplo, de ações como a ampliação e facilitação do acesso ao crédito adequado à realidade dos EESs; a expansão do apoio e da assessoria técnica contínua e sistemática por parte de órgãos governamentais e instituições pertencentes ao Sistema “S” (como SEBRAE, SESCOOP, entre outras); e demais ações que contribuam para aumentar a capacidade produtiva e a atuação das unidades de base solidária em mercados mais amplos.

Outro ponto que merece atenção por parte do Estado é a regulamentação, em caráter de urgência, de um estatuto legal para o trabalho organizado em economia solidária, o que irá possibilitar e incentivar a formalização de diversos EESs, ampliando as chances dos mesmos terem uma atuação plena no mercado e, conseqüentemente, obterem melhores resultados econômicos.

Enfim, acreditamos que, mesmo na atual e difícil conjuntura vivenciada pelas unidades de base solidária, a atuação dos governos, traduzida por grandes investimentos econômicos e sociais, possa suplantar as principais barreiras à viabilidade da EPS enquanto alternativa promissora de geração de trabalho e renda em Minas Gerais. Lembramos que as políticas públicas de fomento à economia solidária são ainda muito recentes no país e ainda há um longo caminho a ser percorrido. Mas a manutenção de uma expectativa otimista é justificável, pois também parte do fato de que, mesmo diante de um arsenal de obstáculos, muitos dos EESs mapeados continuaram funcionando, mesmo em caráter precário, o que pressupõe a resistência da proposta solidária, cujos fins de sociabilização e cidadania são tão importantes quanto seus aspectos financeiros e mercadológicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2004, p. 21-67.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20 - 26.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Edgilson T.; MELO, Vanessa P.; SCHOMMER, Paula C. O Desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil. **V Conferencia Regional de ISTR, "Sociedad civil, participación ciudadana y desarrollo"**, 2005, Lima, Peru. Disponível no site www.lasociedadcivil.org. Acesso em 14 de jan. 2010.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 232 - 242.

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BALTAR, Paulo.; KREIN, José D.; LEONE, Eugênia T. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 27-45.

BALTAR, Paulo; KREIN, José D.; MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas: Unicamp. IE. Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (CESIT), n.3, 2006. Disponível no site http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf. Acesso em 02 de abr. 2010.

BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública** – uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BORGES, Altamiro. O desmonte das leis trabalhistas. In: BORGES, Altamiro; POCHMANN, Márcio (Org.). **ERA FHC: A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p. 59 - 93.

BRASIL, PORTARIA Nº 153, de 12/02/09. Institui o Regimento Interno das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de Fev. Seção I, 2009, p. 73 - 76.

BRASIL. Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Institui a Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 mai. 2003.

BRASIL. PORTARIA N° 30, de 20/03/06. Institui o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília. 2006.

BUONFIGLIO, Carmela; DOWLING, Juan Afonso. Flexibilidade das relações de trabalho e precarização: uma análise comparativa. **XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2000, Petrópolis, RJ.

CACCIAMALI, Cristina Maria; JOSÉ - SILVA, Maria de Fátima. Mais informalidade, menos cidadania. Os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. **Cadernos PROLAM**. São Paulo: USP, v.02, n. 2, 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. Cap. 1.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco de Assis; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 246.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 88 - 96.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANA, P. (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina, 2009, p. 120 - 127.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005, p. 111 - 170.

DEDECCA, Cláudio S.; ROSANDISKI, Eliane Navarro. Indicadores e Distribuição de Renda. In: DEDECCA; PRONI (Org.). **Políticas públicas e trabalho – textos para estudo dirigido**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 147 - 167.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK; FRANCO (Org.). **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 23 - 58.

DUPAS, Gilberto. As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. In: DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 13 – 38.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, 1991, p. 85 - 116.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e tipologias do Estado de Bem-Estar Social. In: DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Org.). **O Estado de Bem-Estar Social no século XXI**. São Paulo: LTr, 2007, p. 31 – 87.

FERREIRA, Cândido Guerra. **O fordismo, sua crise e algumas considerações sobre o caso brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1993.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da Economia Solidária**. Jun. 2003, III Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível no site http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em 22 de jul. 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; *et. al.* **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio, A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, 2009, p. 1 - 16. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792009000300010&script=sci_arttext

GAIGER, Luiz Inácio, A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 39, p. 181 - 211, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio, A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 799 - 834, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio, A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**. Florianópolis, V.11, N. 1, p. 11 - 19, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas**. Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 37, n. 159, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 135 - 142.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 167 - 198.

HORTA Carlos Roberto. Desemprego e Cultura: uma leitura política da desconstrução da cidadania do trabalhador. In: HORTA, C.R.; CAVALHO, R.A. **Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 13 - 26.

HORTA, Carlos Roberto. Neoliberalismo nos começos do século XXI: das conseqüências ideológico-comportamentais à construção de um novo sujeito social. In: **4º Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho**, 2003, Havana, Cuba.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. Brasília: MTE, SENAES, SPPE, DEQ, 2006, p. 1 - 33. Disponível no site www.fafich.ufmg.br/nesth/IIIseminario/texto/3.pdf. Acesso em 27 de mar. 2010.

KRAICHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15 - 37.

KATZMAN, Rubén. Seducios Y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la Cepal**. 75. Santiago, Diciembre 2001, p.171 - 189.

KREIN, José Dari. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; WILNÊS, Henrique (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade** – O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 279 -322.

KREIN, José Dari. Mudanças e tendências recentes na regulação do trabalho. In: DEDECÇA; PRONI (Org.). **Políticas públicas e trabalho** – textos para estudo dirigido. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 53 - 74.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI; LAVILLE; GAIGER; HESPANHA (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**, Coimbra, Edições Almedina, 2009, p. 162-168.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. In: LEITE E ARAÚJO (Org.). **O Trabalho reconfigurado** – ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009, p. 67- 94.

LIMA, Jacob Carlos e SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho Flexível e o novo informal. **Caderno CRH**. Salvador: Centro de Recursos Humanos, n. 37, p. 163 - 180, jul/dez. 2002.

LIMA, Jacob Carlos. **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, 2004. Disponível no site < <http://www.scielo.br> > Acesso em 13 de nov. 2008.

MANTON, K. G, WOODBURY, M. A., TOLLEY, H. D. **Statistical applications using fuzzy sets**. New York: John Wiley, 1994. 312p.

MANTON, K. G., VERTREES, J. C. **The use of grade of membership analysis to evaluate and modify diagnosis-related groups**. *Medical Care*, New York, v. 22, n. 12, p. 1067 - 1082, 1984.

MARTINS, C. E. Da globalização econômica à falência da democracia. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp, n. 6, jun. 1996, p. 01 – 24.

MEIRELLES FILHO, J. Reestruturação produtiva. In: CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. (Org.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1998, p. 313 - 321.

MELO, Hildete Pereira de; *et.al.*. **O setor de serviços no Brasil**: Uma visão global – 1985/1995. Rio de Janeiro, Texto para Discussão n° 549, IPEA, 1998. p. 1 - 48. Disponível no site <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0549.pdf>. Acesso em 01/04/2010.

MINAS GERAIS. Lei 15.028, de 19 de janeiro de 2004. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais – PEFEPS. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 20 jan. 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Guia de orientações e procedimentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)**. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Plano de ação 2004**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**, 2004. Disponível no site http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_objetivos.asp2004. Acesso em 22/02/2010.

MOISÉS, Patrícia Meireles. **O trabalho na economia solidária: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem**. 2009. 162 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NASCIMENTO, Cláudio, **Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende**. (Os “Ciclos Longos” das Lutas Autogestionárias). Brasília: SENAES, abr. 2005 (Mímeo).

NEVES, Magda de Almeida; JAYME, Juliana Gonzaga; ZAMBELLI, Paulina. Trabalho e cidade: Os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: CUNHA; LAUDARES (Org.). **Trabalho: Diálogos multidisciplinares**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009, p. 98 - 123.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111 - 129, 2003.

NUNES, Débora; VASCONCELOS, Nilton. Economia Solidária e Metodologias de Incubação. In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local - Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios**, 2006, Salvador. **Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local - Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios**. Salvador: CIAGS - UFBA, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **As Contradições do Æo: Globalização, Nação, Região, Metropolização**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Tendências mundiais de emprego da OIT 2010**. 2010. Disponível no site www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php. Acesso em 28/03/2010.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária**. De volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado – exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. Precarização do Trabalho. In: BORGES, Altamiro; POCHMANN, Márcio (Org.). **ERA FHC: A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p. 45 - 58.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em 01/06/2010 .

PRONI, Marcelo W.; POCHMANN, Márcio. Globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva. In: DEDECCA, Cláudio S.; PRONI, Marcelo W. (Org.). **Economia e Proteção Social**: Textos para estudo dirigido. Brasília – DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006, v.1, p. 29 – 46.

ROSANDISKY, Eliane Navarro. A qualificação como elemento dinâmico do mercado de trabalho. In: DEDECCA; PRONI (Org.). **Políticas públicas e trabalho** – textos para estudo dirigido. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 169 - 186.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 23 - 49, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 1 - 49.

SAWYER, D. O.; LEITE, I. C.; ALEXANDRINO, R. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 757 - 776, 2002.

SEDESE. **Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária**. Belo Horizonte. Jan. 2008. Plano de Trabalho.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116 - 129.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. Prefácio, p. 11 - 28.

SINGER, Paul. **Entrevista à Rede de Tecnologia Social em 01 de jul. de 2009**. Disponível no site social <http://www.rts.org.br/entrevistas/entrevistas-2009/paul-singer-secretario-nacional-de-economia-solidaria-do-ministerio-do-trabalho-e-emprego>. Acesso em 08/03/2010.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**. Brasília: Ministério do Trabalho e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 39, maio 2009, p. 1 - 48.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. **Boletim Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**. Brasília: Ministério do Trabalho e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 28, set 2005, p. 39 - 51.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

APÊNDICE A: Frequências marginais, probabilidades estimadas e fatores descritores dos perfis extremos segundo as respostas às variáveis referentes aos empreendimentos de economia solidária

Frequências marginais, probabilidades estimadas e fatores descritores dos perfis extremos segundo as respostas às variáveis referentes aos empreendimentos de economia solidária											
Variáveis	Categorias	N	%	P1	P2	P3	P4	P1/Freq	P2/Freq	P3/Freq	P4/Freq
Ano da realização do mapeamento	1. Ano de 2005	521	42,2	0,6072	0,3806	0,4519	0,1343	1,439	0,902	1,071	0,318
	2. Ano de 2007	715	57,8	0,3928	0,6194	0,5481	0,8657	0,680	1,072	0,948	1,4978
Ano de início do empreendimento	1. Até o ano de 2002	621	50,2	0,7757	0,5487	0,0863	0,9085	1,545	1,093	0,172	1,8098
	2. Do ano de 2003 em diante	592	47,9	0,2101	0,3835	0,9137	0,0915	0,439	0,801	1,908	0,191
	3. Sem Informação	23	1,9	0,0141	0,0678	0,0000	0,0000	0,742	3,568	0,000	0,000
Forma de Organização	1. Grupo Informal	664	53,7	0,3950	0,4308	1,0000	0,0000	0,736	0,802	1,862	0,000
	2. Associação	461	37,3	0,5524	0,5237	0,0000	0,6383	1,481	1,404	0,000	1,7113
	3. Cooperativa	83	6,7	0,0000	0,0000	0,0000	0,3617	0,000	0,000	0,000	5,3985
	4. Outras	28	2,3	0,0526	0,0455	0,0000	0,0000	2,287	1,978	0,000	0,000
O que Motivou a Criação do Empreendimento	1. Uma alternativa ao desemprego	515	41,7	0,9200	0,0688	0,4619	0,0000	2,206	0,165	1,108	0,000
	2. Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	152	12,3	0,0000	0,0000	0,0000	0,6743	0,000	0,000	0,000	5,4821
	3. Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	261	21,1	0,0423	0,3540	0,3492	0,0000	0,200	1,678	1,655	0,000
	4. Desenvolver uma atividade onde todos são donos	66	5,3	0,0000	0,1094	0,0341	0,1033	0,000	2,064	0,643	1,9491
	5. Motivação social, filantrópica e religiosa	64	5,2	0,0377	0,0785	0,0696	0,0000	0,725	1,51	1,338	0,000
	6. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	77	6,2	0,0000	0,1626	0,0434	0,1044	0,000	2,623	0,700	1,6839
	7. Outras	99	8,0	0,0000	0,2267	0,0419	0,1181	0,000	2,834	0,524	1,4763
	8. Sem informação	2	0,2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,000	0,000	0,000	0,000
Área de Atuação do empreendimento	1. Rural	393	31,8	0,2247	0,8383	0,0000	0,4654	0,707	2,636	0,000	1,4635
	2. Urbana	696	56,3	0,7753	0,0000	1,0000	0,0000	1,377	0,000	1,776	0,000
	3. Rural e Urbana	145	11,7	0,0000	0,1617	0,0000	0,5346	0,000	1,382	0,000	4,5692
	4. Sem informação	2	0,2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,000	0,000	0,000	0,000
Principal(is) atividade(s) econômica(s) do empreendimento	1. Indústrias de transformação	959	77,6	0,8002	1,0000	0,7709	0,4995	1,031	1,289	0,993	0,644
	2. Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	105	8,5	0,0000	0,0000	0,2291	0,0000	0,000	0,000	2,695	0,000
	3. Transporte, armazenagem e correio	97	7,8	0,0993	0,0000	0,0000	0,3055	1,273	0,000	0,000	3,9167
	4. Artes, cultura, esporte e recreação	29	2,3	0,1004	0,0000	0,0000	0,0000	4,365	0,000	0,000	0,000
	5. Outros	41	3,3	0,0000	0,0000	0,0000	0,1950	0,000	0,000	0,000	5,9091
	6. Sem informação	5	0,4	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,000	0,000	0,000	0,000

Frequências marginais, probabilidades estimadas e fatores descritores dos perfis extremos segundo as respostas às variáveis referentes aos empreendimentos de economia solidária

Variáveis	Categorias	N	%	P1	P2	P3	P4	P1/Freq	P2/Freq	P3/Freq	P4/Freq
Principais produtos ou serviços do empreendimento	1. Prestação de serviços (diversos)	388	31,4	0,8433	0,0000	0,0000	0,9138	2,686	0,000	0,000	2,9102
	2. Produção agropecuária, extrativismo e pesca	292	23,6	0,0000	0,9647	0,0000	0,0000	0,000	4,088	0,000	0,000
	3. Produção de artefatos artesanais	299	24,2	0,1463	0,0000	0,5276	0,0000	0,605	0,000	2,18	0,000
	4. Produção têxtil e confecção	186	15,0	0,0000	0,0000	0,3886	0,0000	0,000	0,000	2,591	0,000
	5. Outros	27	2,2	0,0104	0,0000	0,0231	0,0562	0,473	0,000	1,050	2,5545
	6. Sem informação	44	3,6	0,0000	0,0353	0,0606	0,0300	0,000	0,981	1,683	0,833
Situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento	1. Própria	407	32,9	0,4982	0,5926	0,0000	0,5233	1,514	1,801	0,000	1,5906
	2. Alugada	135	10,9	0,0314	0,0000	0,1636	0,2554	0,288	0,000	1,501	2,3431
	3. Cedida ou emprestada	537	43,4	0,3686	0,2481	0,6724	0,1840	0,849	0,572	1,549	0,424
	4. Não possui sede	98	7,9	0,1017	0,0642	0,1045	0,0126	1,287	0,813	1,323	0,159
	5. Outras	48	3,9	0,0000	0,0557	0,0595	0,0247	0,000	1,428	1,526	0,633
	6. Sem informação	11	0,9	0,0000	0,0394	0,0000	0,0000	0,000	4,378	0,000	0,000
Os equipamentos do empreendimento são próprios	1. Não	284	23,0	0,1258	0,2551	0,3208	0,1377	0,547	1,109	1,395	0,599
	2. Sim	952	77,0	0,8742	0,7449	0,6792	0,8623	1,135	0,967	0,882	1,120
Os equipamentos do empreendimento são arrendados	1. Não	1210	97,9	0,9221	1,0000	1,0000	0,9840	0,942	1,021	1,021	1,005
	2. Sim	26	2,1	0,0779	0,0000	0,0000	0,0160	3,71	0,000	0,000	0,762
Os equipamentos do empreendimento são cedidos ou emprestados	1. Não	928	75,1	0,9060	0,7798	0,5796	0,8766	1,206	1,038	0,772	1,167
	2. Sim	308	24,9	0,0940	0,2202	0,4204	0,1234	0,378	0,884	1,688	0,496
Os equipamentos do empreendimento são alugados	1. Não	1216	98,4	1,0000	1,0000	1,0000	0,9037	1,016	1,016	1,016	0,918
	2. Sim	20	1,6	0,0000	0,0000	0,0000	0,0963	0,000	0,000	0,000	6,0188
Destino dos produtos e/ou serviços:	1. Não	323	26,1	0,0000	1,0000	0,0000	0,0000	0,000	3,831	0,000	0,000
	São vendidos	2. Sim	913	73,9	1,0000	0,0000	1,0000	1,0000	1,353	0,000	1,353
Destino dos produtos e/ou serviços:	1. Não	1169	94,6	0,8843	1,0000	0,9392	0,9758	0,935	1,057	0,993	1,032
	São trocados	2. Sim	67	5,4	0,1157	0,0000	0,0608	0,0242	2,143	0,000	1,126
Destino dos produtos e/ou serviços:	1. Não	905	73,2	1,0000	0,0349	1,0000	1,0000	1,366	0,048	1,366	1,3661
	Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios(as)	2. Sim	331	26,8	0,0000	0,9651	0,0000	0,0000	0,000	3,601	0,000
Destino dos produtos e/ou serviços:	1. Não	1199	97,0	1,0000	0,8672	1,0000	1,0000	1,031	0,894	1,031	1,031
	Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios(as)	2. Sim	37	3,0	0,0000	0,1328	0,0000	0,0000	0,000	4,427	0,000

Frequências marginais, probabilidades estimadas e fatores descritores dos perfis extremos segundo as respostas às variáveis referentes aos empreendimentos de economia solidária											
Variáveis	Categorias	N	%	P1	P2	P3	P4	P1/Freq	P2/Freq	P3/Freq	P4/Freq
Forma como é feita a comercialização de produtos e/ou serviços do empreendimento	1. Venda direta ao consumidor	923	74,7	1,0000	0,6504	0,9971	0,0000	1,339	0,871	1,335	0,000
	2. Venda a revendedores/atacadistas	179	14,5	0,0000	0,0000	0,0000	0,8203	0,000	0,000	0,000	5,6572
	3. Venda a órgão governamental	21	1,7	0,0000	0,0000	0,0000	0,1005	0,000	0,000	0,000	5,9118
	4. Troca com outros empreendimentos solidários	4	0,3	0,0000	0,0143	0,0000	0,0000	0,000	4,767	0,000	0,000
	5. Venda a outros empreendimentos de ES	7	0,6	0,0000	0,0068	0,0029	0,0189	0,000	1,133	0,483	3,15
	6. Outros	17	1,4	0,0000	0,0159	0,0000	0,0603	0,000	1,136	0,000	4,3071
	7. Não se aplica ou sem informação	85	6,9	0,0000	0,3126	0,0000	0,0000	0,000	4,53	0,000	0,000
A venda e troca de produtos e serviços destinam-se principalmente:	1. Comércio legal ou comunitário	721	58,3	0,7304	0,5712	0,8218	0,0000	1,253	0,980	1,41	0,000
	2. Mercado/comércio municipal	254	20,6	0,2696	0,0849	0,1782	0,2951	1,309	0,412	0,865	1,4325
	3. Mercado/comércio microrregional	79	6,4	0,0000	0,0000	0,0000	0,3192	0,000	0,000	0,000	4,9875
	4. Mercado/comércio estadual	44	3,6	0,0000	0,0000	0,0000	0,1900	0,000	0,000	0,000	5,2778
	5. Mercado/comércio nacional	36	2,9	0,0000	0,0000	0,0000	0,1581	0,000	0,000	0,000	5,4517
	6. Exportação para outros países	8	0,6	0,0000	0,0000	0,0000	0,0375	0,000	0,000	0,000	6,25
	7. Não se aplica ou sem informação	94	7,6	0,0000	0,3440	0,0000	0,0000	0,000	4,526	0,000	0,000
Principais espaços de comercialização de produtos e serviços	1. Lojas ou espaços próprios	257	20,8	0,3330	0,0000	0,2455	0,2302	1,601	0,000	1,180	1,107
	2. Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA)	44	3,6	0,0974	0,0000	0,0000	0,0752	2,706	0,000	0,000	2,0889
	3. Feiras livres	337	27,3	0,5697	0,2753	0,2133	0,0000	2,087	1,008	0,781	0,000
	4. Feiras e exposição eventuais/especiais	61	4,9	0,0000	0,0000	0,1324	0,0000	0,000	0,000	2,702	0,000
	5. Entrega direta a clientes	408	33	0,0000	0,3475	0,3847	0,6135	0,000	1,053	1,166	1,8591
	6. Outro	28	2,3	0,0000	0,0000	0,0241	0,0811	0,000	0,000	1,048	3,5261
	7. Não se aplica ou sem informação	101	8,2	0,0000	0,3772	0,0000	0,0000	0,000	4,6	0,000	0,000
Origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento	1. Dos próprios sócios (capitalização ou cotas)	680	55	0,8873	0,4015	0,4026	0,5874	1,613	0,730	0,732	1,068
	2. Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)	136	11	0,0000	0,2027	0,0935	0,1844	0,000	1,843	0,850	1,6764
	3. Doação(ões)	341	27,6	0,0598	0,2779	0,4758	0,1420	0,217	1,007	1,724	0,514
	4. A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos	33	2,7	0,0304	0,0864	0,0000	0,0000	1,126	3,2	0,000	0,000
	5. Outra	40	3,2	0,0065	0,0315	0,0281	0,0800	0,203	0,984	0,878	2,5
	6. Sem informação	6	0,5	0,0161	0,0000	0,0000	0,0063	3,22	0,000	0,000	1,26
Realização de investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses	1. Sim	579	46,8	0,1010	0,4570	0,5758	0,7999	0,216	0,976	1,23	1,7092
	2. Não	657	53,2	0,8990	0,5430	0,4242	0,2001	1,69	1,021	0,797	0,376

Frequências marginais, probabilidades estimadas e fatores descritores dos perfis extremos segundo as respostas às variáveis referentes aos empreendimentos de economia solidária											
Variáveis	Categorias	N	%	P1	P2	P3	P4	P1/Freq	P2/Freq	P3/Freq	P4/Freq
Acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses	1. Sim	153	12,4	0,0000	0,2426	0,0843	0,2257	0,000	1,956	0,680	1,8202
	2. Não	440	35,6	0,4069	0,2771	0,2213	0,6815	1,143	0,778	0,622	1,9143
	3. Não buscou crédito	640	51,8	0,5829	0,4803	0,6944	0,0928	1,125	0,927	1,341	0,179
	4. Sem informação	3	0,2	0,0103	0,0000	0,0000	0,0000	5,15	0,000	0,000	0,000
Acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação	1. Sim	938	75,9	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,000	1,318	1,318	1,3175
	2. Não	298	24,1	1,0000	0,0000	0,0000	0,0000	4,149	0,000	0,000	0,000
Origem do apoio ao empreendimento: ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários	1. Não	805	65,1	1,0000	0,4682	0,3735	0,9616	1,536	0,719	0,574	1,4771
	2. Sim	431	34,9	0,0000	0,5318	0,6265	0,0384	0,000	1,524	1,795	0,110
Origem do apoio ao empreendimento: Órgãos governamentais	1. Não	718	58,1	1,0000	0,4434	0,6412	0,0000	1,721	0,763	1,104	0,000
	2. Sim	518	41,9	0,0000	0,5566	0,3588	1,0000	0,000	1,328	0,856	2,3866
Origem do apoio ao empreendimento: Universidades, incubadoras, Unitrabalho	1. Não	1142	92,4	1,0000	1,0000	0,8724	0,8262	1,082	1,082	0,944	0,894
	2. Sim	94	7,6	0,0000	0,0000	0,1276	0,1738	0,000	0,000	1,679	2,2868
Origem do apoio ao empreendimento: Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc).	1. Não	995	80,5	1,0000	0,7259	0,8564	0,5166	1,242	0,902	1,064	0,642
	2. Sim	241	19,5	0,0000	0,2741	0,1436	0,4834	0,000	1,406	0,736	2,479
Origem do apoio ao empreendimento: Cooperativas de técnicos(as).	1. Não	1222	98,9	1,0000	1,0000	1,0000	0,9327	1,011	1,011	1,011	0,943
	2. Sim	14	1,1	0,0000	0,0000	0,0000	0,0673	0,000	0,000	0,000	6,1182
Origem do apoio ao empreendimento: Movimento Sindical (central, sindicato, federação)	1. Não	1132	91,6	1,0000	0,7373	1,0000	0,8532	1,092	0,805	1,092	0,931
	2. Sim	104	8,4	0,0000	0,2627	0,0000	0,1468	0,000	3,127	0,000	1,7476
Origem do apoio ao empreendimento: Outra	1. Não	1157	93,6	1,0000	0,9914	0,8814	0,8880	1,068	1,059	0,942	0,949
	2. Sim	79	6,4	0,0000	0,0086	0,1186	0,1120	0,000	0,134	1,853	1,75
Existência de trabalhadores(as) não sócios(as) no empreendimento	1. Sim	103	8,3	0,0000	0,0000	0,0000	0,5237	0,000	0,000	0,000	6,3096
	2. Não	1133	91,7	1,0000	1,0000	1,0000	0,4763	1,091	1,091	1,091	0,519
Periodicidade de contratação dos trabalhadores(as) não sócios(as)	1. Permanente	59	4,8	0,0000	0,0000	0,0000	0,2955	0,000	0,000	0,000	6,1563
	2. Temporária	41	3,3	0,0000	0,0000	0,0000	0,2022	0,000	0,000	0,000	6,1273
	3. Ambos os casos	3	0,2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,000	0,000	0,000	0,000
	4. Não se aplica	1133	91,7	1,0000	1,0000	1,0000	0,5023	1,091	1,091	1,091	0,548
Participação do Empreendimento em rede ou fórum de articulação	1. Sim	603	48,8	0,0000	0,7245	0,7296	0,3882	0,000	1,485	1,495	0,795
	2. Não	633	51,2	1,0000	0,2755	0,2704	0,6118	1,953	0,538	0,528	1,195

ANEXO A
Fotos do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária
Local: Brasília - Data: 13 a 15 de agosto de 2004



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

ANEXO B
Participação dos Empreendimentos de Minas Gerais na
III Feira de Economia Solidária do MERCOSUL
Local: Santa Maria – RS – Ano: 2007



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

ANEXO C
Feiras Estaduais de Economia Solidária - Local: Belo Horizonte – MG
II Feira: Local Marista Hall – Data: 13 a 16 de dezembro de 2004



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



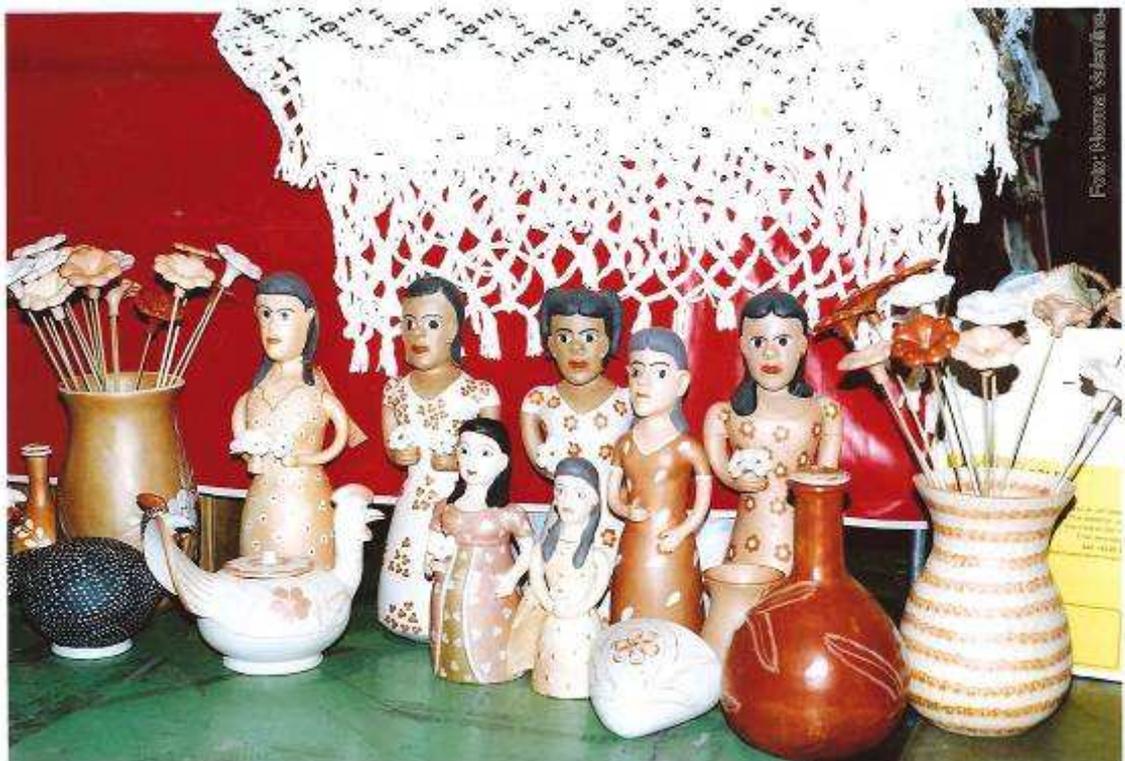
Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

III Feira: Local: Praça da Estação – Data: 16 a 19 de novembro de 2006



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

IV Feira – Local: Serraria Souza Pinto – Data: 08 a 11 de novembro de 2007



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

V Feira – Local: Praça da Assembléia Legislativa – Data: 5 a 7 de novembro de 2009



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora

ANEXO D
Economia Solidária na XX Feira Nacional de Artesanato
Local: Belo Horizonte/MG – Data: 24 a 29/11/2009



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora



Fonte: Acervo da autora